

CIBEC/INEP



B0024617

ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS

54.32(047)

59i

x.2

INEP
INEP
INEP 89
INEP

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS

INEP
89

Brasília-DF
- 1989 -

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS

Diretor-Geral

Manuel Marcos Maciel Formiga

Diretor de Planejamento e Administração

Carlos Avancini Filho

Diretora de Estudos e Pesquisas

Maria Laís Mousinho Guidi

Diretora de Documentação e Informação

Silvia Maria Galliac Saavedra

Comitê de Pesquisa

Analúcia Dias Schliemann

Isaura Belloni

Maria Laura Puglisi Barbosa Franco

Neidi Varela Santiago

Neidson Rodrigues

Sônia Kramer

Comitê Editorial

Armando Dias Mendes

Carlos Benedito Martins

Fátima Cunha Ferreira Pinto

Jader de Medeiros Britto

Léa Pinheiro Paixão

Sofia Lerche Vieira

Walter Esteves Garcia

Osmar Fávero

Jacques Velloso

Silke Weber

Maria Helena Silveira

Lauro Carlos Wittmann

Capa: Tancredo Maia Filho

Comitê de Educação Aberta e à Distância

Anion Alberto Mascarenha de Andrade

Francisco José da Silveira Lobo Neto

José Manuel Moran Costa

Juan Enrique Diaz Bordenave

Léa da Cruz Fagundes

Comitê do Pedagogium —

Museu da Educação

Waldisa Russio Guarnieri

Luiz Felliipe Perret Serpa

Eliane Marta S. T. Lopes

Berta G. Ribeiro

Fredric Michael Litto

Maria Inês Coutinho

SUMÁRIO

Apresentação 5

Atividades Desenvolvidas em 1989 7

Estudos e Pesquisas Educacionais 7

Sistemática de Avaliação do Ensino de
1º Grau 17

Documentação e Informações Educacio-
nais 22

Planejamento e Administração 33

Educação Aberta e à Distância 33

Pedagogium — Museu da Educação 36

Participação na Elaboração da Lei de Diretri-
zes e Bases da Educação Brasileira 37

Memória Viva da Educação Brasileira 38

Anexos 39

APRESENTAÇÃO

Este Relatório refere-se às atividades desenvolvidas pelo INEP no ano de 1989, de acordo com os programas de trabalho do Instituto.

*Ao formular a sua programação para 1989, o INEP deu continuidade aos seus dois principais programas — **Estímulo a Estudos e Pesquisas Educacionais e Desenvolvimento de Informações Documentárias e Bibliográficas em Educação** —, incorporou novos projetos — **Educação Aberta e à Distância e Pedagogium** — e buscou condições para a revalorização de seu quadro técnico e administrativo.*

Neste sentido, o Programa de Estímulo a Estudos e Pesquisas Educacionais desenvolve o trabalho de apoio técnico e financeiro a projetos de pesquisa e seminários através de duas linhas de ação. A primeira, marcada pelo apoio à realização de estudos, pesquisas e seminários, de interesse de instituições públicas ou privadas, com temática de livre escolha dentro da área da Educação, sob a responsabilidade de pesquisador ou pesquisadores. A segunda linha consiste na intervenção e atuação imediata do INEP, de outros órgãos do MEC, bem como de outras instituições, na execução de políticas, e se caracteriza pelo atendimento às solicita-

ções de projetos de pesquisa e seminários que abordem problemas educacionais específicos.

Visando atender ao previsto no art. 214 da Constituição, o MEC incumbiu o Instituto da coordenação de diversas ações voltadas para o desenvolvimento do Programa de Avaliação do Sistema Educacional Brasileiro, bem como da Comissão de Assessoramento de Alto Nível, com o objetivo de oferecer indicações, subsídios, propostas e quaisquer elementos considerados relevantes para a formulação da Política Nacional de Educação e do Plano previsto no art. 214 da Carta Magna.

O INEP tem como função, ainda, divulgar o conhecimento produzido na área, editando trabalhos e informações importantes para professores, alunos, pesquisadores, técnicos e administradores da Educação.

No momento, o Programa de Desenvolvimento de Informações Documentárias e Bibliográficas em Educação está sendo reestruturado com o propósito de possibilitar meios mais modernos para o processamento e a recuperação de documentos que veiculam informações indispensáveis aos que trabalham em instituições de pesquisa e

ensino de todo o País, bem como para facilitar a disseminação do conhecimento produzido na área da Educação.

Assim como o conhecimento dos fatos e experiências passados é relevante para o progresso da nossa Educação, também cabe a uma instituição como o INEP incentivar a prospecção de novos rumos. Esta linha de atuação é uma das atribuições do Pedagogium, consubstanciando-se, inicialmente, na montagem, em suas dependências, de uma sala de demonstração da Escola do Futuro, a ser instalada em cooperação com a Universidade de São Paulo — USP. Ali serão reunidos produtos da moderna tecnologia adaptados à atividade pedagógica, propiciando a estudiosos, professores e alunos dos diferentes níveis de ensino condições de conhecimento e utilização de recursos instrucionais avançados, com vista à melhoria do processo de ensino-aprendizagem.

Com o laboratório-demonstração da Escola do Futuro, será instalada uma Sala de Educação Especial, constituindo-se em um local de demonstração e informação sobre os recursos técnico-pedagógicos para o trabalho com alunos especiais. Esta

iniciativa, em articulação com a Secretaria de Educação Especial do MEC, facultará a organização de um acervo significativo de informações sobre o assunto.

Estas unidades terão, além do caráter demonstrativo, uma função de treinamento de alunos e professores. Os exemplos expostos no INEP de verão ser reproduzidos em Estados, escolas, universidades.

A Educação Aberta e à Distância constitui, atualmente, um ponto focal da atuação do INEP. De acordo com Portaria Ministerial, foi criado um grupo de trabalho, secretariado executivamente por representantes do INEP, para elaborar a política de educação à distância do MEC. Definida apolítica, foram programados cursos, numa primeira fase, das disciplinas de Português, Ciências e Matemática, nos 1º e 2º graus de ensino.

Finalmente, há que ser dito que este Instituto tem possibilitado o aperfeiçoamento de seu quadro técnico e administrativo através de estágios e de cursos de curta duração, que permitem a ampliação de conhecimentos na área de pesquisa e da documentação e divulgação educacionais.

Marcos Formiga
Diretor-Geral do INEP

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 1989

Estudos e Pesquisas Educacionais

A Diretoria de Estudos e Pesquisas do INEP — DIPES, desenvolveu, durante o ano de 1989, cinco linhas de ação consideradas mais substantivas:

- *financiamento e apoio técnico a projetos de pesquisa sob duas modalidades — **Demanda Dirigida e Demanda Espontânea** — com Priorização da primeira, por constituir-se de projetos cuja temática é recomendada pelo MEC, por órgãos públicos e privados, pela comunidade científica ou ainda pelo Comitê Assessor de Pesquisa do INEP. Em prioridade dois, encontram-se os chamados projetos de Demanda Espontânea, solicitados por instituições educacionais ou por pesquisadores independentes, de notória competência. Inserida, quer na Demanda Dirigida quer na Demanda Espontânea, encontra-se a pesquisa interinstitucional;*

- *realização de eventos de âmbito nacional ou internacional, objetivando a divulgação e o aprimoramento teórico-prático dos trabalhos de pesquisa;*

- *elaboração e implementação de acordos internacionais com instituições assemelhadas, para intercâmbio de pesquisadores e de experiências*

significativas, tendo em vista a disseminação do conhecimento científico produzido;

- *efetivação de protocolos de intenções para ações conjuntas do INEP com outros órgãos públicos, como o CNPq Centro de Estudos em Política Científica e Tecnológica. M.J. Conselho Nacional de Direitos da Mulher, MinC Pró-Memória e com secretarias do MEC. objetivando a formulação de políticas educacionais na área das ciências e dos diferentes segmentos do ensino, fundamentadas no conhecimento decorrente das pesquisas educacionais realizadas: e*

- *qualificação ou aperfeiçoamento de equipes técnicas, visando sua participação no processo de desenvolvimento da pesquisa educacional no país.*

Estas cinco linhas de ação consolidaram-se no Programa de Estímulo a Estudos e Pesquisas Educacionais e seus diferentes subprogramas:

— Recursos Humanos:

— Acompanhamento de Projetos de Pesquisas — PPP:

— Cooperação Técnica.

Com estes trabalhos, a DIPES redimensionou-se e, assim, pode-se perceber a necessidade

de avanços ainda maiores, conforme está a propor para 1990.

A Diretoria de Estudos e Pesquisas — DIPES, como responsável, no INEP, pelo Programa de Estímulo a Estudos e Pesquisas Educacionais, orientou suas principais atividades para aperfeiçoamento da seleção e acompanhamento técnico dos projetos que solicitaram apoio financeiro do órgão, visando contribuir para elevar a qualidade das pesquisas.

O apoio a pesquisas e eventos vem se realizando através de duas modalidades: demanda dirigida e demanda espontânea.

A Demanda Dirigida consiste na solicitação, pelo INEP, através de Edital publicado no Diário Oficial da União, de pesquisas sobre temas prioritários. Acompanha este edital o Termo de Referência, elaborado por pesquisadores de reconhecida competência e assessorados por técnicos do INEP. Este termo contém orientações para desenvolvimento de pesquisas e é encaminhado, quando solicitado, aos interessados. Estes podem ser pesquisadores individuais, reconhecidos por sua produção científica ou pesquisadores com vínculo institucional, público ou privado, que desejem desenvolver pesquisa sobre aqueles temas, consideradas as necessidades dos órgãos públicos coordenadores e executores de política educacional.

A Demanda Espontânea objetiva o apoio à realização de estudos, pesquisas e eventos, de interesse dos pesquisadores, com ou sem vínculo institucional, com temática de livre escolha dentro da área da educação, cabendo ao INEP um espaço para reconhecer, confrontar e rever posições, problemas e soluções.

Os candidatos a financiamento via Demanda Espontânea seguiram orientações do folder divulgado pelo INEP.

Nas duas modalidades de demanda, o apoio à pesquisa pode ser solicitado interinstitucionalmente, como já referido.

Durante o ano de 1989, realizaram-se três reuniões do Comitê de Pesquisa, para seleção de projetos da Demanda Dirigida.

A primeira, referiu-se ao Edital, publicado no D.O.U. de 21.11.88, reunindo-se o Comitê de Pesquisa para avaliação dos projetos em 28.02 e 01.03.89. Nesta reunião verificou-se que os projetos de pesquisa apresentados pouco se diferenciam dos projetos da Demanda Espontânea, decidindo-se, na ocasião, que a temática seria limitada e que haveria necessidade de ser elaborado um Termo de Referência, focalizando os aspectos mais importantes a serem investigados.

A segunda reunião versou sobre "Ensino Noturno e Formação do Educador: Educação e Escolarização de Jovens e Adultos" (Anexo VI).

A terceira reunião repetiu a temática "Ensino Noturno: Educação e Escolarização de Jovens e Adultos", acrescentando "Formação de Professores" (Anexo VII).

A última chamada da Demanda Dirigida de 1989, sobre Educação, Ciência, Tecnologia e Trabalho (Anexo VIII), foi interinstitucional, INEP/CNPq — Centro de Estudos em Política Científica e Tecnológica, e resultou do Protocolo de Intenções, com Edital publicado no D. O. U. em 15.12.89. O prazo para inscrições de tais projetos encerra-se em 19.02.90 (data de postagem) e o julgamento será feito até 08.03.90.

Reuniões Demanda Dirigida Datas	Projetos Inscritos	Projetos Aprovados
28.02 a 01.03	42	11
31.05 a 03.06	08	02
17.10 a 20.10	38*	10
Total Anual	88	23

(*) Dos 38 projetos inscritos na 3ª reunião 1 (um) trata-se de projeto reapresentado.

A seleção dos projetos da Demanda Espontânea foi simultânea com a das pesquisas de Demanda Dirigida nas duas últimas reuniões referidas na tabela anterior.

Reuniões Demanda Espontânea Datas	Projetos Inscritos	Projetos Aprovados
31.05 a 02.06	155*	29
17.10 a 20.10	119	29
Total Anual	174	58

(*) Dos 155 projetos inscritos na 1ª reunião, 2 (dois) tratam-se de projetos reapresentados.

O detalhamento das informações contidas nos quadros acima, bem como a relação dos projetos aprovados durante 1989, encontram-se nos anexos I, II e UI.

Dentro da Demanda Espontânea, este Instituto deu apoio financeiro a 26 Instituições para realização de eventos nas diversas regiões brasileiras, abrangendo áreas temáticas específicas (Anexo IV).

Até novembro de 1989, foram concluídas e analisadas 61 (sessenta e uma) pesquisas (Anexo

V), cujos artigos-síntese foram encaminhados para publicação em pré-print. Estas sínteses, bem como os relatórios finais, depois de avaliados pelo técnico que acompanha o projeto, se considerados de bom nível, são enviados à Diretoria de Documentação e Informação — DDI para avaliação pelo Comitê Editorial e, em caso de aprovação, são publicados: a síntese, em forma de artigo, na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, e o relatório, em forma de livro, na série Estudos e Pesquisas.

Na seleção dos projetos, em ambas as demandas, procedeu-se em três etapas:

- *triagem pelos técnicos da DIPES;*
- *envio a consultores ad hoc para pareceres;*
e
- *decisão final contida nos pareceres dos membros do Comitê de Pesquisa.*

Comitê de Pesquisa

Em 30.10.89 venceram os mandatos dos ex-membros titulares do Comitê de Pesquisa: Maria Laura Franco — PUC/SP e FCC; Neide Varella — UFRN; Neidson Rodrigues — UFMG; Sônia Kramer — UFF/RJ e dos suplentes: Analúcia Schliemann — UFPE e Izaura Belloni — UnB.

Através da Portaria n.º 41/89, de 16/11/89, foi constituído o novo Comitê, que reconduziu Analúcia Schliemann por mais um ano e designou os novos membros com diferentes prazos de mandatos: Antônio Joaquim Severino e Sarita Maria Afonso Moysés — um ano de mandato; Zaia Brândão e Maria Beatriz Moreira Luce — dois anos; e Aparecida Joly Gouveia e José Luiz Domingues — três anos.

Reorganização interna da DIPES

Procurou-se consolidar a reorganização interna da DIPES, iniciada em 1988, sob forma experimental, com a redistribuição dos técnicos, em 10 (dez) núcleos de estudos e acompanhamento das pesquisas e eventos.

Essa redistribuição objetivou aprofundar os estudos teórico-metodológicos e facilitar as articulações com instituições e pesquisadores externos.

Para apoiar, administrativamente, as equipes técnicas, foi instituída uma Secretaria Executiva.

Os núcleos ficaram assim constituídos:

- *Alfabetização, Livro Didático e Literatura Infante-Juvenil;*
- *Ensino de 1º Grau e Pré-Escolar;*
- *Ensino de 2º Grau;*
» Ensino Superior;
- *Formação do Professor, Mulher e Educação e Educação e Questão Racial;*
- *Educação Popular — Ensino Noturno;*
- *Educação Física e Educação Especial;*
- *Educação e Sociedade;*
- *História da Educação e História da Ciência;*
- *Diagnóstico e Avaliação.*

A formalização dos 10 núcleos vem amadurecendo a experiência profissional dos técnicos da DIPES, que se desincumbem de suas tarefas de análise de projetos, em subáreas específicas, ao mesmo tempo que executam trabalhos articulados com outros setores do INEP, do MEC e de outras entidades, assim como com pesquisadores, individualmente.

Acompanhamento dos Projetos de Pesquisa — PPP

Com a preocupação de aperfeiçoar o acompanhamento da execução das pesquisas, esta Diretoria organizou três reuniões do subprograma de Acompanhamento dos Projetos de Pesquisa — PPP apoiados pelo INEP. Essas reuniões estiveram centradas nas pesquisas em desenvolvimento sobre o Ensino de 1º Grau, de 2º Grau e Superior.

Todos os coordenadores não só participaram dos eventos como, antecipadamente, enviaram resumos, informando sobre o andamento de suas pes-

quisas. Participaram também da reunião, técnicos da DIPES e representantes das seguintes secretarias do MEC: SEB, SESG e SESU.

A temática desenvolvida em cada uma dessas reuniões, quer por palestrantes, quer por grupos de estudo, foi a seguinte:

- Ensino de 1º Grau: A valiação/diagnóstico; Currículo: Escola e contexto social; c Ensino da Matemática;
- Ensino de 2º. Grau: Ensino Médio, caracterização, contradições e perspectivas;
- Ensino Superior: O porquê da pesquisa educacional no Brasil; A pesquisa e o ensino na graduação; e Questões específicas ao ensino superior atual.

Os resumos dos resultados das três reuniões foram muito semelhantes. Todos apresentaram questões gerais relevantes na pesquisa educacional e discutiram-nas. Também foram debatidas as principais dificuldades específicas com que se defrontam os coordenadores com relação ao financiamento dado pelo INEP. Foi reconhecido, nesses encontros, o alto valor do intercâmbio técnico, entre pesquisadores da mesma área. A identificação dos aspectos teórico-metodológicos e dos resultados das pesquisas merece revisão e maior reflexão. Há, também, motivação para o pesquisador iniciante ao ser chamado a participar da programação dessas reuniões, beneficiando-se das discussões e do intercâmbio com pesquisadores experientes.

Nas conclusões, destacaram-se:

Ensino de 1º Grau

- que os conceitos que caracterizam a comunidade e o ambiente escolar devem ser mais profundamente pensados e discutidos pelos pesquisadores;

- os métodos para conhecimento da realidade social, do dinâmico e não do estereótipo da comunidade, associados aos instrumentos adequadamente construídos, devem ser aplicados de forma a levar a conclusões que apresentem resultados atinentes, não só ao quantitativo como ao qualitativo do objeto de pesquisa; e
- » os fatos sociais e políticos do momento atuam e repercutem nas atividades escolares do 1º grau, de tal forma que disciplina, participação e outros fenômenos grupais devem passar a ser objeto das pesquisas com características não previstas pelos pesquisadores.

Ensino de 2º Grau

- há necessidade de ser proporcionado, pelo INEP, o aprofundamento do estudo da metodologia científica, sob diferentes formas, por aqueles que se dedicam à pesquisa educacional deste nível, em diferentes pontos do país;
- sugere-se que o INEP, através do Comitê, seleccione e priorize, para pesquisa educacional, no 2º. Grau, temas que visem responder aos interesses reais da sociedade de hoje e do futuro próximo, com perspectivas criativas, e não apenas aos que se referem às distorções ou expectativas do sistema educacional do passado recente e que já foram tratados em pesquisas anteriores;
- há necessidade de aproveitamento real dos resultados das pesquisas no esquema oficial de decisões políticas; e
- recomenda-se nova discussão entre INEP e a SESG, com referencial nos documentos conclusivos da pesquisa "Caracterização do 2º Grau", visando elaborar, conjuntamente, um documento sobre "O Segundo Grau que necessitamos".

Ensino Superior

Devem ser mais aprofundados e discutidos os seguintes assuntos:

- *interação do ensino e pesquisa, nas universidades brasileiras, envolvendo definição mais clara dos objetivos de pesquisa de maior interesse público;*
- *qualificação necessária de professores ou especialistas para serem pesquisadores;*
- *definição das condições e momentos de início da formação de pesquisadores, na graduação, na pós-graduação ou desde o início de ensino de 2º Grau, como em outros países;*
- *a linha de Educação para a Ciência foi a única que teve aceitação unânime no PADCT, o que indica dever-se fazer evoluir os demais temas da pesquisa educacional para atingir tal status;*
- *a formação do pesquisador deve iniciar-se pela capacidade de tratar com sujeitos (em campo ou em situações específicas) e pelo domínio de equipamentos e de seleção de materiais;*
- *a pesquisa como base para o ensino;*
- *novas situações para a pesquisa educacional trazidas pela atual Constituição;*
- *discriminação, no ensino superior, entre docentes e pesquisadores; e*
- *identificação das áreas de pesquisa, no Ensino Superior, que ultrapassem o setor Educação para verificar possíveis articulações com a pesquisa educacional.*

Ficou unanimemente reconhecida a superioridade desse acompanhamento, feito com reuniões dos coordenadores, sobre a forma tradicional de avaliação do andamento dos projetos do INEP, feita individualmente, por técnicos e/ou consultores.

Aperfeiçoamento de recursos humanos

Face à qualificação ou aperfeiçoamento das equipes internas, para sua participação no desenvolvimento da pesquisa educacional no país, a DIPES apresentou à Coordenação do Programa de Revalorização Interna (PRI), como parte do Convênio UnB/INEP, um programa de cursos, que não pôde ser realidade em 1989.

- *Dois outros cursos foram oferecidos pela UnB, como parte do referido convênio, e foram assistidos por seis técnicos da D IPÊS: "Fundamentos filosóficos da pesquisa científica", ministrado por Geraldo Tonaco, e "A evolução da pesquisa em educação no contexto da realidade sociocultural brasileira — análise crítica", ministrado por Neuzza Zapponi Lindahl.*

Participaram técnicos da DIPES de outros cursos oferecidos pela UnB:

- » *"Português para nível superior"*
- *"Português para nível médio"*
- *"Inglês nível I"*
- *"Introdução à Informática".*

Além desses cursos, alguns técnicos participaram do curso "Política de Ciência e Tecnologia para a Década de 90", integrado no Programa de Educação Continuada em C&T, promovido pela UnB, Federação Nacional dos Engenheiros, em cooperação com a Organização dos Estados Americanos — OEA, Universidade de Campinas — UNICAMP, Universidade Aberta do Nordeste e Fundação Demócrito Rocha, apresentando, no final, um trabalho monográfico, em equipe.

Participação em eventos

A participação em eventos, internos ao MEC, nas diferentes áreas temáticas de pesquisas e seminários, apoiados ou não pelo INEP (Núcleos

da DIPES), visou a extensão do conhecimento, resultante da análise de pesquisas e atualização de Recursos Humanos, quanto a novas teorias, metodologias e bibliografias. A participação dos técnicos fêz-se, ora proferindo palestras ou integrando mesas-redondas, ora apresentando comunicações ou tomando parte em grupos de trabalho e elaborando relatórios.

Seguem-se os temas, datas e locais dos eventos:

- Reunião do Grupo Interinstitucional sobre A valiação da Educação, com apresentação do Programa Diagnóstico do Setor Educação.

Data: 25.04.89

Local: INEP/MEC — Brasília-DF

- Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação — ANPED.

Tema: Subsídios para a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) — São Paulo, maio 1989.

% Novas perspectivas para a preparação dos educadores brasileiros, com vista à Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) e ao Plano Nacional de Educação (PNE) — Conferência Brasileira de Educação (CBE). Brasília, agosto de 1989.

- Reunião para discutir a participação do grupo Interinstitucional sobre A valiação dos Trabalhos da Comissão de Alto Nível.

Data: 11.08.89

Local: INEP/MEC — Brasília-DF

- Palestras de Richard Aldrich sobre aspectos temporâneos da educação inglesa:

- "A Lei de Ensino de 1988"
- "O currículo e os exames nacionais".

Data: 24 e 25.08.89

Local: UnB — Brasília-DF

- Palestra de Juan Diaz Bordenave sobre Ensino à Distância.

Data: 31.08.89

Local: INEP/MEC — Brasília-DF

- Reunião sobre "A Sistemática de Avaliação do Ensino Público do 1:º Grau". INEP, agosto de 1989.

- Reunião de Treinamento para Elaboração de "Recursos Analíticos em Educação" (RAE). Belo Horizonte, setembro de 1989.

- Reunião Interinstitucional para "Avaliação do Programa Diagnóstico do Setor Educação" e elaboração de documento das conclusões.

Data: 28.09.89

Local: Instituto de Recursos Humanos João Pinheiro. Belo Horizonte, setembro de 1989.

- / Encontro Nacional de Educação à Distância — J.R. Alves, Rio de Janeiro, 20 a 22.09.89.

% Série de três mesas-redondas: 1989 — O INEP e a História — projeções sobre a Educação Brasileira. Brasília.

Temas: • "200 anos da Inconfidência Mineira", maio de 1989.

• "Bicentenário da Revolução Francesa", junho de 1989.

• "Centenário da Proclamação da República", outubro de 1989.

- IX Encontro de Pesquisadores em Educação da Região Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul).

Tema: Pesquisa em Educação — contribuição para a Prática Pedagógica.

Florianópolis, outubro de 1989.

- / Reunião Regional sobre o Plano Nacional de Educação — Região Sul.

Data: 28 e 29.10.89

Local: Reitoria da UFRGS — Porto Alegre-RS

- *A Relação entre Educação e Trabalho, enfocando os conceitos de "omnilateralidade" e "politécnica". INEP.*

- *"Simpósio Latino-Americano sobre Psicologia do Desenvolvimento".*

Temas: • *Subnutrição e desenvolvimento cognitivo.*

» *Desenvolvimento e fracasso escolar nas camadas populares.*

- *Desenvolvimento social, infância e adolescência na América Latina.*

Recife, novembro de 1989.

- */// Conferência Nacional de Estatística — IBGE. Data: 07 e 09.11.89*

Local: Hotel Nacional — Rio de Janeiro-RJ

- *VI Reunião do Pedagogium — Posse dos membros da Comissão e apresentação da programação para 1990.*

Data: 30.11.89

Local: INEP/MEC — Brasília-DF

- *O Ensino Noturno a Nível de 2º Grau — Encontro Nacional. Promoção SESG/INEP. Brasília, dezembro de 1989.*

Protocolos internacionais

Dois protocolos (convenções) estão sendo articulados, através de cartas de intenções, com o Instituto Nacional de Pesquisas Pedagógicas — INRP, do Ministério da Educação da França, e outro com o Instituto de Inovação Educacional — INE, do Ministério de Educação de Portugal. As duas cartas propõem um intercâmbio de técnicos, de experiências e de documentação, intenções estas explicitadas pela DIPES, em minuta de Acordo

(Anexo IX), que aguarda as aprovações e assinaturas das autoridades daqueles países.

Protocolos nacionais

A DIPES articulou, elaborou e executou o Protocolo de Intenções que foi celebrado entre o INEP e a Secretaria de Ensino de 2º Grau — SESG, a 12.12.89, com a finalidade de criar e equipar espaço físico para viabilizar estudos e pesquisas e documentação sobre o 2º Grau.

Ao ser firmado um Protocolo de Intenções entre o INEP e o CNPq, através do Centro de Estudos em Política Científica e Tecnológica — CPCT, a 26.10.89, esta Diretoria implementou uma Demanda Dirigida Interinstitucional, com Edital e Termo de Referência — Educação, Ciência, Tecnologia e Trabalho —, e articula, juntamente com este CPCT, a SESG e a USP, um Seminário sobre "Ensino de Ciências".

Outras formas de cooperação

- *FINEP — Programa Integrado Educação e Sociedade — PIES*

Dando continuidade ao "Programa Integrado Educação e Sociedade"—PIES, do qual participam a FINEP, o CNPq, a CAPES e o INEP. essas agências concordaram na reformulação de um novo plano de ação para 1990, cuja proposta seria solicitada à ANPED, dentro dos seguintes critérios:

» *ser interinstitucional:*

- *abranger diferentes áreas do conhecimento (interdisciplinaridade):*
- *requerer financiamento de médio ou grande porte: e*
- *integrar equipes de centros de excelência.*

Na série de reuniões do PIES, chegou-se também à conclusão de que se deverá, em 1990, divul-

gar amplamente o programa. O INEP e a CAPES deverão avaliar e apresentar sugestões, em conjunto, e todas as agências componentes do PIES deverão definir os recursos a serem concedidos.

Ainda com relação ao projeto interinstitucional INEP/FINEP "Caracterização e Perspectivas do 2º Grau". aprovado pelo PIES, dois técnicos da DIPES deram consultoria às equipes das nove secretarias estaduais de educação, que desenvolvem esse projeto. Esse reforço permitiu que todas as equipes concluíssem o relatório final de seus estados e elaboram, no momento, um livro para substituir o relatório-síntese do trabalho, sendo cada equipe responsável por um capítulo.

Prêmio Grandes Educadores Brasileiros — PGEB

Houve divulgação, inscrição e seleção de candidatos ao concurso do Prêmio Grandes Educadores Brasileiros. Os processos encaminhados não permitiram inscrição de candidatos, no ano de 1989, por não terem atendido às normas quanto ao anonimato, ineditismo e temática.

A divulgação e abertura de inscrições foi feita para seleção de candidatos para o concurso deste Prêmio, em 1990, com reforço de informações sobre aquelas condições, assim como do atendimento ao alto nível da qualidade para os trabalhos a serem apresentados como pesquisa histórica. Exige-se, também, estrita observância às normas da ABNT.

Houve, ainda, intercâmbio e avaliação contínuos dos dados biográficos do acervo da Secretaria Executiva do Prêmio Grandes Educadores Brasileiros, com correspondência dirigida a todos os possíveis participantes do trabalho de preenchimento

de formulários pessoais, sobre os educadores indicados com requisitos para tal mérito.

Articulações internas e externas ao MEC

As articulações internas ao próprio INEP foram intensificadas sob esta modalidade de atuação, emitindo parecer sobre o projeto THESAURUS, da DDI, cujo desenvolvimento, em futuro próximo, envolverá a aplicação dos testes da linguagem científica para o Setor Educação, estruturada para uso no país e, futura e possivelmente, nos países hispanofônicos.

A DIPES articulou-se com a SEINF/MEC e a Fundação Carlos Chagas, para a informatização dos seguintes acervos: de Pesquisas, de Pesquisadores, de Grandes Educadores Brasileiros e do Mapa da Evolução da Ciência.

As articulações da DIPES estendem-se a:

- UNESCO, através da SEAI, visando subsidiar o III Plano a Médio Prazo 1990-1995 e a XXV Sessão da Conferência Geral (out./nov. 1989) (participação do Ministro de Estado da Educação do Brasil);
- Gabinete do Ministro — GM/MEC, para organização da Teleconferência Latino-americana de Alfabetização, com dupla finalidade: preparo do Ano Internacional da Alfabetização (1990) e subsídios à Nova LDB;
- Fundação Educar/MEC, para elaboração de documento básico visando à erradicação do analfabetismo, na prazo de 10 anos;

- *Secretaria de Educação Especial — SESP/MEC — THESAURUS BRASED/GLOSSÁRIO, visando assessoria às reuniões e parecer avaliativo do projeto;*
 - *Secretaria de Articulação e Estudos de Planejamento — SEPLAN/MEC, para elaboração do documento básico para o Seminário sobre Alfabetização de Adultos na Nicarágua;*
 - » *Municípios brasileiros, para aperfeiçoamento do intercâmbio com os mesmos, no sentido de ampliar as informações inéditas sobre educadores eméritos conhecidos, assim como levantar dados sobre os desconhecidos de alto mérito, recuperando informações sobre experiências educacionais positivas e inovadoras, feitas a qualquer momento histórico, em todo o país, para montagem de arquivo;*
 - *Comissão Constitucional das Comemorações do Centenário da Proclamação da República — Prêmios para Monografia sobre Centenário da Proclamação da República e Bicentenário da Inconfidência Mineira — elaboração de textos para expedição de editais.*
- Consultorias prestadas:
- *GDF-SED — "Formação do Professor" — com levantamentos bibliográficos e de pesquisas;*
 - *DEMEC e SED Roraima — "Projeto Experimental de Ação Integrada para Educação Pré-escolar de Crianças Indígenas" — consultoria in loco DIPES/INEP e UnB nas malocas Napoleão (Macuxi) e Tabalascada (Wapixana);*
 - *IPARJ/RJ — "Projeto Brasil: População e Educação — 1900-2000" — consultoria em duas sessões aos 4 subprojetos;*
 - *Secretarias de Educação de PA, MA, RN, PE, GO, SP e PR, no projeto "Caracterização e Perspectivas do 2º. Grau", in loco.*
- Perspectivas
Implementação de ações:
- *realização de pesquisas coordenadas pelos técnicos do INEP, na área de suas especialidades;*
 - *fortalecimento das equipes técnicas, através de reuniões internas, cursos e participação em eventos;*
 - *participação mais substantiva dos técnicos na seleção e acompanhamento de projetos;*
 - *concentração de temática nas pesquisas a serem financiadas e articulação, através do INEP, com outras instituições e pesquisadores que desenvolvam trabalhos na mesma temática, no país e no exterior;*
 - *continuidade das linhas de pesquisa já aprovadas pelo INEP e articulação entre as mesmas;*
 - *informatização: banco de dados, incluindo cadastro de pesquisas, de pesquisadores, de grandes educadores e história da ciência, com integração de fluxos da DIPES com a DDI e DIPLAN, CNPq/IBICT, CNPq/CPCT;*
 - *acordos e convênios com as diversas unidades do MEC para assessoramento a universidades, secretarias de educação, delegacias do MEC e instituições públicas ou privadas de educação e pesquisa;*
 - » *divulgação permanente das atividades internas dos diferentes setores do INEP; e*
 - » *divulgação de folder com o seguinte calendário, relativo aos projetos de pesquisa:*

Recebimento		Avaliação		Divulgação	
até 30.03.90	2 ^a	quinzena de maio	1 ^a	quinzena de julho	
até 31.08.90	2 ^a	quinzena de outubro	1 ^a	quinzena de novembro	

Redefinições

- *da seleção dos consultores ad hoc e sua relação de trabalho profissional com o INEP;*
- *das atividades da Diretoria, dos técnicos e do pessoal de apoio;*
- *da prática de financiamento de pesquisas e eventos, ajustando-a à política monetária do país e ao fluxo dos cronogramas das verbas públicas;*
- *do processo de divulgação e de aproveitamento dos resultados das pesquisas;*
- *da participação no Programa de Revalorização Interna — PRI; e*
- *da sistemática do acompanhamento e avaliação do desenvolvimento do PPPe dos relatórios finais das pesquisas.*

Implantação de ações

- *capacitação de pesquisadores;*
- *subsídios a uma política de recursos humanos com isonomia salarial;*
- *% avaliação da Demanda Dirigida;*
- *curso e treinamento das secretárias na prática de arquivo;*
- *treinamento de recursos humanos das DEMECs;*
- *apoio aos trabalhadores internos com treinamento de estagiários para pesquisa (graduandos ou pós-graduados);*
- *implantação do núcleo de estudos sobre administração e financiamento da pesquisa educacional.*

Divulgação

- *publicação do Boletim Informativo sob a forma de Resumos Analíticos em Educação (RAE);*
- *pré-prints das sínteses de pesquisas;*
- *relatórios de pesquisas selecionadas;*
- *material básico para elaboração de materiais didáticos em disciplinas de diferentes níveis; e*
- *dados biográficos de grandes educadores brasileiros falecidos.*

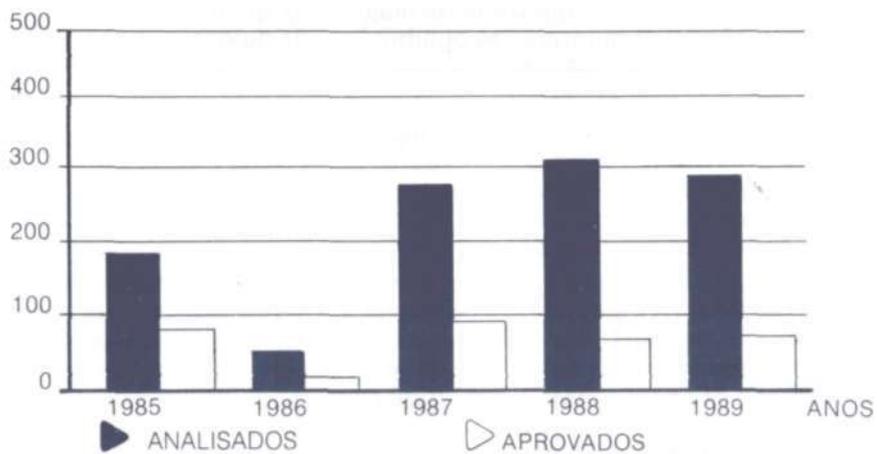
Sistemática de Avaliação do Ensino de 1º Grau

Desde meados de 1988 a Secretaria de Ensino Básico — SEB/MEC vinha desenvolvendo com apoio técnico e financeiro do Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura (IICA), uma sistemática para a avaliação do ensino público de 1º Grau.

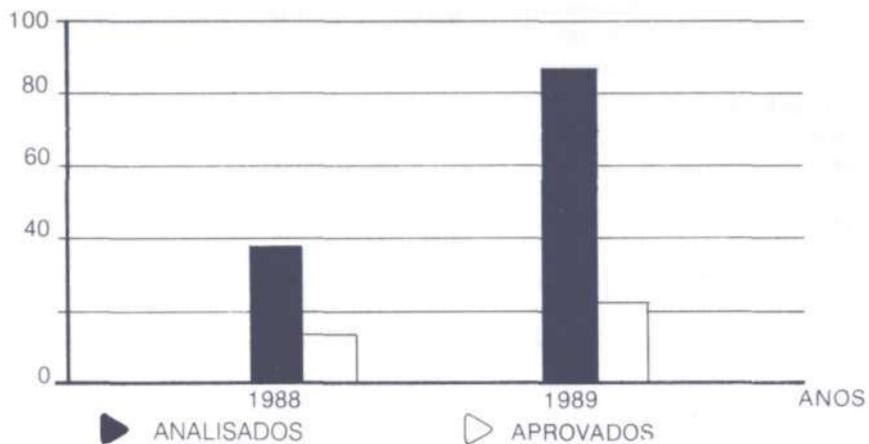
Em junho de 1989, ouvido o Ministro de Estado da Educação, o grupo encarregado do trabalho foi colocado à disposição do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) para dar continuidade às suas atividades, pois a este órgão foi delegada a responsabilidade de coordenação dos estudos voltados para a avaliação do Sistema Educacional Brasileiro.

A formulação da estratégia de avaliação tornou-se como ponto de partida os problemas longa-

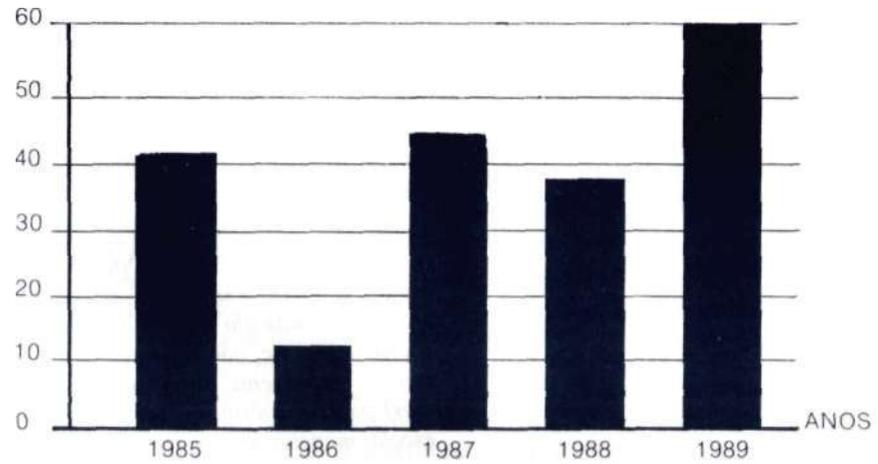
**DEMANDA ESPONTANEA
PROJETOS DE PESQUISA ANALISADOS E APROVADOS 1985-1989**



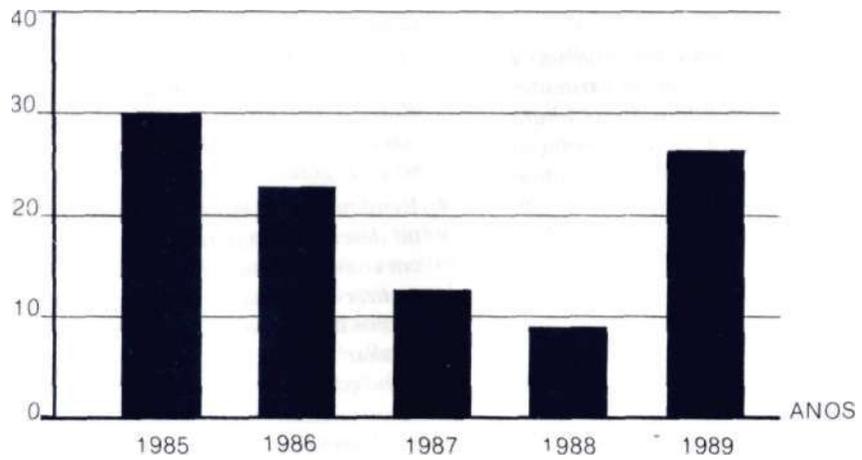
**DEMANDA DIRIGIDA
PROJETOS DE PESQUISA ANALISADOS E APROVADOS 1988-1989**



**PROJETOS DE PESQUISA CONCLUÍDOS
1985-1989**



**PROJETOS DE EVENTOS APROVADOS
1985-1989**



mente diagnosticados que condicionam o ensino público, e pretende, no fundamental, verificar os avanços em relação à superação desses problemas. Assim, foram colocadas três questões globais que a estratégia de avaliação proposta deveria ter condições de responder:

- em que medida as políticas adotadas estão possibilitando o acesso das crianças à escola e à melhoria da qualidade do ensino ministrado ?
- que mudanças se registram nas condições de trabalho e na competência pedagógica do professor?
- em que medida a gestão do campo educacional torna-se mais eficiente e democrática ?

Essas três questões gerais foram decompostas em dimensões de análise mais específicas, e referidas a indicadores concretos que possibilitariam analisar a situação existente. Tais dimensões de análise e indicadores podem ser agrupados em três grandes conjuntos, em função das fontes e dos procedimentos de obtenção e tratamento das informações:

- um primeiro conjunto que pode ser estudado à partir das estatísticas educacionais já existentes no Serviço de Estatística da Educação e Cultura — SEEC/MEC, possibilitará aferir a evolução da matrícula, os níveis de escolarização, a situação e evolução das taxas educacionais (evasão, repetência, reprovação, entre outras) e a produtividade dos sistemas estaduais de Educação;
 - uma segunda série, que toma como eixo as condições imperantes na escola, demandará a realização de estudos específicos:
1. Avaliação da Gestão Escolar: trata-se de um levantamento de informações sobre os estilos de gestão pedagógica, administrativa e finan-

ceira imperantes, os serviços oferecidos, a situação da infra-estrutura física, os processos de ensino-aprendizagem preconizados pelas escolas de 1º grau. O levantamento será realizado em uma amostra de unidades escolares discriminadas segundo dependência administrativa (Estadual/Municipal); localização (rural/urbana); tamanho (nº de salas) e modalidades de ensino oferecidas pela unidade.

2. Custo Aluno Direto: estudo que já vem sendo desenvolvido pela SEB/MEC desde 1984 e possibilitará conhecer a situação e evolução do custo aluno para cada um dos componentes de gasto (pessoal docente, não docente, material de consumo e permanente, serviços de terceiros e outros) para os mesmos estratos da amostra de escolas mencionadas no item 1.
3. Estudo do Professor: levantamento a ser realizado em uma amostra de professores das mesmas unidades escolares selecionadas no item 1, permitirá coletar informações sobre os níveis de formação e capacitação, condições de trabalho e problemas profissionais, concepções e orientações pedagógicas, estratégias de ensino-aprendizagem, percepção de atribuições e competências e principais problemas do professor do ensino de 1º grau.
4. Rendimento do Aluno: utilizando o instrumental desenvolvido pela Fundação Carlos Chagas em convênio com a SEB/MEC e o INEP/MEC. realizar-se-á uma avaliação do rendimento dos alunos de 1º grau da rede pública, visando, não 'avaliar' o alunado, senão determinar em que 'condições' (de gestão escolar, de perfil docente, de estratégias curriculares) se obtém melhores resultados, e que áreas estão a exigir uma inter-

venção definida para melhorar as condições de ensino-aprendizagem. O levantamento será realizado em uma amostra dos alunos dos professores selecionados no item 3.

- por último, uma terceira série de dimensões de avaliação se refere aos sistemas estaduais como um todo. Pretende-se aqui conhecer a situação e evolução da gestão educacional, nos aspectos que, a nível dos diagnósticos existentes, revelaram ser críticos pela sua incidência na administração dos sistemas: a burocratização, a centralização, a desarticulação e superposição de estruturas, o clientélisme, a falta de equidade entre redes, áreas e/ou regiões, entre outros. Para esse fim, são propostas duas séries de estudos:

1. *Custo Aluno Indireto*: paralelo ao estudo de custo aluno direto, a SEB/MEC desenvolveu uma metodologia para o estudo dos custos administrativos (realizados fora da escola), que já foi aplicado em algumas unidades federadas.
2. *Diagnóstico de Gestão*: estudo a ser realizado a nível dos sistemas educacionais das unidades federadas, para levantar os indicadores pertinentes aos aspectos acima mencionados.

Como se pode ver, a estratégia de avaliação proposta, além de permitir relacionar e articular os resultados de diversos trabalhos que já vinham sendo desenvolvidos pela SEB/MEC, aborda também áreas e dimensões que, apesar de sua importância, não haviam sido ainda submetidas ao crivo de um processo avaliativo sistemático e relacionai. Também se pode apontar que com a estratégia proposta, se pretende desenvolver e/ou aprofundar as capacidades e competências avaliativas das diversas unidades gestoras do campo educacional (MEC, secretarias e órgãos estaduais e municipais), além de regionalizar o processo avaliativo, de forma a

possibilitar a incorporação de instâncias locais, e com isso estimular o desenvolvimento de uma infraestrutura permanente de avaliação da educação de 1º grau.

Cabe mencionar que foi desenvolvida uma aplicação piloto nos Estados do Rio Grande do Norte e Paraná, junto às respectivas Secretarias de Educação, com a finalidade de testar os instrumentos e procedimentos preconizados.

A partir de 1º de julho foram desenvolvidas as seguintes atividades, no sentido de implementar o Sistema de Avaliação do Ensino Público de V Grau:

- *Elaboração e encaminhamento à direção do INEP da proposta de trabalho para o ano de 1.989 — julho.*
- *Informatização do Sistema de Avaliação — julho, agosto e setembro.*
- *Elaboração de relatórios descritivos da aplicação-piloto nos Estados do Rio Grande do Norte e Paraná — julho e agosto.*
- *Construção de índices preliminares sobre a democratização da gestão escolar e sobre a competência docente — agosto a dezembro.*
- *Revisão e reformulação dos instrumentos e procedimentos utilizados no Sistema de Avaliação — setembro.*
- » *Apresentação e entrega do relatório descritivo da aplicação-piloto nos Estados do Rio Grande do Norte e Paraná — setembro.*
- *Preparação dos materiais necessários para a realização dos levantamentos em 1989 — setembro e novembro.*
- *Preparação do treinamento nacional — setembro.*

Convém ressaltar que as sete primeiras atividades acima listadas foram realizadas, sendo que

aquelas que exigiram recursos, foram custeadas pelo IICA, pois davam continuidade às atividades ligadas à aplicação-piloto e preparação.

As atividades de realização do treinamento, bem como a preparação e execução dos levantamentos a nível nacional, que seriam custeadas com recursos oriundos do "destaque" realizado no orçamento do FNDE, que vinculou recursos às ações avaliativas, foram prejudicadas pela não liberação de recursos em tempo hábil.

Documentação e Informações Educacionais

*Um dos pontos norteadores, definidos para a programação de trabalho, diz respeito às metas estabelecidas para este ano, dentro do **Programa de Desenvolvimento de Informações Documentárias e Bibliográficas em Educação**: a informatização do Centro de Informações Bibliográficas em Educação (CIBEC), como unidade central do Sistema de Informações Bibliográficas em Educação (SIBE), de abrangência nacional, e a atualização, em caráter prioritário, das publicações periódicas do INEP — a **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, o **Em Aberto**, o **Jornal do Professor de 1º Grau**.*

A informatização do CIBEC impôs-se como necessidade de superar os entraves causados pela utilização de métodos anacrônicos na execução dos serviços e na geração dos produtos oferecidos aos

usuários, questão que se torna ponto pacífico na discussão de quantos entendem e trabalham com informação nos dias de hoje. Sob pena de conviver com uma realidade adversa aos objetivos do CIBEC, situação em que sua existência só se justificaria por fazer parte da "estrutura" de um instituto dedicado à pesquisa sem, no entanto, as condições atuais de funcionamento, a transformação dos métodos manuais de trabalho em mecanismos automatizados tornou-se uma exigência indiscutível.

Paralelamente, a atualização dos periódicos do INEP atende ao princípio da garantia de circulação mais ágil do pensamento educacional brasileiro, visto que o periódico é o veículo de divulgação impressa que possui maiores possibilidades de acesso pelos pesquisadores, estudantes e demais trabalhadores da área, com uma apresentação simplificada — mas não simplista — da produção intelectual e científica da educação. Além disto, é necessário considerar-se a questão da credibilidade e oportunidade da circulação desses veículos que em seu próprio nome — periódicos — sinalizam sua natureza: a de transmitir informações atuais num determinado período cronológico.

Essas seriam, por assim dizer, duas linhas básicas de manutenção do tradicional desempenho do INEP na área de documentação e informação educacionais, enquadrando-se nos princípios da democratização do conhecimento produzido.

Ao lado disso, haveria, por certo, espaço e flexibilidade para outros serviços e produtos, caracterizando-se a saudável e recomendada maleabilidade de um planejamento, visto como um processo de adoção de estratégias de acordo com as demandas de novas ações.

Editoração e Divulgação de Informações Técnicas e Científicas em Educação

Publicações

- Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos
n°s 163, 164 e 165, e em fase final de produção editorial o *n*° 166.
- Em Aberto
Edição Especial — índice do Em Aberto
n° 39—jul./set. (88)— "*Condições para Universalização do Ensino Básico*"
n° 40 — out./dez. (88) — "*Ensino de Ciências: a produção do conhecimento e a formação do cidadão*"
n° 41 — jan./mar. (89) — "*O Ensino de 2º Grau*"
n° 42 — abr./jun. (89) — "*A Educação na Nova Constituição: Recursos*"
n° 43 — jul./set. (89) — "*A Educação na Nova Constituição: a Universidade*"
n° 44 — out./dez. (89) — "*A Educação na Nova Constituição: Qualidade e Democratização*"
- Jornal do Professor de 1: Grau
n° 13 — março — *A Educação Física na Escola*
n° 14 — abril — *A Municipalização do Ensino*
n° 15—maio — *O Professor e os Meios de Comunicação de Massa*
n° 16 — junho — *A Educação e a República*
(em fase de produção editorial)
n° 17— *Educacão Ambiental*
- Bibliografia Brasileira de Educação
volume I, de 1985
- Série Estudos e Pesquisas
Aprovada para publicação, "A Educação Negada", que se encontra em fase de editoração e copidescagem. Quatro obras estão sendo examinadas pelo Comitê Editorial, a saber:
 - *A Expansão da Rede de Creches do Município de São Paulo durante a Década de 70*
 - *A Presença de Carlos Maciel no Planejamento da Educação*
 - *Leitura/Escrita e Cotidiano na Escola*
 - *Escola Normal em Questão*
- » Prêmio Grandes Educadores Brasileiros
Em fase de produção gráfica a monografia premiada em 1988.
- Seminário de Avaliação de Bolsistas no Exterior
Publicação do INEP em conjunto com a CAPES e o CNPq. Encontra-se em fase de produção gráfica.
- Resumos Analíticos em Educação
Volumes 1 e 2 sobre "Alfabetização" — em fase de produção editorial.
- Bibliografias Temáticas
Publicação dos volumes com os seguintes conteúdos: "Educação Popular" e "História da Educação"
- Estados da Arte
Publicação do volume sobre "Alfabetização"
- Programa de Coedição
*As obras **Opúsculo Humanitário**, de Nísia Floresta, História da Instrução Pública e História do Analfabetismo já foram concluídas e estão sendo distribuídas. A obra **Guia de Leitura** encontra-se em fase de acabamento. A obra **Textos Selecionados**, de Navarro de Britto, encontra-se em fase de conclusão dos trabalhos pela Universidade Federal da Bahia. Sobre a obra **História** da Faculdade de Educação, os contatos estão sendo mantidos diretamente pela Diretoria. Quanto às obras *Leitura/Escrita e Cotidiano na Escola* e **Álvaro Vieira Pinto**, deverão ser incluídas na programação do próximo ano.*

- **Outras Publicações em Andamento**

Por determinação da Direção Geral, a Coordenadoria recebeu o encargo de editar três obras da Secretaria de Ensino de Segundo Grau — **SESG: Subsídios à Elaboração de Políticas para o Ensino Médio, Programa de Habilitação ao Magistério e Ensino de Segundo Grau: perspectivas**. As duas primeiras, que exigiram trabalho de edição de texto e criação de capa, estão em processo de produção gráfica. Quanto à reedição da obra **Ensino de Segundo Grau: perspectivas**, esta Coordenadoria aguarda proposta da USP, pois deveria ser firmado convênio de coedição.

Divulgação

Além das atividades editoriais, a COED empreendeu esforços no sentido de divulgar sua produção, participando, através da exposição e venda de livros em eventos significativos para o setor educacional e editorial, conforme discriminação que se segue:

- **Reunião do Conselho Nacional de Federações do SESI**
Local: Espaço Cultural do SESI — Brasília, DF
Data: 28, 29 e 30 de março
- **Teleconferência Latino-Americana sobre Alfabetização**
Local: Palácio da Cultura — Rio de Janeiro, RJ
Data: 5, 6 e 7 de abril
- **XIV Simpósio Brasileiro de Administração da Educação — ANPAE**
Local: Faculdade de Educação — UFMG — Belo Horizonte, MG
Data: 25 a 28 de abril
- **XII Reunião Anual da ANPED**
Local: Faculdade de Educação — USP
Data: 8 a 12 de maio

- **Seminário "A Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação"**

Local: IRHJP — Belo Horizonte, MG

Data: 12 a 15 de junho

- **40ª. Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência — SBPC**

Local: Universidade Federal do Ceará — Fortaleza, CE

Data: 10 a 14 de julho

Contando com o apoio da Secretaria Executiva da SBPC/CE a Coordenadoria conseguiu gratuitamente um espaço para exposição das publicações do INEP.

Neste evento foram distribuídos 200 folders, foram feitas 80 inclusões no cadastro do **Em Aberto** e 100 inclusões no cadastro do **Jornal do Professor**.

- **III Congresso Nacional de Educação**
Realizado pela Associação de Educação Católica do Brasil, em Brasília

Local: Colégio La Salle

Data: 18 a 21 de julho

Foram distribuídos, na ocasião, 300 folders. Feitas 60 inclusões no cadastro do **Em Aberto**. 74 inclusões no **Jornal do Professor**, e distribuídos 60 exemplares do **Em Aberto** e 180 do **Jornal do Professor**.

- **IV Bienal Internacional do Livro**

Local: Rio Centro — Pavilhão Central — Rio de Janeiro

Data: 23/08 a 03 de setembro

A exemplo do que ocorreu na SBPC, em Fortaleza, também conseguiu-se do Sindicato Nacional dos Editores de Livros, ocupar gratuitamente um stand de 20m².

Além de participar divulgando a produção editorial do INEP, foram divulgados também os

trabalhos da REDUC, através de folders e exposição de publicações e da Rede SIBE através da veiculação de vídeo no próprio stand.

Na oportunidade, a DDI/COED promoveu o lançamento da obra **Historia da Instrução Pública**, editada em regime de medição com a PUC/SP. Foram enviados a todas as instituições pertencentes ao cadastro de usuários do INEP, situadas nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, folders das publicações deste Instituto e convites para o lançamento realizado na ocasião. Ambos foram acompanhados de uma carta-circular solicitando a divulgação dos mesmos.

Foram registradas, com a participação neste evento, 118 assinaturas no cadastro do **Em Aberto** e 201 do **jornal do Professor**. Ainda se pode citar a distribuição de 382 fichas cadastrais do **Em Aberto** e 799 do **Jornal do Professor**. Foram distribuídos, na ocasião, 1.200 exemplares do **Jornal do Professor de 1º Grau**, 600 exemplares do **Em Aberto**, 200 da **Bibliografia Temática em Educação** e 166 índices do **Em Aberto**.

- 6º Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte — CBCE

Local: Centro de Convenções — Brasília, DF

Data: 05 a 09 setembro

A convite da comissão organizadora do evento, foi montado um stand para vendas e exposição de publicações do INEP e 400 folders contendo as publicações disponíveis do Instituto. Também foram distribuídas 300 fichas cadastrais do **Jornal do Professor** e do **Em Aberto**. Foram feitas 154 assinaturas do **Em Aberto** e 169 assinaturas do **Jornal do Professor**. Foram distribuídos 220 **Jornais do Professor de 1º Grau**.

- 7º Congresso de Leitura do Brasil — 7': COLE
Realizado pela Associação de Leitura do Brasil

em conjunto com a Faculdade de Educação e o Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP.

Local: Campinas/SP

Data: 08 a 10 de setembro.

- Encontro Nacional Sobre o Pré-Escolar
Local: Brasília, DF
Data: 25 a 27 de setembro
- HI Congresso dos Trabalhadores em Educação do Distrito Federal
Promoção: Sindicato dos Professores do Distrito Federal/SINPRO
Data: 23 a 27 de outubro
- Participação no "XXI Seminário Brasileiro de Tecnologia Educacional", com o envio de 500 listas das publicações.

Distribuição de publicações

Foram distribuídas, neste período, as seguintes publicações: **Em Aberto** nºs 39, 40, 41; índice do **Em Aberto**; **RBEP** nº 163; **Bibliografia Temática em Educação** ("Educação Popular" e "História da Educação Brasileira"); **Série Estudos e Pesquisas** nº 02 ("Da Assistência Educativa à Educação Assistencializada"); **Série Encontros e Debates** nº 04 ("Seminário Anglo-Brasileiro de Ciência, Tecnologia e Educação") e nº 05 ("Alternativas de Alfabetização para a América Latina e o Caribe"); **Jornal do Professor** nº 14 ("Municipalização do Ensino"), nº 15 ("O Professor e os Meios de Comunicação de Massa") e nº 16 ("Educação na República"); **Bibliografia Brasileira de Educação V. 30, nºs 1 e 2**; **Alfabetização no Brasil**; **Analfabetismo no Brasil** e **História da Instrução Pública**.

A distribuição foi feita atendendo ao critério sugerido pelo Comitê Editorial: todas as instituições ligadas à educação que recebem as publicações do INEP gratuitamente, todas as instituições que

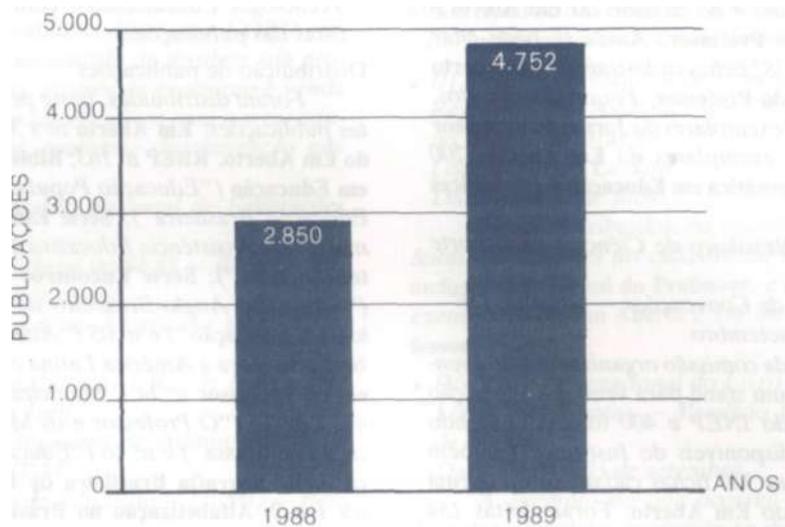
recebem através de permuta e todas as assinaturas resultantes de vendas.

Além dessas iniciativas, foi realizado, ainda, em 01 de junho, no Salão Negro do Congresso Nacional, o lançamento do livro **Opúsculo Humanitário**, de Nísia Floresta, em solenidade depremia-

ção do livro didático, promovida pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

Os resultados das atividades desenvolvidas pela COED podem ser visualizados nos gráficos abaixo, os quais retratam o número expressivo de publicações produzidas e distribuídas no período 1988/1989. (ver também Anexo X).

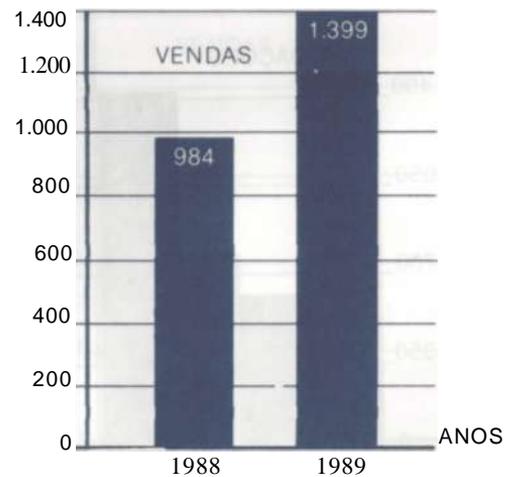
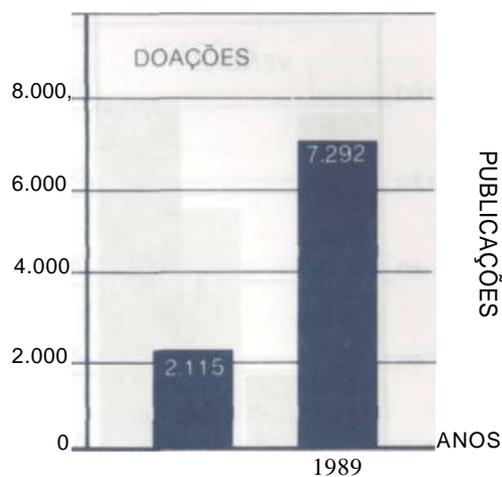
**PUBLICAÇÕES EM GERAL EDITADAS PELO INEP
NÚMERO DE VENDAS
1988-1989**



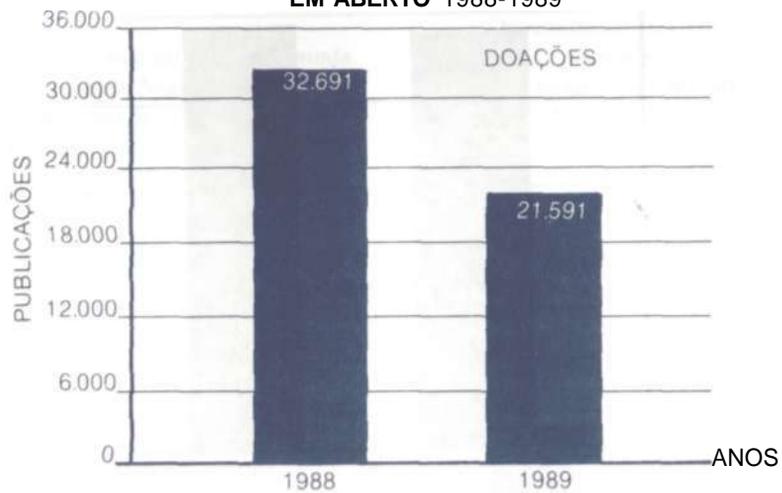
**PUBLICAÇÕES EM GERAL EDITADAS PELO INEP *
NÚMERO DE DOAÇÕES 1988-1989**



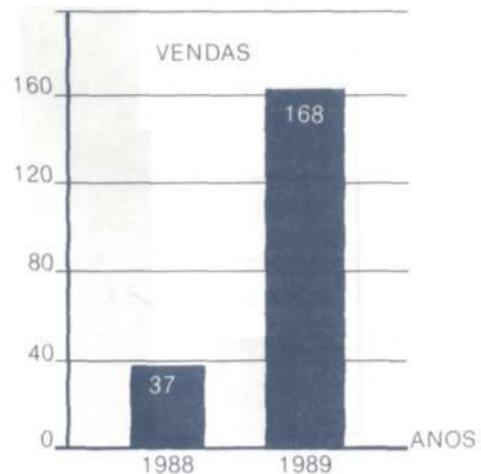
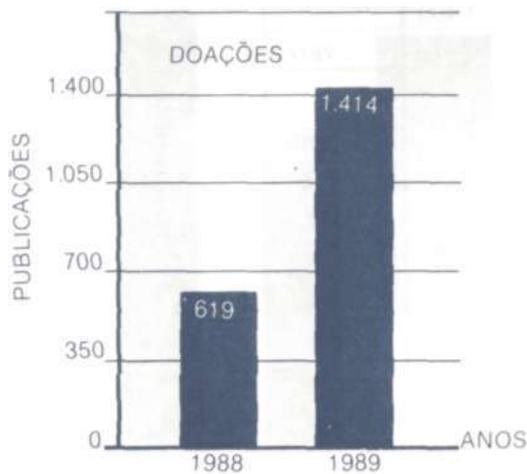
**REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS EDITADA PELO INEP
DOAÇÕES E VENDAS - 1988-1989**



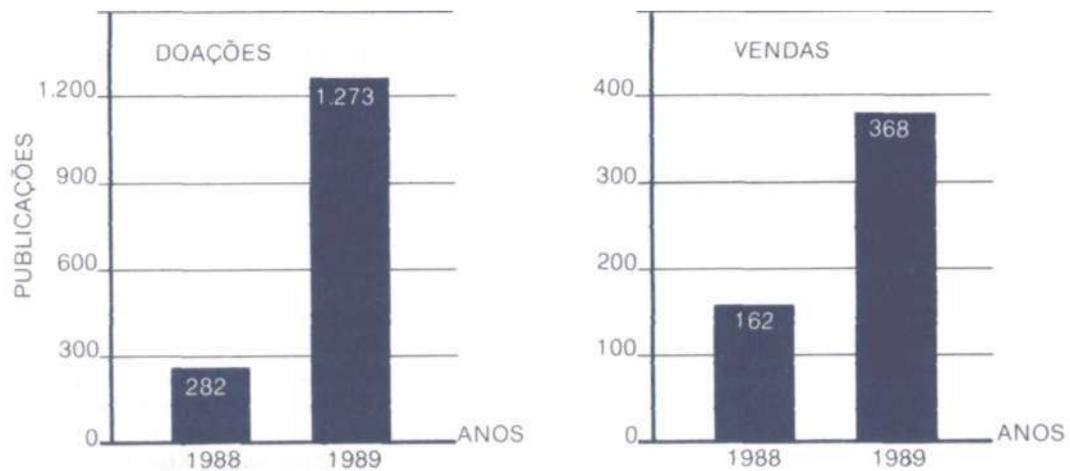
**PUBLICAÇÕES EDITADAS PELO INEP
EM ABERTO 1988-1989**



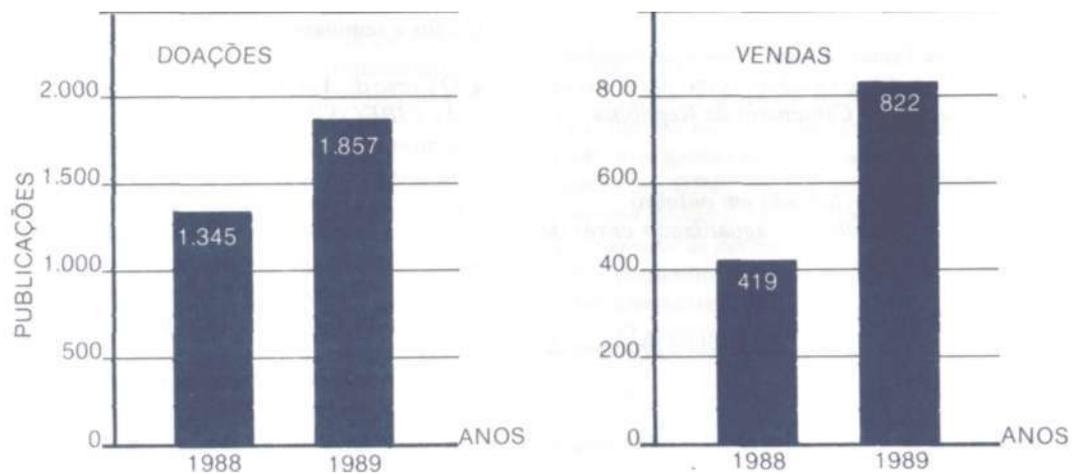
**PUBLICAÇÕES EDITADAS PELO INEP
BIBLIOGRAFIA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO**



**PUBLICAÇÕES EDITADAS PELO INEP
SÉRIE ESTUDOS E PESQUISAS**



**PUBLICAÇÕES EDITADAS PELO INEP
SÉRIE ENCONTROS E DEBATES**



Centro de Informações Bibliográficas em Educação
- CIBEC

Produtos

- **Bibliografia Brasileira de Educação (BBE)**
 - *BBE 87* — após a coleta do material da rede SIBE, foi feita uma análise dos resillados. Esta análise será apresentada à COED para avaliação. Os resumos rejeitados serão devolvidos às Unidades, com comentários, e aqueles considerados bons serão incluídos no corpo da BBE para o processo de montagem
 - *BBE 88* — em fase de coleta
 - *BBE especial* — material de 1982 a 1985, não incluído em n^os anteriores
- **Resumos Analíticos em Educação (RAE)**
 - sobre o tema alfabetização, está em fase de editoração
- **Bibliografia Temática sobre Educação Popular**
 - lançada em 18 de outubro, como parte das comemorações do Centenário da República
- **Estados da arte**
 - *Alfabetização* — lançado em outubro
 - *Educação e Mulher* — aguardando envio de originais pela autora
- **Sumário de periódicos**
 - concluído, em revisão, iniciando o processo de reprodução
- **Bibliografia de bibliografias (Banco de bibliografias do CIBEC)**

- em datilografia, incluído na programação de 1990 (para impressão)

• **Bibliografia de recortes de jornais — 1988**

- emissão de uma primeira listagem, incluindo artigos até outubro, para conferência visual. Abrange os seguintes assuntos: Administração da Educação; Educação Comparada; Educação de Adultos; Educação Especial; Educação Pré-escolar; Ensino de 1^o e 2^o Graus; Ensino Superior. Arrola 1.932 referências.

• **Coletânea de recortes de jornais**

- compilação de artigos sobre os seguintes tópicos: Municipalização do Ensino; Lei de Diretrizes e Bases da Educação; Menor Carente; Educação e Constituinte; Educação Especial; Educação Pré-Escolar; Ministros da Educação (Portella, Ludwig, Napoleão, E. Ferraz; Bornhausen e Maciel)

Cursos e seminários

- *O Curso de Aperfeiçoamento Técnico do Pessoal do CIBEC/SIBE* — planejado para o segundo semestre de 1989, não foi levado a efeito, por não poder contar com o apoio da CAPES, conforme estava previsto. Foi solicitado à DDI estudo de viabilização, para sua execução em 1990.
- *Participação da Coordenadora do SIBE na V Reunião Bianual dos Centros Associados à REDUC, em Caracas, Venezuela, de 23 a 27 de outubro p.p.*
- *Participação dos Servidores no Programa de Revalorização Interna/INEP, nos seguintes cursos:*
 - *Editoração:* 12 pessoas
 - *Inglês:* 3 pessoas

- *Especialização em Administração de Bibliotecas Públicas e Escolares: 2 pessoas*
- *Educação Continuada em Ciência e Tecnologia: 4 pessoas*
- *Informática: 10 pessoas*
- *Técnicas de Pesquisa: 3 pessoas*
- *Língua Portuguesa e Redação Oficial: 4 pessoas*
- *Participação no I Encontro dos Usuários do MICROISIS, patrocinado pelo IBCT, em 21 e 22 de novembro*

Núcleo de Informação em Educação Especial — NIESP

Dando continuidade às atividades de criação do NIESP, técnicos da SESP, a Direção do CIBEC e consultores do IBICT se reuniram com a finalidade de executar o projeto de implantação do NIESP.

Para tanto, foram definidas ações, iniciando imediatamente sua execução:

- contratação, por parte da SESP, de pessoal especializado (bibliotecários) para tratamento técnico das publicações de educação especial a serem incorporadas ao acervo do CIBEC;*
- Deslocamento da bibliotecária responsável pela seleção no CIBEC, a fim de fazer uma triagem no material a ser incorporado ao acervo do CIBEC;*
- Orientação oferecida pelo CIBEC aos profissionais contratados, a fim de que as técnicas de processamento das publicações e atividades sejam executadas segundo os procedimentos adotados no CIBEC;*
- Visita da consultora americana Judy Conrad, do ERIC, à SESP para discussões sobre o Thesaurus BRASED, com vista a uma possível elab-*

oração do Micro Thesaurus de Educação Especial. Participaram das reuniões a Direção do CIBEC, a gerência do Thesaurus, técnicos do IBICT, responsável pela elaboração do Micro Thesaurus, e um representante da Direção-Geral do INEP. Estas reuniões objetivaram uma análise do BRASED, entre 22 e 24 de novembro, para que o MICRO THESAURUS obedecesse à estrutura do BRASED.

Thesaurus

- *Conclusão e revisão do índice Alfabético-rotado, da lista estruturada de termos e da Introdução do Thesaurus;*
- *Elaboração do Projeto para o teste do Thesaurus.*

Base de dados

A base de dados do SIBE, desenvolvida pela Fundação Carlos Chagas (FCC), já está concluída, aguardando notícias sobre os equipamentos para ser instalada.

Como a base de dados desenvolvida pela FCC não previa a automação do CIBEC como um todo, mas apenas para a geração de produtos pertinentes ao SIBE, foi encomendado pelo INEP à empresa Poliedro o desenvolvimento de um sistema que suprisse as necessidades informacionais do CIBEC enquanto unidade de documentação e que fosse compatível com a base SIBE.

O projeto de automação do CIBEC já está concluído, aguardando, para a sua instalação, uma definição por parte da Direção-Geral do INEP quanto à aquisição e instalação dos equipamentos previstos na configuração física definida para o sistema CIBEC.

O Centro já recebeu da empresa Poliedro cópias dos manuais que acompanham o software e já providenciou a confecção de planilhas para a entrada dos dados, embora ainda sem receber os disquetes com o software.

Para o Centro, é urgente a definição quanto à aquisição e instalação dos equipamentos para a continuidade das atividades previstas, o que poderia comprometer todo o esforço do CIBEC em atingir suas metas e objetivos.

Estatísticas gerais do CIBEC/SIBE

• Tratamento da informação	
Recortes de Jornais:	Total
• seleção.....	1.871
• indexação.....	490
• planilhas.....	406
• arquivamento.....	1.360
Monografias:	
• indexação.....	3.356
• catalogação/classificação.....	1.027
Datilografia:	
• fichas de bolso e etiquetas.....	2.591
Digitação:	
• referências bibliográficas.....	3.644
• correções/atualizações.....	360
• Serviços e Produtos	
Consultas:	
• pessoal.....	1.739
• por telefone.....	405
• livros.....	1.932
• periódicos.....	2.117
Empréstimos:	
• livros.....	451
• periódicos.....	

Cópias xerox:	
• pagas.....	
• gratuitas.....	4.328
• COMUT	
• cópias fornecidas.....	243
Levantamentos bibliográficos (ago. a nov.):	
• solicitados.....	54
• atendidos.....	49
• Seleção e aquisição	
• Documentos registrados.....	1.177
• Periódicos recebidos.....	647
• Referência legislativa	
• Pesquisa legislativa.....	490
• Pesquisa para cadastro.....	140
• Pesquisa no terminal.....	84
• Fichas indexadas (PRODASEN).....	69
• Fichas datilografadas.....	1.456
• Cópias xerox gratuitas.....	13.925
• Cópias xerox pagas.....	2.703
• Pesquisa de atendimento ao público no terminal.....	78
• Arquivo histórico	
Série/Subgrupo*	
• Indexação (Thesaurus)	
maços.....	634
pastas.....	787

* Na indexação foram trabalhados os seguintes assuntos: POA/PAR (Plano Operatório Anual). Pessoal/INEP. Pesquisa, Perfil do Usuário. PROCARTA (Programa Nacional da Carta Escolar) Projeto Anuario. Questionários. Salário-Educação. Recursos Audiovisuais. Seção de Orientação Educacional. Prêmio Grandes Educadores, CODI/SOEP. Em Desdobramento de Fichas foram trabalhados: Encontros e CRPE/SP. Foram datilografadas 969 fichas de inventários de documentos.

Atendimento ao Usuário (pesquisas solicitadas e atendidas)

- CRPE/SP — Pessoal Técnico e Administrativo
- Curso de Aperfeiçoamento de Professores para os Estados de Goiás e Mato Grosso
- % Livro Didático
- Curso de Planejamento do Estado de Goiás
- Política de Educação e Cultura — Eduardo Portella
- Pesquisa e Perfil do Usuário
- Ensino Profissionalizante/Mercado de Trabalho
- Organização da UnB — planejamento, criação e estatuto
- Educação Ambiental
- Atividades Educacionais de Anísio Teixeira

Planejamento e Administração

Em sua função de assessoramento à Direção Geral, nas suas decisões e definições de ação e prioridades, coube ao planejamento a oferta de subsídios, em forma de informações analíticas, sobre a oportunidade, o andamento e os resultados das atividades-fim.

Coube, ainda, ao planejamento, a articulação dos vários setores do INEP, através da consolidação de sua programação e do desenvolvimento de um sistema de acompanhamento, controle e avaliação de sua prática efetiva, relativamente aos seus objetivos como instituição e às prioridades estabelecidas por sua administração.

Neste exercício cotidiano do planejamento, de busca incessante de alternativas de solução de estratégias e de mecanismos operacionais que pudessem traduzir em ação e resultados concretos as

*diretrizes de finidas para o ano, destacaram-se como prioridade a implantação do Plano de Revalorização Interno, a efetivação de uma política de ampliação dos recursos orçamentários e a inclusão na Lei Orçamentária de 1990 de dois novos projetos: o **Pedagogium** — Museu da Educação e Educação Aberta e à Distância.*

Educação Aberta e à Distância

A Educação Aberta e à Distância — EAD, alternativa educacional já utilizada com sucesso e de forma crescente em escala mundial, mercê da incorporação dos avanços tecnológicos colocados no campo da Educação, está sendo considerada pelo MEC como mais um instrumento à disposição do Ministério no equacionamento da problemática educacional.

Assim é que, sensível aos desafios que se apresentam, entenderam as autoridades ser chegado o momento adequado para o estabelecimento de uma política oficial de Educação Aberta e à Distância.

Nesse sentido, foi constituído, ainda em 1988, um Grupo de Trabalho composto por representantes do CEE, de suas Secretarias-fins, FAE, EDUCAR e INEP, com a tarefa específica de apresentar, objetivamente, proposta de uma política sobre o assunto, sendo instituída no INEP uma Coordenadoria de EAD.

Do trabalho realizado (Anexo XI), resultaram diretrizes e linhas de ação que evidenciam ser a Educação Aberta e à Distância metodologia válida e eficaz que muito pode contribuir para a ampliação da oferta de oportunidades de educação formal e não-formal, em todos os níveis de ensino, desta

forma respondendo ao preceito constitucional de que a "educação é direito de todos e dever do Estado e da família".

Considerando as propostas apresentadas no documento "Por uma Política Nacional de Educação Aberta e à Distância" e reconhecendo-as como válidas, foi o GT transformado em Grupo de Assessoramento Ministerial, tendo-se-lhe agregado representantes da Secretaria Geral e FUNTEVÊ. Na mesma Portaria Ministerial foi atribuído ao INEP, como órgão do MEC, a responsabilidade pelo encargo de coordenar oficialmente ações de Educação à Distância, atuando como agente de fomento técnico-financeiro na promoção de estudos, pesquisas e experiências na área.

O Grupo de Assessoramento vem se reunindo em dependências da Coordenadoria de EAD do INEP, tendo já encaminhado ao Senhor Ministro sugestões que, uma vez adotadas, muito contribuirão para a implantação da metodologia de ensino à distância no País, a curto prazo.

No curso de seus trabalhos, o Grupo de Assessoramento debateu e concluiu pela conveniência da inclusão da Educação à Distância no anteprojeto da LDB/MEC, pela adoção de temas para a nova programação de rádio e televisão a ser desenvolvida pela FUNTEVE, em cooperação com as universidades brasileiras, e formalizou uma proposta sugerindo a criação da Universidade Aberta do Brasil, por estar convicto de que tais iniciativas permitirão alcançar amplos contingentes populacionais, a custos reduzidos, favorecendo a rápida capacitação do fator humano, sabidamente questão-chave para que uma nação possa acelerar seu processo de desenvolvimento.

O Grupo de Assessoramento analisou e selecionou, em particular, 10 projetos dentre os enviados ao INEP/MEC visando apoio técnico-financeiro, encaminhando-os, em tempo, ao Gabinete do Ministro, em caráter emergencial, uma vez que a CEAD/INEP não dispunha de recursos próprios para o atendimento.

Os projetos selecionados estão sendo atendidos com recursos do FNDE, consoante suas possibilidades financeiras.

Em 1989, a CEAD desenvolveu as seguintes atividades:

- a) Apoio ao Grupo de Assessoramento de EAD do GM/MEC sistematizando e encaminhando ao Sr. Ministro da Educação:
 - proposta de inclusão da Educação à Distância no anteprojeto da LDB/MEC;
 - proposta (quadro de recomendações) para a criação da Universidade Aberta do Brasil;
 - propostas (quadros de recomendações) de temas para programas de rádio e TV a serem desenvolvidos pela FUNTEVÊ em cooperação com as Universidades Brasileiras.
 - b) Promoção de palestras de especialistas:
 - Prof. Suzana Ruggiero, consultora da OEA, abordando o tema "A Política de EAD na América Latina — a experiência na Argentina — em particular".
 - Prof. Juan Díaz Bordenave que abordou a questão "Futuro da Educação à Distância". O especialista se deteve a examinar a questão na América Latina.
 - Prof. Anna Katharina Müller sobre "Introdução à Educação à Distância".
- A CEAD/INEPse fez presente nos seguintes eventos:
- » Seminário de Tecnologia Educacional promovido

pela Associação Brasileira de Tecnologia Educacional A BT/DF e pelo Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos — IDR tendo a Coordenadora integrado o painel de debates que contou com a presença do especialista Prof. Woffran Lasser, da Universidade de Habem — A. Federal, e especialistas brasileiros. (Set./89).

- Reunião de estudos na UnB que objetivou tornar viável a instituição da "Rede Brasileira de Educação Superior Aberta e à Distância". O documento de criação da READ foi firmado com a adesão de representantes de Universidades Federais, Estaduais, Municipais e de Instituições Particulares.
- XXI Seminário da Associação Brasileira de Tecnologia Educacional — ABT, em outubro p.p. onde a Coordenadora integrou o grupo que estudou/debateu alternativas e propôs a criação da Universidade Aberta do Brasil —proposição referendada pela Plenária do referido Encontro.
- 1º Seminário da READ (Fortaleza) 6/8 de dez. 89, onde a Coordenadora relatou aos presentes — representantes de universidades brasileiras — as ações que vêm sendo desenvolvidas a nível INEP/MEC para a implementação/implantação da EDA a nível oficial.

A CEAD/INEP participou e apoiou ainda, reuniões do Grupo de Assessores com os especialistas abaixo relacionados:

- Dr. Marcelo Antonio Salgado, (SESC/SP), objetivando receber informações na área de atividades e programas a serem desenvolvidos na temática da 3ª. idade.
- Prof. Paulo Guimarães (Comissão LDB/MEC) visando à inclusão da EAD no anteprojeto LDB' MEC.

- Prof. Luiz Carlos Lopes Manhães, Assistente Jurídico da DEMEC/SC debatendo a legislação existente na área de EAD e as tentativas de oficialização da referida metodologia alternativa.

Em prosseguimento ao acordo INEP/ULIE/CAPES, a Coordenadoria diligenciou no sentido de que sejam selecionados outros 5 profissionais envolvidos com a EAD para o próximo "Curso de Especialização em EAD para Países em Desenvolvimento" — em Londres — abril/julho 1990. Nesse sentido, mil folders de divulgação foram expedidos aguardando-se os projetos dos eventuais candidatos a serem selecionados na CAPES.

A CEAD/INEP, no momento, acompanha, junto ao FNDE, a liberação de recursos solicitados para os 10 projetos de EAD (Anexo XII) encaminhados ao INEP e, em parte, autorizados pelo Gabinete do Ministro da Educação. Até a presente data, têm-se como certos os depósitos feitos em favor do IERAM/AM, UPb e EDUCAR.

A Coordenadoria elaborou proposta de Portaria que permitiu a criação do Comitê Assessor para EAD, do INEP — formado por membros da comunidade científica — que deverá, após definir parâmetros, apreciar e selecionar projetos que busquem apoio técnico-financeiro do MEC/INEP na área de EAD.

A CEAD receberá, já para o exercício financeiro de 1990, recursos em rubrica específica, conforme decisão do Ministro da Educação, a fim de melhor cumprir sua finalidade de órgão de apoio e fomento de projetos que utilizem a metodologia de EAD.

A fim de superar a falta de pessoal lotado na CEAD/INEP, está em fase de apreciação termo de convênio entre o INEP e a Secretaria de Educação do Rio de Janeiro, pelo qual será possível man-

ter-se na Coordenadoria pessoal daquela Secretaria, de vez que a conjuntura vem demonstrando não haver condições para novas contratações/admissões, ou aquisições de servidores estaduais.

Finalmente, cumpre registrar o decisivo apoio que a CEAD vem recebendo da Direção do INEP, do próprio Ministro da Educação e da Secretaria de Educação do Rio de Janeiro, circunstância que assegurou, no corrente ano, o prosseguimento das atividades de implantação da EAD pelo MEC/INEP como metodologia alternativa válida no equacionamento da problemática educacional do País.

Pedagogium — Museu da Educação

No início de 1989 foi oficializado pelo Ministro da Educação, Deputado Carlos Sant'Anna, o Grupo de Trabalho encarregado de elaborar o projeto conceitual do **Pedagogium** — Museu da Educação. Com a contribuição de museólogos, historiadores e pedagogos encerra-se o ano com um projeto que traça os princípios que nortearam a implantação e o funcionamento do **Pedagogium** — Museu da Educação (Anexo XIII).

Assim, a implantação do **Pedagogium** — Museu da Educação supre importante lacuna no sistema educacional brasileiro. Reunindo, em um acervo estruturado, textos, imagens, objetos e informações da memória, do desenvolvimento atual e das perspectivas da Educação do Brasil, é um instrumento básico para a recuperação, preservação e utilização destes recursos, hoje esparsos e muitas vezes inacessíveis.

Antes de ter concluído seu projeto conceitual o **Pedagogium** — Museu da Educação patrocinou e participou dos seguintes eventos durante o ano de 1989:

- Exposição "Horizontes da Matemática" — os contatos iniciais para a montagem desta exposição foram promovidos pela Diretoria de Estudos e Pesquisas com o Centro Franco-Brasileiro de Documentação Técnica e Científica — CENDO-TEC Este evento contou com a colaboração da Embaixada da França, da Secretaria de Educação do Distrito Federal e da Universidade de Brasília.
- Debate sobre o tema "Influência da Revolução Francesa na Educação Brasileira", tendo como conferencistas os professores Maria Yeda Linhares, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Maria Helena B. Café, da Universidade Federal de Goiás e Antônio Cunha, da Universidade Federal Fluminense. Paralelo a este debate foram expostos quadros relativos às diferentes fases da Revolução Francesa.
- Exposição "Amazônia Urgente — Cinco Séculos de História e Ecologia" da professora Berta Ribeiro. Esta exposição, apresentada de forma compacta durante o II Festival Latino-Americano de Arte e Cultura, no período de 03 a 15 de agosto, aborda o problema da degradação ambiental, registrando os principais eventos da história da ocupação daquela região, enfocados de forma multidisciplinar, atendendo a vários propósitos diversos, inclusive educacionais. A exposição "Amazônia Urgente", em sua forma completa, integrará as festividades de inauguração do prédio do **Pedagogium** — Museu da Educação que ocorrerá no primeiro semestre de 1990.
- Palestra sobre o tema "História da Educação"

- proferida pelo professor Richard Aldrich do Instituto de Educação da Universidade de Londres.
- Exposição "A Educação no Limiar da República" da professora Rejane de Medeiros Cervi, da Universidade Federal do Paraná. A exposição objetiva oferecer uma amostra descritiva da luta cotidiana de intelectuais e professores por uma educação mais acertada com os ideais republicanos.
 - Participação de técnicos do INEP no II Seminário Internacional sobre Exposições em Museus realizado em Belém — Pará — Museu Emílio Goeldi.

Participação na Elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira

O INEP, em 1989, participou, através de representante, das discussões e do esforço de fornecer subsídios e elementos visando à elaboração da nova Lei de Diretrizes e Bases — LDB.

As atividades desenvolvidas foram as seguintes:

- Participação em grupo de trabalho reunido no CNPq com os Deputados Otávio Elísio e Jorge Hage, representantes de entidades e do CNPq com o objetivo de discutir e propor emendas ao Projeto do Deputado Otávio Elísio para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- Coordenação de Grupo de Trabalho com representantes das regiões que realizaram, em 1988, seminários sobre LDB, promovidos pelo INEP, em colaboração com Secretarias de Educação e Universidades Federais, com o objetivo de elaborar documento-síntese dos seminários regionais que se constituiu em contribuição do INEP à Comissão de elaboração da proposta do MEC para a LDB. O documento foi também entregue como colaboração às Comissões de Educação da Câmara e do Senado.
- Participação na comissão de redação que elaborou o anteprojeto da LDB do MEC.
- Acompanhamento do trabalho da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados e da Comissão de Educação do Senado Federal. Participação nas reuniões das referidas Comissões, em seminários e trabalhos de pequenos grupos que subsidiaram a elaboração do projeto substitutivo do relator da Câmara, Deputado Jorge Hage. Participação em reuniões com o relator do Senado, Senador Marco Maciel.
- Participação nos trabalhos do Fórum de entidades em Defesa da Escola Pública na LDB.
- Realização, em conjunto com a SESG e o CRUB, de Seminários sobre "Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e os Segmentos Sociais".
- Organização da Memória da LDB junto ao Arquivo Histórico do MEC.
- Participação em grupos de trabalho sobre escolas técnicas de saúde e a proposta para a LDB.
- Participação na proposta de creche e pré-escola na elaboração da legislação promovidas pela Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados e pelo Movimento de Mulheres.
- Participação em Seminário da FUNDAP sobre a LDB.
- Participação em Seminário Nacional da ANPEd.

Memória Viva da Educação Brasileira

Este projeto foi iniciado em abril de 1989 e tem por objetivo resgatar importantes depoimentos de professores e outros profissionais ligados à área da Educação, que nos seus trabalhos produziram contribuição substantiva para a melhoria das condições do ensino no Brasil.

Trata-se de uma iniciativa da administração atual do INEP, que entre outras finalidades busca contribuir para o esclarecimento da história da educação, bem como ajudar no estabelecimento dos

princípios da Lei de Diretrizes e Bases, destinada a regulamentar o capítulo III. seção I da atual Constituição, promulgada em 5 de outubro de 1988.

No período foram apresentados depoimentos dos professores Florestan Fernandes, Hilton Sette, Amaro Quintas. Lourival Vilanova e Newton Sucupira.

Para os meses de janeiro e fevereiro de 1990, estão, ainda, previstos depoimentos do senador João Calmon e do professor Roque Spencer.

ANEXOS

ANEXO I

PROJETOS DE PESQUISA E EVENTOS ANALISADOS PELO COMITÊ PARA CONCESSÃO DE APOIO TÉCNICO/FINANCEIRO DO INEP NO EXERCÍCIO DE 1 989.

COMITÊS	PROJETOS ANALISADOS			PROJETOS APROVADOS	
	MODALIDADE	QUANT.	VALOR	QUANT.	VALOR
FEV./MAR.	DIRIGIDA	42	971.974,16	11	125.948,04
MAIO/JUNHO	DIRIGIDA	8	261.619,02	2	15.212,00
	ESPONTÂNEA	151	2.551.080,35	46	299.103,43
	REAPRESENTADOS	6	100.947,75	2	33.380,00
		165	2.913.647,12	50	345.695,43
OUTUBRO	DIRIGIDA	37	1.991.598,92	9	439.857,00
	ESPONTÂNEA	119	8.551.938,98	36	1.006.204,00
	REAPRESENTADOS	4	38.227,98	1	15.300,00
		160	10.581.765,88	46	1.461.361,00
TOTAL GERAL		367	14.467.387,16	107	1.933.004,47

ANEXO II**PESQUISAS APROVADAS EM 1989, POR MODALIDADE**

COMITÊS				
MODALIDADES	FEV./MAR.	MAIO/JUN.	OUT.	TOTAL GERAL
DIRIGIDA	11	02	10	23
ESPONTÂNEA		29	29	53
TOTAL	11	31	39	81

PESQUISAS APROVADAS EM 1989, POR ÁREAS TEMÁTICAS E POR REGIÕES

REGIÕES						
ÁREAS TEMÁTICAS	C. OESTE	NORDESTE	NORTE	SUDESTE	SUL	TOTAL
Alfabetização/Livro Didático		02		04	03	09
Avaliação e Diagnóstico	02	01	01	02	-	06
Educação de Adultos	01	-	-	02	01	04
Educação e Sociedade	-	03	-	02	02	07
Educação Especial	-	01	-	02	01	04
Ensino de 2º Grau/ Educação e Trabalho	01	-	-	04	04	09
Ensino Superior	-	-	-	03	03	06
Formação do Educador/ Mulher e Educação	-	05	01	12	02	20
História da Educação	-	01	-	02	01	04
Ensino de 1º Grau e Pré-Escolar	-	02	01	07	02	12
TOTAL	04	15	03	40	19	81

ANEXO III

PESQUISAS APROVADAS EM 1989, POR
REGIÃO E ÁREA TEMÁTICA

ALFABETIZAÇÃO/LIVRO DIDÁTICO

REGIÃO SUDESTE

01—*Alfabetização das Crianças das Escolas das Classes Populares — Um Desafio à Competência da Escola* — D. E.

— Regina Maria Leite Garcia

— UFF/RJ

02—*Níveis de Alfabetização/Graus de Instrução nas Origens do Processo Modernizador Brasileiro, 1872-1920, Análise Regional — Região Sudeste* — D.E.

— Amo Wehling

— UGF/RJ

03—*Alfabetização: Estudo sobre uma Proposta para a Escola Pública* — D. D.

— Maria Alice Setúbal Sousa e Silva

— CENPEC/SP

04—*Aquisição de Linguagem Escrita: Uma Perspectiva Sócio-Interacionista* — D. D.

— Mary Júlia Martins Dietzsch

— USP SP

D. D. — Demanda Dirigida

DE. — Demanda Espontânea

NORDESTE

01—*Um Estudo da Relação entre Jogo, Trabalho e Criatividade na Aprendizagem da Leitura e Escrita de Classes Populares* — D.E.

— Dalva Maria de Andrade Martins

— UFBA

02—*Movimento Criativo e Aprendizagem da Leitura e Escrita Através das Variações e Expressões do Indivíduo* — D. D.

— Mary de Andrade Arapiraca

— UFBA

REGIÃO SUL

01—*O Livro Didático de Ciências e Estudos Sociais e o Processo de Ensino-Aprendizagem* — DE.

— Helga Emmel Koch

— FURB/SC

02—*Leitura do Texto Literário: Produção e Testagem de Materiais* — D.E.

— Ana Maria Lisboa de Mello

— Faculdade Porto-Alégrense de Educação, Ciências e Letras

03—*Alfabetização de Adultos: Em Busca de uma Proposta Político-Pedagógica* — D.D.

— Neusa Junqueira Armeijem

— UFRGS

A VALIAÇÃO E DIAGNÓSTICO

REGIÃO CENTRO-OESTE

01—*Proposta de Avaliação Institucional da Universidade de Brasília* — D. D.

— Bernardo Kipnis

— UnB/DF

02 — *A Universidade du Cátedra* — D.E.
— Carlos Benedito Martins
— FLACSO/DF

REGIÃO NORDESTE

01 — *Estudo da Realidade Educacional do Estado da Bahia*—D.E.
— Maria Couto Cunha
— SEEB/BA

REGIÃO NORTE

01 — *Prática Interdisciplinar para Iniciação Científica. Enraizando a Pesquisa: Pontes desde 2º e 3º Graus e a Pesquisa?* — D.E.
— Samuel Maria de Amorim e Sá
— UFPA

REGIÃO SUDESTE

01 — *Avaliação de um Projeto Pedagógico* — o CEFAM de Minas Gerais — D.D.
— Lilia Maria Cardenal da Silva Pereira
— Secretaria de Educação/MG

02 — *Identidade Profissional e Mercado de Trabalho dos Cientistas Sociais* — D.E.
— Sérgio Micele Pessoa de Barros
— IDESP/SP

EDUCAÇÃO DE ADULTOS

REGIÃO CENTRO-OESTE

01 — *O Processo de Aprendizagem da Leitura e da Escrita* — *A Busca de uma Alternativa*

Didático-pedagógica para A du/tos das Camadas Populares — D. D.
— Zilma Cassemiro Alves
— CEDEP/DF

REGIÃO SUDESTE

01 — *Educação de Jovens e Adultos: A Experiência de Contagem* — MG — D. D.
— Vera Lucia Ferreira Alves de Brito
— UFMG

02 — *Educação Básica de Jovens e Adultos na Baixada Fluminense: Uma Experiência Bem Sucida?* — D. E.
— Maria Isabel Mendes de Almeida
— Soc. Brasileira de Instrução — Conj. Univ. Candido Mendes

REGIÃO SUL

01 — *Avaliação das Experiências de Educação de Jovens e Adultos de Santa Catarina* — D.D.
— Zeni Maria Koch
— UFSC

EDUCACÃO E SOCIEDADE

REGIA O NORDESTE

01 — *Da Definição Política à Prática Pedagógica da Educação no Rio Grande do Norte 1977/1987* — D.E.
— Vilma Vitor Cruz
— UFRGN

02 — *Educação e Hegemonia: O Trabalho e as Práticas Sócio-Educativas no Campo* — D.E.
— Maria Nobre Damasceno
— UFC/CE

03 — *Leitura e Consciência Fonológica: Qual a Causa, Qual o Efeito? Estudo com Violeiros do Nordeste* — D. E.
— Antonio Roazzi
— UFPE

REGIÃO SUDESTE

01 — *Recriando no Samba: Um Projeto de Educação Extra-Escolar Desenvolvido na Escola de Samba Unidos do Peruche* — São Paulo — DE.
— Olga Rodrigues de Moraes Von Simson
— CERU/SP

02 — *Os Primeiros Passos na Busca da Integração Escola-comunidade — A Experiência Pedagógica de Armando Alvaro Alberto na Escola Regional de Meriti (1921-1964)* — D.E.
— Ana Chrystina Venância Mignoti
— UERJ

REGIÃO SUL

01 — *Meninas e Meninos de Rua: O que Sabem e como Pensam* — D. D.
— Fernando Becker
— UFRGS

02 — *Processo Educacional em Caxias do Sul: Industrialização e Ensino-Sistema Público Provincial/Estadual (1877-1980)* — DE.

— Gelei Luíza Sorgato
— Fundação Universidade de Caxias do Sul/RS

EDUCAÇÃO ESPECIAL

REGIÃO SUDESTE

01 — *Contribuição ao Estudo da Fisiologia, Cine-siologia e Cineantropometria da Postura Humana: Guia para a Montagem de Turmas de Educação Física Especial* — D. E.
— Fundação Universidade de Caxias do Sul/RS
peu
— Faculdades Integradas Castelo Branco/RJ

02 — *Atendimento Pedagógico ao Aluno com Problema de Aprendizagem: Estudo de Caso de Encontros e Desencontros* — D.E.
— Dirceu Ricci Carvalho
— USP/SP

REGIÃO NORDESTE

01 — *Produção de Vídeo em Língua Brasileira dos Sinais* — D. D.
— Celina Ribeiro Hutzler/PE
— Pesquisador Individual

REGIÃO SUL

01 — *Análise da Situação Atual da Metodologia Globalizada no Ensino da Educação Física nas Quatro Séries Iniciais do Primeiro Grau no Município de São Sepe, Rio Grande do Sul* — D. D.
— M. SC. Getúlio Silva Lemos
— UFSM/RS

ENSINO DE 2º GRAU/EDUCAÇÃO E TRABALHO

REGIÃO CENTRO-OESTE

- 01 — *O Trabalho Produtivo como Instrumento Pedagógico numa Prática Educativa com o Menor Marginalizado* — D.E.
— Denise Silva Araújo e Pedro Humberto F. Campos
— PUC/GO

REGIÃO SUDESTE

- 01 — *Objetivos e Funções do Ensino de 2º Grau do Município do Rio de Janeiro: Percepções e Expectativas de Alunos, Pais, Professores e Especialistas de Educação* — D. D.
— Neide Muniz Alcântara
— UGF/RJ
- 02 — *Análise de Documentos Atuais sobre LDB*
— D.E.
— Vera Lúcia Ferreira Alves Brito
— UGF/RJ
- 03 — *Trabalho Infantil e Mercado Informal: A Relação entre Educação e Geração de Renda* — D.E.
— Cecília Ughetto
— UFRJ
- 04 — *A Aprendizagem numa Universidade Pública* — D. E.
— Mercedes Magda de Queiroz Porto Salles
— UFF/RJ

REGIÃO SUL

- 01 — *Literatura e Ensino na Escola de 2º Grau* — D.E.
— Carlos Alexandre Baumgarten
— Fundação Universidade do Rio Grande do Sul | RS
- 02 — *A Integração de Ciências x Tecnologia x Sociedade: Um Programa Inovador para o Ensino de Química no Instituto Estadual de Educação* — D.E.
— Rita de Cassia M. Krelling
— FAPEU/SC
- 03 — *Educação Popular e Trabalho: Perspectivas e Contradições* — D. D.
— Darnis Corbellini
— UNISINOS/RS
- 04 — *O Ensino de 2º Grau Noturno: Um Estudo sobre seu Principal Protagonista* — O Aluno
— DD.
— Leda Scheibe
— UFSC

ENSINO SUPERIOR

REGIÃO SUDESTE

- 01 — *A Autonomia Universitária e a Formação Docente para os Trabalhadores* — DD
— Célia Frazão Soares Linhares
— UFF/RJ
- 02 — *Avaliação da Formação Profissional do Assistente Social Brasileiro Pós-Novo Currículo* —

Avanços e Desafios — D.E.
— *Alba Maria Pinho de Carvalho*
— *ABESS/SP*

- 03 — *Códigos Integrados no Currículo, Conteúdo e Avaliação de Disciplina em Cursos da UFRRJ: Segunda Etapa* — D.E.
— *Diva Lopes Silveira*
— *UFRRJ*

REGIÃO SUL

- 01 — *Efeitos da Simulação Computadorizada no Ensino da Atividade de Visita Domiciliar* — D.E.
— *Beatriz Regina Lara dos Santos / RS*
— *Pesquisa Individual*

- 02 — *Universidades Gaúchas: Instituições Vistas por Dentro* — D.E.
— *Clarissa Eckert Baeta Neves*
— *UFRGS*

- 03 — *O Aluno da UEM: Uma Análise Sociológica de suas Características para Construção de um Projeto Pedagógico* — D. E.
— *Janice Tirelli Ponte de Sousa*
— *FUEM/PR*

FORMAÇÃO DO EDUCADOR/MULHER E EDUCAÇÃO

REGIÃO NORDESTE

- 01 — *Tecnologia Alternativa para Formação do Educador de Biologia: Projeto "Faça você*

mesmo". Construindo Equipamento com Material de Baixo Custo — D.D.
— *Carlos Peres da Costa*
— *UFPE*

- 02 — *Adolescência e Sexualidade: Carências e Aspirações Quanto à Informação* — D.E.
— *Angela Maria Silva Arruda*
— *UFPB*

- 03 — *Reescrevendo a Prática Pedagógica: A Capacitação em Serviço na Escola Pública de Pernambuco* — D.E.
— *Tereza Maria Barros Campos do Amaral*
— *SE/PE*

- 04 — *Análise de Programas emergenciais de Formação de Professores de 1º Grau na Paraíba — 1971-1985* — D.E.
— *Maria Eulina Pessoa de Carvalho*
— *UFPB*

- 05 — *O Curso de Formação de Professores da 1ª a 4ª. Série — Uma Proposta de Reformulação Curricular* — D. E.
— *Maria Antonieta de Campos Tourinho*
— *SEEB/BA*

REGIÃO NORTE

- 01 — *A Formação do Professor para as Séries Iniciais do 1º Grau: Subsídios a Propostas Circulares Alternativas* — D.E.
— *Ilda Esteia Amaral de Oliveira*
— *FA DESP/PA*

REGIÃO SUDESTE

- 01 — *Educadoras de Mulheres: As Filhas de La Charité de Sant-Vicent de Paul* — D.E.
— Eliane Marta Teixeira Lopes
— UFMG
- 02 — *Formação do Profissional da Escola: Avaliação de um Processo Interinstitucional* — D. E.
— Heloisa Gouvêa Collet
— CES/UFF
- 03 — *Qualidade do Ensino, Qualificação- Desqualificação e Necessidade do Aluno Trabalhador* — D. D.
— Valdemar Sguissardi
— UFSCarlos
- 04 — *O Perfil Sócio-cultural de Alunos Trabalhadores do Ensino Noturno de 2º Grau através da Análise de seu Cotidiano* — D. D.
— Dagmar M. L. Zibas
— FCC/SP
- 05 — *Racismo e Sexismo nas Escolas II* — D. D.
— Jussara Marilda França
— Fundação João Pinheiro / MG
- 06 — *Formação de Formadores de Professores* — DD.
— Maria Laura Mousinho Leite Lopes
— UFRJ
- 07 — *A Educação da Mulher em Belo Horizonte: A Contribuição das Dominicanas do Colégio Santa Maria — 1903-1968* — D.E.

— Maria de Lourdes Amaral Haddad / MG
— Pesquisador Individual

- OS — *A Qualidade de Ensino nos Cursos Normais e nas Escolas de 1º Grau em Processo de Municipalização — Um Estudo no Estado do Rio de Janeiro* — D. D.
— Sheilah R. de O. Keline
— UFF e SE/RJ
- 09 — *Os Processos de Construção de Conhecimento e Significados Culturais do Professor e as Contradições entre o Saber Especializado e o Saber Cotidiano* — D. D.
— Sonia Teresinha de Sousa Penin
— USP/SP
- 10 — *Faculdades de Filosofia e os Projetos de Formação para o Magistério Secundário em São Paulo (1932-1964)* — D.E.
— Elza Nadai
— USP/SP
- 11 — *A Prática Cotidiana de Profissionais da Educação em Escolas Públicas: A Difícil Relação Teoria-prática* — D.E.
— Maria Aparecida Paiva Soares dos Santos
— UFMG
- 12 — *PROEM — Programas de Estudos e Pesquisas no Ensino da Matemática* — D.E.
— Tânia Maria Mendonça Campos
— PUC/SP

REGIÃO SUL

- 01 — *Habilitação Magistério no Estado do Paraná:*

Caracterização e Perspectivas — D. E.
— Maria Lucia A. T. Pinto / Maria A. S. Zainko
— UFPR

- 02 — *A Educação da Mulher: Uma Visão do Cotidiano de um Colégio Religioso Feminino — D.E.*
— Maria Teresa Santos Cunha
— FAPEU/SC

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

REGIAO SUDESTE

- 01 — *João Pinheiro, Estadista: Educação e Escola na Formação Republicana do Brasil — D. E.*
— Maria Juscelina de Faria
— Fundação João Pinheiro
- 02 — *De 88 a 88: Um Século de Música e Silêncio em Campos — D.E.*
— Vicente Martins Rangel Júnior/RJ
— Pesquisador Individual

REGIÃO NORDESTE

- 01 — *Memória da Educação na Bahia — Inovações Educacionais nos Anos 60 — D.E.*
— Jaci Maria Menezes Azevedo
— SEEB/BA

REGIÃO SUL

- 01 — *Levantamento do Ensino de Educação Artística no Estado de Santa Catarina — D. E.*
— Cleide Albuquerque
— UDESC/SC

PRÉ-ESCOLAR E 1º GRAU

REGIÃO NORDESTE

- 01 — *A Representação Social do Saber em Crianças de Idade Escolar: Um Projeto de Construção de Instrumento — D.E.*
— Rosa Maria Nadir
— UFPE
- 02 — *Municipalização do Ensino — Discurso Oficial e Condições Concretas de Implantação — D.E.*
— Maria de Fátima Santos
— UFPE

REGIÃO NORTE

- 01 — *A Escola Pública: Desestímulo ou Desafio? Um Estudo do Cotidiano Escolar e da Representação dos Professores — D. E.*
— Odinéia Telles Figueiredo
— FADESP/PA

REGIÃO SUDESTE

- 01 — *Acesso do Aluno a Escola de V: Grau e sua Permanência Nela — D.E.*
— Maria Isabel de Magalhães
— Prefeitura Municipal de Montes Claros / MG
- 02 — *Vida e Educabilidade em Instituições que Atendem a Criança de Zero a Três Anos: Um Estudo Exploratório — D.E.*
— Silvia Magalhães Batista
— UFES
- 03 — *A Ação Cultural e Educacional da Biblioteca no Âmbito da Escola de I". Grau — D.E.*
— Antonia Terezinha Marcantonio
— UNAERP/SP

04 — *Formação de Educadores para Trabalhar com Crianças de 0 a 6 Anos de idade em Creches e Escolas de Educação Infantil — Proposta Fundamentada em uma Concepção Sociointeracionista de Desenvolvimento Humano* — D.E.

— Zilma de Moraes Ramos de Oliveira
— USP/SP

05 — *Estórias que o Mineiro Conta* — D.E.

— Núbia Pereira de Magalhães Gomes
— UFJF/MG

06 — *Os Conceitos Alternativos dos Estudantes e o Processo Ensino-Aprendizagem em Química de 1º. e 2º. Graus: Uma Proposta para Estrutura Atômica da Matéria* — D.E.

— Eduardo Fleny Mortimer
— UFMG

07 — *Estudo do Papel das Interações entre Crianças no Processo de Construção de Conhecimento na Escola* — D.E.

— Elvira Cristina de Azevedo Sousa Lima/SP
— Pesquisador Independente

REGIÃO SUL

01 — *Estudo da Realidade da Educação Pré-Escolar em Santa Maria* — D. E.

— Santa Marli Pires dos Santos
— UFSM

02 — *Laboratório de Investigação sobre a Aprendizagem e o Ensino da Matemática nas Séries Iniciais do 1º Grau — 21 Etapa* — D.E.

— Merion Campos Borlias e Ana Cristina S. Rangel
— UFRS

ANEXO IV

EVENTOS APROVADOS EM 1989, POR ÁREAS TEMÁTICAS E POR REGIÕES

ÁREAS TEMÁTICAS	REGIÕES					TOTAL
	C. OESTE	NORDESTE	NORTE	SUDESTE	SUL	
Alfabetização	-	-	-	01	01	02
Ensino de 2º Grau	-	01	-	-	-	01
Ensino Superior	-	02	-	02	05	09
Educação e Sociedade	-	01	01	-	-	02
Formação do Educador	-	02	-	03	-	05
História da Educação	-	-	-	02	01	03
Mulher e Educação	-	-	-	-	01	01
1º Grau e Pré-Escolar	—	01	—	01	01	03
TOTAL	-	07	01	09	09	26

EVENTOS APROVADOS EM 1989 POR
REGIÃO E ÁREA TEMÁTICA

ALFABETIZAÇÃO

REGIÃO SUDESTE

- 01 — VII Congresso de Leitura do Brasil — VII
COLE
— João Wanderley Geraldi
— UNICAMP

REGIÃO SUL

- 01 — O Autor Presente: Encontros de Escritores
com Estudantes
— Regina Zilbemam
— CODEC/RS

EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

REGIÃO NORDESTE

- 01 — Seminário de Pesquisas sobre Educação e
Movimentos Sociais no Campo
— Jackes Therrien
— UFC

REGIÃO NORTE

- 01 — XV Simpósio Nacional História, Terra e Po-
der?
— Emesta Zamboni
— UFPA

ENSINO DE 2º GR A U

REGIÃO NORDESTE

- 01 — III Encontro Baiano de Educação Matemá-
tica
— Adelaide Reis Mendonça
— FAPEX

ENSINO SUPERIOR

REGIÃO NORDESTE

- 01 — A Relação Educação e Mercado de Trabalho
no Ensino Superior: A Problemática da
UNEB
— Maria Carolina Jantos Soares
— UNEB

- 02 — IX Encontro Nacional de Professores Univer-
sitários de Língua Inglesa (IX ENPULE)
— Vilma Queiroz Sampaio Fernandes de Oli-
veira
— UFRN

REGIÃO SUDESTE

- 01 — Encontro de Avaliação e Planejamento da
ANPED
— Alceu Ravanelo Ferrari
— ANPED

- 02 — III Simpósio Nacional de Pesquisa e Inter-
câmbio Científico da ANPED
— Rosa Maria Stefanini Macedo
— PUC/SP

REGIÃO SUL

- 01 — *V Semana Universitária de Debates Científicos*
— Leonora Petry
— FUCRI
- 02— *Seminário sobre Ensino de Geografia no 3º Grau*
— Ruth Youko Tsukamoto
— Fundação Universidade de Londrina — UEL
- 03 — / *Seminário Gaúcho de Tecnologias Educacionais nas Instituições de 3º Grau — O seu Papel na Educação para a Transformação*
— Elizabeth Pimenta de Sousa
— UFSM
- 04 — *IX Encontro de Pesquisadores em Educação da Região Sul — Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul*
— Nelma Baldin
— FAPEU/SC
- 05 — / *Congresso Internacional Multiprofissional sobre Problemas de Aprendizagem*
— Pablo Hernán Pinto Ballesteros
— Universidade de Passo Fundo (RS)

FORMAÇÃO DO EDUCADOR

REGIÃO NORDESTE

- 01 — *Seminário: Atualização Pedagógica dos Professores de 1º Grau Atuantes nas Áreas de História e Geografia*

— Norma de Lima Costa Pires
- UNEB

- 02 — / *Seminário: Prática de Ensino na Formação do Professor*
— Leda Margarida Cerqueira Souza
— UNEB

REGIÃO SUDESTE

- 01 — *V Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino*
— Maria de Lourdes Rocha de Lima
— UFMG
- 02 — *IV Encontro Nacional da Comissão Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação do Educador*
— Luiz Carlos de Freitas
— UNICAMP
- 03— *Vinte Anos de Pós-graduação em Psicologia da Educação: Conquistas e Perspectivas*
— Maria Regina Maluf
— PUC/SP

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

REGIÃO SUDESTE

- 01 — *Ciências Humanas e Educação na França e no Brasil — I Colóquio Internacional*
— Eliane Marta Teixeira Lopes
— UFMG/FUNDEP
- 02 — *SEDIFRALE VII — Congresso Internacional de Pesquisadores de Francês Língua Es-*

tra/teira: O Espírito de 1789 e America Latina

— Eunice Dutra Galery
— UFMG

REGIÃO SUL

01 — / *Semana de Arte*

— Inês Furlanetto
— FUCRI

MULHER E EDUCAÇÃO

REGIÃO SUL

01 — /// *Seminário Regional de Educação Pré-escolar e I Seminário Estadual de Educação Pré-escolar*

— Armgard Lutz e Noeli Weschenfelder
— UNIJUI

ANEXO V

PESQUISAS CONCLUÍDAS EM 1989

01 — *Ensino-aprendizagem da Língua Materna e Ideologia: Um Estudo Sobre Concepções e a Ação Pedagógica de Alfabetizadores de Escolas Públicas do Recife.*

— Maria Cristina Hennés Sampaio
— Centro Josué de Castro

02 — *Dificuldades de Aprendizagem de Leitura e da Escrita: Uma Nova Abordagem Metodológica.*

— Elza Maria da Silva Calado
— FUNDEP

03 — *Concepções Psicológicas Subjacentes e Prática Alfabetizadora — Universidade Federal de Santa Catarina*

— Vera Lúcia Chacon Valença
— FAPEU

04 — *Livro Didático, Literatura e Pós-modernidade no Brasil.*

— Regina Zilberman
— PUC/RS

05 — *Alternativas para a Qualidade do Ensino ou Nova Investida do Populismo na Educação?*

— Ana Chrystina Venancio Mignot
— PUC/RJ

06 — *Programa de Avaliação do Curso de Pós-graduação em Educação Mestrado-Doutorado.*

— Carmem Lins Baia de Soare
— UFRGS

07 — *A Função da Prática Intencional na Formação do Educador/Pesquisas de 1º Grau: Análise de uma Experiência.*

— Betty Oliveira
— UFSCar

08 — *O Mestrado em Educação e a Escola Básica: Um Encontro Necessário.*

— Célia Frazão Soares
— UFF

09 — *Uma Alternativa de Interação, Trabalho Acadêmico e Experiências de Educação em Escolas Comunitárias.*

— Lucival José Figueira Costa
— UFBA

- 10 — *A Extensão Universitária na Relação Universidade-População: A Contribuição do Campus Avançado do Médio Araguaia — Programa Integrado de Saúde Comunitária.*
— Renato Hilário dos Reis
— UnB
- 11 — *Investigação e Estudo da Prática Pedagógica Desenvolvida pelos Professores de 1ª a 4ª. Séries nas Escolas do Primeiro Grau da Região Fundação Educacional do Oeste Catarinense.*
— Helder Baruffi
— FUOC
- 12 — *O Atendimento da Criança de 5 a 7 Anos em Diferentes Instituições Pré-escolares.*
— Vânia Maria Moreira Rasche
— UFRGS
- 13 — *Professor Leigo: Estudo da Expropriação da Força de Trabalho por Parte do Estado.*
— Aristides Cimadon
— FUOC
- 14 — *Três Estudos de Caso: Subsídios para a Revisão do Ensino Técnico-agrícola de 2º Grau*
— Relatório de Pesquisa.
— Maria Laura P. B. Franco
— FCC
- 15 — *A Educação Negada: Dos Sonhos dos Pioneiros às Promessas da Nova República. "Memória e Educação: Da História de Vida de Educadores à História da Educação Brasileira".*
— Ester Buffa e Paolo Nosella
— UFSCar
- 16 — *Subsídios do Pensamento e a Ação com Vistas a uma Nova Política para os Cursos de Formação de Professores a Nível de 2º Grau.*
— Maria Helena da Silva Paes Faria
— UFF
- 17 — *Estrutura Social. Instrução e Desenvolvimento Cognitivo.*
— Maria Adenil Falcão Vieira
— FGV
- 18 — *A Política Educacional do Estado de Santa Catarina e seus Reflexos sobre a Situação das Escolas de 1º e 2º. Graus (1969-1988).*
— Maria Conceição de Figueiredo Cardoso Silva
— UFSC
- 19 — *Formação do Educador no Estado do Paraná.*
— Cenilza Borges Martins
— UFPR
- 20 — *O Pensamento Pedagógico de Rosseau e a Pré-escola, um Estudo de Emile.*
— Ana Beatriz Cenzara
— UFSC
- 21 — *Diagnóstico dos Estudos e Pesquisas sobre Política, Estrutura e Funcionamento do Ensino Supletivo na Função Suplencia.*
— Sérgio Haddad e Maria Clara Di Pierro Siqueira
— CEDI
- 22 — *O Estudo do Bilingüismo nas Areas de Colonização Alemã em Santa Catarina.*
— Ingebing Dikker
— UFSC

- 23 — *Estudo Comparativo das Implicações Psicológicas e Educativas da Creche como Processo e como instituição.*
— Mérión Merlone dos Santos Penna
— FGV
- 24 — *Estórias que o Mineiro Conta.*
— Núbia Pereira de Magalhães Gomes
— UFJF
- 25 — *Uma Abordagem Qualitativa no Estudo da Demanda de Técnicos de Nivel para os Setores Primário e Secundário da Economia — Metodologia e Instrumentos*
— Ana Lúcia França Magalhães
— UFBA
- 26 — *Repensando o Currículo das Séries Iniciais.*
— Beatriz Terezinha Dandt Fischer
— UFRGS
- 27 — *Transformação da Prática de uma Escola de 1º Grau com Alunos de Classes Populares.*
— Lília da Rocha Bastos
— UFRJ
- 28 — *A Ordem Nome Adjetivo em Sintagmas Nominais de Fala Espontânea.*
— Mônica Maria Rio Nobre
— UFRJ
- 29 — *A Experiência na Escola e na Família: Coerência ou Contradição?*
— Vera Regina Pires Moraes
— UFRGS
- 30 — *Repertório Documental (Uma Contribuição à História da Educação Brasileira).*
— Zilda Clarice Rosa Martins Nunes
— ANPED
- 31 — *Política Social do Estado: A Questão da Privatização Ensino Superior.*
— Dirce Mendes da Fonseca
— UnB
- 32 — *Que é o Psicólogo Brasileiro*
— Antonio Virgílio Bittencourt Bastos
— Conselho Federal de Psicologia
- 33 — *O Contexto Educacional da Pesquisa: Um Estudo da Relação entre o Jogo, Trabalho e Criatividade na Aprendizagem da Leitura e Escrita de Crianças de Classes Populares.*
— Dalva Maria Martins Macedo
— UFBA
- 34 — *Espaço e Tempo entre Meninos de Rua: Considerações com vistas à Produção de Material Didático. Um Estudo Exploratório.*
— Ivete Ribeiro
— IBASE
- 35 — *Laboratório de Investigação sobre Aprendizagem e o Ensino da Matemática nas Séries Iniciais — 1ª Etapa.*
— Mérias Campos Bordas
— UFRGS
- 36 — *Esquema I: Diagnóstico e Perspectiva.*
— Alonso Srechl
— PUC/RS

- 37 — *Contribuição ao Estudo da Questão da Qualidade do Ensino para os Alunos Trabalhadores.*
— Bruno Pucci e Valdemar Sguissardi
— PUC/RS
- 38 — *O Ensino de Biologia: Em Busca do seu Significado e de suas Possibilidades de Avanço.*
— Marialva Feller Golin
— UFSCar
- 39 — *Estereótipos e Preconceitos em Relação ao Negro no Livro Didático de Comunicação e Expressão de 1º Grau, Nível I. Mediatizados pelo Professor.*
— Ana Célia Silva
— UFBA
- 40 — *Educação Rural no Meio-Oeste Catarinense: Realidade e Perspectiva.*
— Aristides Cimadon —FUOC
- 41 — *O Curso Noturno, o Aluno Trabalhador e o Conhecimento Escolar, na Visão dos Professores.*
— Marilene de Carvalho Ferraz
— UFPE
- 42 — *Estudo Preliminar sobre o Analfabetismo na Administração Pública Estadual.*
— Nádia Hage Fialho
— SEC/Ad. Bahia
- 43 — *Rede Nacional de Leitores de Literatura Infantil.*
— Eliana Yunes
— FNLIJ
- 44 — *A Seqüência dos Dois Segmentos do 1º Grau (antigos cursos primários e ginásial): Possibilidades e Limites.*
— Ana Maria Saul
— PUC/SP
- 45 — *A Representação do Trabalho, da Escola e da Família entre os Trabalhadores Menores da Periferia Urbana.*
— Nélia Lourenço de Lima
— FIDENE/IJUÍ
- 46 — *Pesquisa-Ação em Classes de Alfabetização da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro.*
— Lúcia Regina Goulart Vilarinho
— UFRJ
- 47 — *A Liderança nas Escolas na Nova Democracia Social: Uma Análise Interestadual.*
— Içara da Silva Holmesland
— PUC/RS
- 48 — *Clientelismo: A Arte de Enganar o Povo — Aspectos Educativos da Ideologia Clientelista no Nordeste.*
— Luzete Adelaide Pereira
— UFPB
- 49 — *Formas de Representação dos Sujeitos Históricos ou da Desmistificação do Herói no Ensino da História.*
— Maria Inês Lemos Soares
— FUNDEP

- 50 — *Escola-Parque: Paradigma Escolar (1947-1951).*
— Stela Borges de Almeida
— UFBA
- 51 — *Níveis de Alfabetização/Graus de Instrução nas Origens do Processo Modernizador Brasileiro, 1872-1920 — Análise Regional — Região Sul.*
— Amo Wehling
— UGF
- 52 — *O Processo de Transposição do Conhecimento Espontâneo, elaborado pela Criança, para o Conhecimento Sistematizado Trabalho nas Escolas.*
— Rita Vieira de Figueiredo Boneti
— UNIJUÍ
- 53 — *A Relação Educação e Trabalho: Mediação de uma Trajetória.*
— Maria Aparecida Ciavatta Franco
— UFF
- 54 — *Educação e Autonomia: Uma Construção no Cotidiano dos Trabalhadores.*
— Gildo Scalco
— FUNDEF
- 55 — *Desempenho no Vestibular e Diagnóstico do Ensino de 2º Grau.*
— Maria das Dores de Amorim
— UBESC
- 56 — *Livro Didático em Questão: A Fala do Professor do Sertão do Cais.*
— Ana Cristina LA. Jurema
— SEC/PE
- 57 — *O Papel da Televisão no Processo de Socialização*
— Maria Luiza Belloni
— UnB
- 58 — *Ortografia nas Séries Iniciais do 1º Grau: Proposta de Metodologia Alternativa.*
— Heliane Gramiscelli Ferreira de Melo
— FUNDEP
- 59 — *A Constituição da Classe Trabalhadora na 1ª República 1889-1930: A Produção da Noção Ideológica de Trabalho e Educação.*
— Olinda Maria Noronha
— UNICAMP
- 60 — *Diagnóstico do Ensino de 1º Grau em Mato Grosso do Sul.*
— Ana Aparecida Argue Iho de Souza
— SEC/MT

ANEXO VI

ENSINO NOTURNO: EDUCAÇÃO E ESCOLARIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS TERMO DE REFERÊNCIA PARA DEMANDA DIRIGIDA

1. Justificativa

Através dos Programas de Demanda Dirigida, o INEP visa estimular e orientar a elaboração de projetos de pesquisa que, produzindo e sistema-

tizando conhecimentos, possam fornecer subsídios para a avaliação, reformulação e/ou implantação de políticas educacionais em áreas consideradas prioritárias.

A atualidade do tema da educação e escolarização de jovens e adultos trabalhadores e a necessidade de estudos aprofundados e sistemáticos de vários aspectos da problemática envolvida justificam sua inclusão entre os Programas a serem apoiados pelo INEP.

Os objetivos específicos desta linha de demanda são:

- Propiciar a sistematização dos estudos que já foram desenvolvidos sobre o assunto, mas de modo pontual e restrito a alguns temas,*
- Possibilitar que o ensino regular noturno e/ou supletivo de 1º e 2º graus seja repensado (e reformulado) a partir de novos estudos que considerem a realidade da população interessada: jovens e adultos trabalhadores,*
- Abrir novas perspectivas de investigação que englobem as variadas práticas sociais em que esta educação se dá na escola, no trabalho, nos movimentos sociais, no sindicato etc.*

2. A problemática

As três últimas décadas foram marcadas por uma acentuada expansão das redes de ensino, acompanhada de uma ampliação significativa das oportunidades de escolarização das camadas populares. No período mais recente, grande parte desta expansão vem se dando no período noturno. Isso se deve primeiramente à realidade sócio-econômica que impôs aos filhos das classes trabalhadoras um ingresso cada vez mais precoce no mundo do trabalho, já que o trabalho da criança e do jovem tornou-

se necessário à reprodução social da família. A frequência à escola no período noturno é a única opção de escolarização para a maioria das crianças, jovens e adultos que têm que compatibilizar trabalho e estudos.

Contribui para a ampliação desta demanda a acentuada assincronia na relação idade-série verificada em nosso País. O ingresso tardio na escola, as sucessivas reprovações e abandonos fazem com que grande parte da população a ser escolarizada encontre-se "atrasada" na relação idade-série ideal.

O crescimento do ensino noturno é consequência também da incapacidade dos poderes públicos expandirem a rede física de escolas no mesmo ritmo em que se ampliam as matrículas, sendo o problema do atendimento "solucionado" através da multiplicação dos turnos escolares. Além disso, a pressão dos setores populares desempenhou importante papel na abertura de classes de ensino regular e supletivo no período da noite.

A expansão do ensino no período noturno tem se desenvolvido através de três modalidades distintas: o ensino regular, a alfabetização e pós-alfabetização de jovens e adultos, o ensino supletivo nas funções suplencia, qualificação e aprendizagem. O crescimento do atendimento vem se dando de maneira desigual no que concerne a estas três modalidades e tem se concentrado nos centros urbanos de grande e médio portes.

Se hoje uma parcela mais numerosa de membros das classes trabalhadoras chega à escola pela via do ensino noturno, o fato é que a escola noturna não está preparada para enfrentar os complexos desafios apresentados pela qualidade de vida de sua nova clientela. Os elevados índices de evasão e repetência verificados no ensino noturno regular

ou supletivo, são evidências de que as condições internas de funcionamento da escola combinadas às condições de vida das camadas populares, acabam por produzir sua exclusão.

A realidade dos cursos noturnos é marcada, entre outros aspectos, pela precariedade da organização escolar e baixa qualidade do ensino, currículos desvinculados da realidade sócio-cultural dos educandos, absentismo da direção, carência de professores, despreparo e desmotivação do magistério, inadequação dos métodos de ensino. Esta realidade torna urgente a reformulação do funcionamento interno da escola noturna, seja ela regular ou supletiva, desde a alfabetização até o 2º grau.

Hã que se considerar também que, apesar das garantias legais do direito à escolarização fundamental, grande parte das crianças e a grande maioria dos jovens e adultos trabalhadores encontram-se ainda hoje à margem da escola. Esse enorme contingente de indivíduos aos quais o direito à instrução foi sistematicamente negado, ao longo de toda a História, tem reivindicado o pleno exercício da cidadania, exercitando-a de forma cada vez mais ativa através da crescente participação nos movimentos sociais e políticos. Este é, talvez, o maior testemunho de que a educação é um processo social mais amplo e que muitas das experiências educativas de vastos setores das classes trabalhadoras passam ao largo das experiências propiciadas na instituição escolar, isto é, desenvolvendo-se no próprio processo de trabalho, nos movimentos sociais, nas demais instituições da sociedade (associações, sindicatos, partidos etc.).

A escassa oferta de vagas, a precária qualidade do ensino e a insuficiência da escola pública em atender ao conjunto de demandas das classes trabalhadoras, estimularam o surgimento de proje-

tos educativos concebidos e mantidos pelos próprios grupos populares junto às igrejas, comunidades eclesiais de base, associações comunitárias, sindicatos, partidos etc. Forçou-se assim uma "rede" paralela de projetos de educação popular, contemplando a alfabetização de jovens e adultos, creches comunitárias, educação para o trabalho, educação sindical e política, educação para a saúde e toda uma gama variada de práticas educativas relacionadas direta ou indiretamente aos movimentos sociais rurais e urbanos.

O quadro acima esboçado recomenda que os estudos voltados à educação de jovens e adultos trabalhadores, não se restrinjam ao processo de escolarização formal no ensino noturno regular e supletivo, mas contemplem também as variadas práticas sociais em que esta educação se processa.

Dado o quadro de determinações em que a educação do trabalhador se processa e pensando-se contribuir para o desvendamento de seus múltiplos limites e contradições, a investigação desse tema encontrará um embasamento mais consistente através de abordagens que contemplem as relações entre educação, processo de trabalho e construção da cidadania.

3. Breve balanço da produção de conhecimento

3.1. Ensino noturno

O ensino noturno regular de 1º, 2º e 3º graus, enquanto oportunidade (precária) de escolarização de jovens e adultos trabalhadores, vem se tornando objeto específico de investigação ou estudos mais ou menos sistematizados somente a partir da década de 80. Inicialmente predominaram estudos descritivos e pouco analíticos; nos anos recentes, vêm se desenvolvendo estudos que, embora em número

reduzido, procuram aprofundar a reflexão sobre a criação e evolução do ensino noturno na ótica da relação entre escola e processo produtivo e da democratização do ensino.

De modo indireto, a problemática do ensino noturno regular tem sido abordada também através de alguns importantes estudos a respeito do processo de expansão do 1º e 2º graus e do ensino superior privado.

O ensino supletivo, por sua vez, foi objeto de numerosas pesquisas, embora não se tenha ainda conformado uma produção de conhecimento consistente sobre o tema. Os estudos disponíveis apresentam grande diversidade temática e de abordagem metodológica. A maior parte das pesquisas discorre sobre realidades delimitadas no tempo e no espaço, e aspectos parciais relacionados ao tema. Poucos são os estudos mais abrangentes, capazes de oferecer um panorama nacional ou histórico. A maior parte desta produção tem caráter descritivo, sendo raras as incursões mais analíticas. Outra característica da produção de conhecimento sobre o ensino supletivo, é o forte acento institucional. Os programas e projetos são analisados a partir da ótica das instituições que os promovem, raramente as pesquisas concedem a palavra aos agentes diretos do processo de ensino-aprendizagem (alunos e professores), sendo difícil captar o funcionamento da escola em seu cotidiano.

As análises relativas às políticas do ensino supletivo esgotam-se ao final dos anos 70, estando toda a última década por ser pesquisada. Faltam estudos comparativos sobre os diversos meios, através dos quais o ensino supletivo é oferecido (cursos, exames, centros de estudos, teleducação), análises relativas ao financiamento deste setor educacional, pesquisas voltadas à elaboração de currículos e me-

todologias adequados a esta modalidade, bem como um perfil do educador de jovens e adultos que contemple as condições de formação e trabalho do professor.

O ensino supletivo na função suplência, vem sendo objeto de um conjunto de "estados da arte", desenvolvidos por solicitação do INEP, alguns deles já concluídos e publicados. Estes documentos permitem avaliar a pesquisa precedente e apontam sugestões para investigações futuras, podendo ser considerados nesta linha de pesquisa.

3.2. Alfabetização de adultos e educação de base

No Brasil, a questão da alfabetização e a educação de base de adultos e adolescentes esteve sempre associada a programas e campanhas nacionais (ou regionais), financiadas por instituições governamentais (principalmente pelo Governo Federal). Em vista disto, predominam as pesquisas que visam resgatar e analisar esses programas e campanhas. Esses estudos já têm uma tradição de mais de duas décadas. Na década de 70 produziu-se um número significativo de pesquisas, com abordagens do tipo histórico-críticas e estudos de caso, que enfocam as principais campanhas e programas desenvolvidos pelo Estado desde 1945 até 1964 — MEB (Movimento de Educação de Base), Programa Nacional de Alfabetização (PNA), Campanha de Pé-no-Chão Também se Aprende a Ler, entre outros.

Como se sabe, foi em fins da década de 60 até meados de 70 que se deu a difusão do ideário pedagógico de Paulo Freire e do método de alfabetização proposto pelo grupo da Universidade Federal de Pernambuco pela América Latina. Esse processo provocou:

• por um lado, a expansão de estudos e pesquisas acerca das experiências e campanhas de alfabetização, levadas a efeito em outros países do continente,

• de outro, gerou toda uma produção teórica sobre alfabetização, educação popular e muitos ensaios críticos rebatendo ou reafirmando as teses expostas por Paulo Freire em seus dois livros **Educação como prática da liberdade e Pedagogia do oprimido**.

Paralelamente às pesquisas e ensaios que estavam se gestando no Brasil, durante este mesmo período desenvolveram-se estudos enfocando outros projetos governamentais, como o Projeto Mobra/Rondon e projetos de Teleeducação. Em relação a essas pesquisas é possível encontrar estudos com abordagens mais descritivo-quantitativas do tipo survey, estudos de caso (abordando experiências regionais) e estudos histórico-críticos de ordem mais qualitativa.

A conjuntura econômico-política dos anos 70, ao mesmo tempo em que foi palco dos grandes projetos governamentais acima mencionados, propiciou o surgimento ao nível da sociedade civil de propostas e experiências moleculares de alfabetização e de educação de base que iam se articulando com os movimentos de resistência e luta dos trabalhadores em sindicato, associações de bairro, comunidades eclesiais de base. Tais experiências e propostas também foram objetivos de estudos e pesquisas. Em vista disto, as investigações realizadas durante os primeiros anos da década de 80 deslocam o foco de análise do nível macro para o micro. As pesquisas desse período tendem a caracterizar-se mais como estudos de caso e passam a privilegiar como foco de investigação as características sociais dos educandos e o processo de ensino-aprendizagem; as relações sociais em nível de sala de aula.

a crítica às propostas, métodos de alfabetização, e materiais didáticos produzidos e utilizados nas grandes "campanhas" das décadas de 60 e 70.

3.3. Formação técnica através de "sistemas" paraescolares e do trabalho

Com uma já longa tradição na educação/formação técnica dos jovens e adultos trabalhadores, situam-se os denominados "sistemas" paraescolares, tais como SENAI, SENAC, SENAR, SESI, SESC. Uma multiplicidade de cursos de capacitação e treinamento profissional em áreas específicas e de duração muito variável, estruturados de acordo com exigências imediatas do mercado de trabalho e administrados quase que exclusivamente pela iniciativa privada.

A investigação na área de educação e trabalho esteve até agora centrada em pesquisas do seguinte tipo:

a) estudos e pesquisas que, em sua grande maioria, dedicam-se a analisar o caráter dos cursos profissionalizantes mantidos pelas entidades paraescolares acima mencionadas e discutem em que medida tais cursos estão realmente qualificando ou profissionalizando. Essas análises geralmente estão centradas na relação escola-produção. Esse grupo de estudos sobre educação e trabalho não leva em conta a questão das relações assimétricas entre capital e trabalho. Adotam, portanto, abordagens embasadas em teorias funcionalistas (principalmente a Teoria do Capital Humano) e limitam-se a descrever e analisar o sistema de profissionalização existente para propor reformas que o aperfeiçoem;

b) há um segundo grupo de pesquisas que se baseiam na crítica à Teoria do Capital Humano. Inspirándose na teoria personiana, ou mesmo nas

teorias da reprodução, conduzem à tese de que a estrutura de formação profissional está orientada para inculcar normas e comportamentos funcionais às empresas numa sociedade capitalista;

c) finalmente, há um terceiro grupo de pesquisas que têm por objeto de estudo a questão das relações entre educação e a organização do trabalho. Analisam questões como a separação do trabalho manual e intelectual, expropriação do saber por parte do capital, assim como formas de resistência dos trabalhadores diante das novas estratégias introduzidas ao mundo da produção: automação, círculos de controle de qualidade etc.

O tema educação e trabalho, abrangendo pesquisas dos dois últimos grupos, foi objeto de sistematização na publicação do INEP **Educação e Trabalho no Brasil, o estado da questão** (KUENZER, Acácia Z., 1987), que propicia em relação a esta temática um levantamento abrangente e uma análise da produção existente.

3.4. Educação nos movimentos e organizações populares

As pesquisas e estudos que abrangem essa temática são poucos e recentes, pois só foram iniciados nos últimos seis anos. Entre eles poderíamos identificar três vertentes:

a) uma vertente mais histórica, onde há a preocupação em resgatar experiências e práticas educativas produzidas pelos próprios trabalhadores no processo de suas lutas e fortalecimento de suas entidades;

b) outra que procura resgatar as lutas das classes populares pela democratização da escola pública;

c) uma terceira vertente em que são abordadas propostas e experiências contextualizadas e temporalmente circunscritas, promovidas e desenvolvidas em organizações sindicais, associações populares, partidos políticos etc.

Do ponto de vista metodológico, predominam os estudos que adotam uma abordagem histórico-crítica. Em alguns casos, essa abordagem está associada a outra do tipo antropológico-etnográfico. Há também estudos de caso e análises mais quantitativo-descritivas.

4. Sugestões temáticas para a pesquisa

4.1. Relações entre trabalho e educação e suas implicações para as diferentes modalidades de formação e escolarização de jovens e adultos trabalhadores nas zonas rurais e urbanas.

4.2. Programas e ações das agências governamentais e não-governamentais que atuam na educação e escolarização de jovens e adultos trabalhadores e das modalidades de educação formal e não-formal por elas oferecidas.

4.3. Escolarização de jovens e adultos trabalhadores no ensino regular noturno de 1º, 2º e 3º graus, alfabetização de adultos e ensino supletivo na rede pública e privada.

4.3.1. Histórico, desenvolvimento e ampliação das redes de cursos noturnos regulares, supletivos e outras modalidades, como os chamados cursos semi-profissionalizantes.

4.3.2. Perfil sócio-cultural dos trabalhadores-estudantes e apuração e suas expectativas diante da escola.

4.3.3. *Currículos e metodologias de ensino consonantes com as características sócio-culturais dos educandos.*

4.3.4. *Experiências pedagógicas que contribuam para a melhoria da qualidade do ensino noturno e supletivo.*

4.3.5. *Políticas recentes de educação de jovens e adultos trabalhadores, especialmente*

- a) *avaliação da Fundação Educar,*
- b) *análise qualitativa e comparativa dos diferentes meios e modalidades de ensino supletivo*
- c) *financiamento da educação de jovens e adultos e do ensino supletivo*

4.3.6. *Educação comparada, políticas de educação de jovens e adultos trabalhadores na América Latina e Caribe.*

4.4. *Prática pedagógica, condições e relações de trabalho e formação do educador de jovens e adultos.*

4.4.1. *Perfil do educador.*

4.4.2. *Condições e relações de trabalho.*

4.4.3. *Formação de monitores/educadores leigos de alfabetização de jovens e adultos.*

4.4.4. *Propostas e experiências de formação a nível de 2º. (Magistério) e 3º grau (Pedagogia).*

4.5. *Temas Prospectivos.*

4.5.1. *Educação de jovens e adultos trabalhadores e o novo ordenamento jurídico (Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Constituintes e leis estaduais, leis municipais).*

4.5.2. *Municipalização do ensino e educação básica de jovens e adultos trabalhadores.*

ANEXO VII

FORMAÇÃO DE PROFESSORES TERMO DE REFERÊNCIA PARA DEMANDA DIRIGIDA

1. Justificativa

O Programa de Demanda Dirigida do INEP visa apoiar projetos de pesquisa que venham subsidiar políticas e decisões educacionais em áreas prioritárias. Neste momento, é fundamental o incentivo à elaboração de projetos de pesquisa, orientados para produção e sistematização do conhecimento, de forma a subsidiar a avaliação, a reformulação e o delineamento de políticas de formação e capacitação do professor.

Nesta perspectiva, são considerados objetivos específicos desta linha de demanda:

1) propiciar uma visão crítica do conhecimento existente sobre o tema, no âmbito da pesquisa educacional brasileira. Seriam estimulados aqui estudos do tipo "Estado da Arte", indicando o que já foi pesquisado sobre o tema, a contribuição oferecida para a sua compreensão, os enfoques utilizados nas pesquisas e as lacunas que permanecem;

2) possibilitar a análise crítica de projetos e/ou experiências desenvolvidas no âmbito das es-

colas, das Secretarias de Educação ou das Instituições de Ensino Superior relativos a aspectos cruciais no processo de capacitação e formação docente;

3) estimular projetos de pesquisa que proponham novas linhas teórico-metodológicas para a formação e capacitação docente;

4) abrir perspectivas de pesquisa que privilegiem o estudo de práticas sociais relacionadas às condições e relações de trabalho à profissionalização do professor.

2. A problemática

A formação de professores é das preocupações que mais freqüente e continuamente tem permeado a discussão da problemática relativa à educação, em geral, e mais especialmente à educação escolar brasileira. Isto porque, além de outros motivos que poderiam ser levantados, bem se sabe que toda e qualquer tentativa de proposta e implementação de um projeto político-pedagógico-educativo depende, em grande parte, de decisão — envolvendo vontade política e competência técnica — do professor em colocá-los em prática na sua rotina, no seu cotidiano com os alunos. Assim, a educação do professor — sua formação e seu aperfeiçoamento — é uma questão complexa e um elemento necessário de reflexão e consideração em qualquer tipo de melhoria que se pretenda propor à educação escolar. No caso brasileiro, essas preocupações se acentuam uma vez que as críticas e crises pelas quais passam a escola, o ensino e o próprio professor — na sua formação e no seu aperfeiçoamento — refletem e dizem respeito, em grande parte, à sua impossibilidade de trabalhar seu ideário peda-

gógico no concreto do cotidiano docente, às incoerências entre o fazer educacional e a teoria que estaria a explicar e a justificá-lo, ao seu envolvimento no processo de profissionalização do ensino... E tudo isto, principalmente no momento histórico do país, quando todos os aspectos de caráter sócio-político, econômico e ideológico vêm decisivamente interferindo nos projetos educativos propostos e em desenvolvimento.

A polêmica e os dilemas relativos à questão da formação do professor se acentuam ainda mais quando educadores de professores e pesquisadores se dão conta de dados como os seguintes:

- 1% (8.000) da população total de professores brasileiros não possui nem mesmo a educação primária formal, tendo passado somente por algum curso de alfabetização de adultos;
- 18% da população dos professores só têm educação primária, a nível de 4.ª série;
- somente 27% dos professores têm formação a nível de ensino superior; e mais,
- 72% dos professores recebem um salário mensal igual ou menor que dois salários mínimos.

Mas as dificuldades e o próprio processo de "deterioração" do ensino público, em especial, não param aí. Basta, lembrar o que os dados numéricos revelam:

- 25% da população de 7 a 14 anos (educação obrigatória) não têm nem mesmo chance de acesso à escola;
- 8% das crianças que deveriam iniciar sua educação básica não têm acesso às escolas públicas. Mas não é só isto... das crianças brasileiras que efetivamente têm oportunidade de acesso à iniciação da educação escolar:

- 48% são retidas na passagem da 1ª para a 2ª série;
- 35% completam a 4ª. série;
- 18% concluem a 8ª série (atendendo, assim, a educação obrigatória);
- 12% concluem o ensino do 2º grau e terão condição para tentar a passagem para o ensino superior.

Assim, os dados acima simplesmente exemplificam a problemática freqüentemente mencionada dos altos índices de evasão e repetência, baixo rendimento esco/ar, qualidade — sofrível — do ensino, aspectos que têm sido apontados por estudos e pesquisas que revelam e desvelam a precariedade do sistema educacional brasileiro.

Embora se reconheça que os problemas educacionais têm determinações estruturais, o despreparo dos docentes vem sendo apontado como fator ponderável no quadro apresentado.

Costuma-se denunciar, de forma veemente, as dificuldades do ensino de 1º grau, especialmente nas séries iniciais, as mazelas dos cursos de formação de professores a nível de 2º grau e a baixíssima qualidade dos cursos noturnos, de maneira geral. Mas não se deve tomar estes problemas de forma isolada. Pode-se afirmar que nos encontramos em meio a um círculo vicioso em que professores mal preparados preparam, freqüentemente mal, novos professores que darão continuidade a um processo nas mesmas bases.

A formação de professores deve ser pensada de forma integrada, porque a qualidade do ensino de 2º grau depende, fundamentalmente, da qualidade do ensino de 1º grau e da qualidade do ensino de 3º grau, principalmente no que se refere aos cursos que preparam docentes para atuar naqueles graus de ensino.

O que parece evidente é que as Instituições de Ensino Superior e especialmente as Universidades Públicas precisam urgentemente comprometer-se com a formação e o aperfeiçoamento dos docentes, seja no sentido de rever os seus currículos, voltando-os para a qualificação de professores, seja desenvolvendo estudos e pesquisas direcionadas ao processo de ensino-aprendizagem ou ainda desenvolvendo materiais didáticos e repensando as formas de trabalhar com o professor em exercício. Isto deve incluir um esforço conjunto das Secretarias de Educação com as Universidades e as Instituições de Pesquisa e de ensino superior, assim como aquelas que atuam diretamente nos cursos de formação. Este esforço comum deve visar ações que resultem em uma articulação entre os cursos de formação de professores, principalmente curso normal, pedagogia e as licenciaturas. Além disso, deve visar assessoria permanente aos professores em exercício e o seu envolvimento nestas ações, assim como um acompanhamento das medidas tomadas em conjunto e um processo de avaliação constante dos resultados obtidos.

Para que possam ser tomadas medidas mais eficazes nesta direção, faz-se necessário um balanço geral do conhecimento já produzido na área, detectando contribuições mais evidentes, pontos controversos e questões que devam ser priorizadas.

Pesquisadores, estudiosos e interessados na área têm afirmado que a pesquisa pouco tem contribuído para uma efetiva e real transformação da educação brasileira e, conseqüentemente, da realidade social na qual se insere e com a qual interage. Com base na revisão de pesquisas publicadas em periódicos nacionais ou relatadas em teses e dissertação, no período de 1971-81, Feldens (1982) concluiu que a análise apontava para três áreas proble-

máticas principais no que se refere à pesquisa em formação de professores: a) a fragmentação teórico-metodológica; b) a ausência de uma teoria fundamental orientadora ou resultante dos estudos; e c) falta de conhecimento das intenções da formação de professores como um todo, das metas educacionais em geral e mesmo das prioridades dentre essas metas. Foi também apontado que a pesquisa na área se caracteriza essencialmente como um conjunto fragmentado de esforços individuais e quase sempre isolados, sem uma continuidade que pudesse os ver apontar diretrizes para políticas e ações educacionais. Na análise, as pesquisas foram agrupadas nas seguintes categorias:

- a) características e qualificação do professor;
- b) comportamento do professor, interação professor-aluno ;
- c) desempenho e competência do professor;
- d) preparação de professores (pré-serviço);
- e) treinamento de professores (em serviço);
- f) avaliação de professores e de programas de educação de professores.

Os quadros 1, 2 e 3 apresentam uma síntese dos temas tratados pelos pesquisadores no período de 72-81

Pesquisas mais recentes na área, focalizando o período de 82-87, mostram que os resultados não diferem muito do revelado anteriormente, em ter-

Quadro 1 — Tendências da Pesquisa em Educação de Professores no Brasil — Síntese de temas estudados (1972-1975)

<i>Teses, Dissertações, Relatórios de Pesquisa</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Métodos de treinamento de professores para novos papéis derivados das reformas educacionais • Competência do professor: educação vocacional, educação para a saúde • Condições de trabalho dos professores • A preparação do professor alfabetizador • Supervisão de alunos-mestres: microensino, o papel das escolas de 1º grau • Avaliação: o papel das universidades na educação de professores <p style="text-align: center;">Programas de pós-graduação em educação</p>
<i>Artigos</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Preparação de professores pré e em serviço (reformas educacionais) • Professores de 2º Grau: nível instrucional, nível sócio-econômico, recursos • Avaliação: o papel das Escolas Normais na educação de professores

Quadro 2 — *Tendências da Pesquisa em Educação de Professores no Brasil - - Síntese de temas estudados (1976-1978)*

<i>Teses, Dissertações, Relatórios de Pesquisa</i>	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Características de professores de 1º grau e universitário: métodos de ensino, atitudes, valores, nível sócio-econômico</i> • <i>Comportamento dos professores — interação professor-aluno</i> • <i>Efeitos de tratamentos experimentais: interação professor-aluno</i> • <i>Competências do professor: técnicas agrícolas, economia doméstica, escolas normais</i> • <i>Preparação de professores em todos os níveis: serviços de extensão, o uso do rádio, educação para a competência — CBTE — simulação, integração comunitária</i> • <i>Avaliação: professores universitários e de 1º grau</i>
<i>Artigos</i>	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Descrição de comportamento do professor e do aluno</i> • <i>Professores nas Escolas Normais</i>

Quadro 3 — *Tendências da Pesquisa em Educação de Professores no Brasil — Síntese de temas estudados (1979-1981)*

<i>Teses, Dissertações, Relatórios de Pesquisa</i>	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Preparação de professores de 1º e 2º graus — o papel da Universidade</i> • <i>Competência do professor: desenho técnico, escolas rurais, alfabetização</i> • <i>Efeitos do comportamento instrucional do professor</i> • <i>Autodesenvolvimento de professores em serviço</i> • <i>Problemas de professores</i>
<i>Artigos</i>	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Comportamento de professor e alunos</i> • <i>Treinamento em serviço: efeitos sobre relações professor-aluno</i> • <i>Modalidades de treinamento pré-serviço: sistema de decisão, ensino reflexivo, discussão em grupo, métodos para o ensino supervisionado, preferência por métodos de ensino</i>

mos de fragmentação teórico-metodológica ou da falta de continuidade presentes nos estudos incluídos. Na verdade, as pesquisas continuam sendo relatos de esforços individuais, ainda muito distanciados da problemática e ênfase tão presentes no discurso pedagógico e na literatura acadêmica perti-

nente. Lacunas existem e temas ainda parecem estar "silenciados", principalmente quando considerados numa perspectiva de avanço e organização do conhecimento na área. As pesquisas focalizam temáticas privilegiadas anteriormente, bem como novas alternativas surgem. Foram assim agrupadas:

- a) cotidiano da escola;
- b) professor pré-serviço;
- c) professor em serviço;
- d) avaliação e eficácia;
- e) problemas do professor;
- f) ideologia, educação e movimentos sociais.

É de ser notado que, assim como no período anteriormente analisado, a produção científica na área de formação do professor revela o ideário pedagógico e metodológico presente no concreto da educação brasileira. Assim, cabe mencionar que os estudos tendem, por exemplo, a considerar muito pouco a bibliografia nacional e, portanto, os resultados e as implicações derivadas de pesquisas já existentes não são utilizados.

O desejado avanço e a sistematização de um conhecimento que aponte direções e encaminhamentos não parece se concretizar no âmbito das pesquisas consideradas.

Portanto, a proposição de temáticas neste termo de referências, similares a algumas já tratadas anteriormente, pretende, na verdade, estimular pesquisadores a este avanço e organização do conhecimento, hoje mais contextualizados e mesmo a serem investigados de modo a superar algumas das lacunas apontadas.

Entre estas, destacam-se as formas de integração teoria-prática nos cursos de formação e de capacitação em serviço. No processo de formação aparece, como fundamental, a problemática dos estágios. A questão do estágio envolve uma série de outras questões além de integração teoria-prática, como a existência de um trabalho conjunto das várias disciplinas, um projeto de formação, e sobretudo uma prática de ensino interdisciplinar e diversificada, ao longo do curso.

Outro tema importante é a organização do trabalho na escola. Em primeiro lugar, há que se considerar o isomorfismo entre a educação recebida pelo professor e a sua prática profissional futura. A formação de um profissional consciente, crítico, atuante e tecnicamente competente depende de condições e situações que o levem a incorporar essas habilidades e comportamentos. A mudança nos conteúdos, por si só, não garante a transformação da prática. É preciso rever, urgentemente, as formas de organização do ensino na sala de aula e fora dela, encontrar estratégias concretas de articulação teoria-prática e de envolvimento nas decisões que dizem respeito ao trabalho docente, instituir práticas coletivas de planejamento, desenvolvimento e avaliação da ação educativa. É preciso recriar o ensino de sala de aula de forma a garantir aos professores o acesso ao saber, à forma como o saber foi construído, à produção de novos saberes e à forma de organizar o saber para ensinar.

Por outro lado, ao se enfocar a questão da organização do trabalho docente na escola, há que se ampliar a discussão sobre a esfera do trabalho nas condições concretas da sociedade capitalista. Tal enfoque vai exigir o estudo de fatores e processos sociais que, na sociedade capitalista brasileira, definem o professor existente, delineiam as condições de exercício do magistério e apontam as tendências de mudança da profissão. Para tanto, serão necessárias investigações que tratem as questões relacionadas ao tema do trabalho docente no que se refere às suas implicações teóricas, bem como à sua expressão no contexto social.

Outra área fundamental na problemática de formação e capacitação docente é a que abrange os projetos inovadores, as novas estratégias de for-

mação do professor. É preciso ir além da denúncia, do diagnóstico, da constatação para acompanhar, de forma sistemática e controlada, os esforços e iniciativas que têm surgido visando à superação dos problemas constatados. Cabe também aqui, o estímulo a estudos e a proposição de novos referenciais teóricos para análise do trabalho docente. Está bastante evidente, nas pesquisas realizadas, a necessidade de formulação de esquemas teóricos que venham auxiliar a compreensão e a análise das questões da prática escolar cotidiana, detectadas nos depoimentos dos professores e de seus alunos, nos movimentos de mobilização e organização dos docentes e na ação dos que definem as políticas relacionadas ao magistério.

3. Sugestões temáticas para pesquisa

1. Política de Formação e Capacitação de Docentes

1.1. — *Projetos de pesquisa integrados nas Universidades com Secretarias de Educação e unidades escolares que viabilizem a articulação entre os cursos de: Pedagogia, Licenciaturas e Escolas Normais.*

1.2. — *Formas de institucionalização de políticas de formação dos docentes.*

1.3. — *Financiamento desta política de formação no âmbito da União, Estados e Municípios: práticas atuais e alternativas decorrentes da nova estrutura fiscal.*

2. Estudos do Tipo "Estado da Arte"

2.1. — *Análise dos estudos realizados na área com ênfase na identificação dos temas pesquisados.*

na explicitação das abordagens teórico-metodológicas utilizadas, questões evidenciadas e lacunas indicadas.

2.2. — *Levantamento de experiências inovadoras de formação de professores, em desenvolvimento recente.*

2.3. — *Análise de tecnologias e materiais utilizados na formação de professores.*

3. Organização do trabalho docente e sua profissionalização

3.1. — *A questão da interdisciplinaridade na estruturação do currículo.*

3.2. — *A relação teoria-prática na formação do professor.*

3.3. — *As formas de organização do trabalho na escola e na sala de aula.*

3.4. — *O trabalho docente: determinantes sociais, condições e relação de trabalho.*

4. Propostas e alternativas para a formação e capacitação docente

4.1. — *Avaliação de projetos inovadores e novas estratégias relativas à formação do docente: Curso Normal, de Pedagogia, Licenciaturas e Habilitação Específica de Magistério: especificidades de seu funcionamento diurno e/ou noturno; proposta, funcionamento e resultados.*

4.2. — *Novas estratégias, materiais e tecnologias de capacitação docente.*

4.3—*Novos referenciais de análise do trabalho docente.*

4.4. —*Professor leigo: políticas e estratégias.*

4.5. — *O professor-alfabetizador na escola básica.*

4.6. — *O currículo de formação de professores.*

4.7. — *Avaliação dos Centros de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério — CEFAMs.*

4.8. — *A construção do conhecimento na formação e capacitação do professor e na sua prática pedagógica (relação conhecimento específico e conhecimento pedagógico).*

4.9. — *A profissionalização do professor: a passagem de aluno a professor.*

ANEXO VIII

EDUCAÇÃO. CIÊNCIA, TECNOLOGIA E TRABALHO

TERMO DE REFERÊNCIA PARA DEMANDA DIRIGIDA INTERINSTITUCIONAL

1. Justificativa

O Programa de Demanda Dirigida do INEP visa oferecer apoio a projetos de pesquisa que venham a subsidiar políticas e decisões educacionais em áreas prioritárias. Nesta proposta, em coope-

ração com o CPCT, o INEP pretende incentivar a elaboração de projetos de pesquisa, orientados para geração, integração e sistematização do conhecimento, de forma a apresentar novos elementos à avaliação, à reformulação e ao delineamento de políticas no que tange ao universo amplo e complexo da Educação relacionada com a Ciência, a Tecnologia e o Trabalho.

Nesta perspectiva, são considerados objetivos específicos desta linha de demanda dirigida interinstitucional:

1 — *propiciar uma visão crítica do conhecimento existente sobre o tema Educação, Ciência, Tecnologia e Trabalho, no âmbito da pesquisa educacional brasileira. (Seriam estimulados aqui estudos do tipo "Estado da Arte", indicando o que já foi pesquisado sobre o tema, a contribuição oferecida para a sua compreensão, os enfoques utilizados nas pesquisas e estudos, bem como as lacunas que permanecem):*

2 — *possibilitar a análise crítica de projetos e/ou experiências desenvolvidas no âmbito das escolas — mormente das Escolas Técnicas Agrotécnicas, dos Centros de Ciências, dos Centros de Educação Tecnológica e de Serviços (SENAI, SENAC, SENAR e outros), das Secretarias de Educação ou das Instituições de Ensino Superior, relativos a aspectos importantes que envolvem a educação face ao progresso técnico, aos processos e problemáticas do trabalho e da produção;*

3 — *estimular projetos de pesquisa que proponham novas linhas teórico-metodológicas para a formação e capacitação de docentes na área da educação técnico-profissional;*

4 — *abrir perspectivas de pesquisa que reformem o estudo de práticas sociais relacionadas ao saber e à educação do trabalhador;*

5 — ampliar a investigação de experiências e protótipos que venham a contribuir para a renovação dos métodos e instrumentos de divulgação científica, sobremaneira para jovens e trabalhadores.

2. A problemática

Efetivar uma análise das formas históricas que têm assumido o desenvolvimento brasileiro, especialmente ao longo das últimas quatro décadas, não cabe neste documento. Todavia, uma retrospectiva sintética nos aponta a crescente industrialização e internacionalização da economia que moldou as formas da divisão do trabalho e o avanço da ciência e da tecnologia. De forma candente, este processo indica, ao mesmo tempo, um processo de concentração de renda e exclusão social.

O modelo de desenvolvimento brasileiro tem-se sustentado até o presente sob relações sociais e políticas autoritárias. Especialmente na última década, este modelo de desenvolvimento é marcado por crise e embate profundos, em virtude da secundarização e/ou exclusão das demandas da grande maioria da sociedade, por parte de seus dirigentes.

A crise dos modelos de desenvolvimento é, porém, internacional. Essa crise se expressa em diferentes âmbitos da cultura, da política, do Estado e da economia. No plano econômico-social, se expressa nas relações de produção, na divisão e organização do trabalho, na produção de serviços, nas formas de emprego, e no acesso a locais e serviços.

Um dos componentes desta situação — não único, mas fundamental, que resulta do processo histórico de desenvolvimento e que lhe traz impac-

tos, problemas, crise — é o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, particularmente pelas inovações que vivificam a terceira revolução industrial, gerada pela química fina, pela biotecnologia, pela automação, pela robotização, pela microeletrônica etc. e que engendrou, também, novas técnicas de produção, novos materiais e mercadorias, novos modelos de gestão e regulação da sociedade: é um resultado visível desse processo.

Essas mudanças no plano da organização do trabalho, face a um novo modelo tecnológico, tem implicações profundas sobre os conhecimentos e habilidades exigidas, sobre a formação dos trabalhadores, tanto no âmbito de trabalho quanto no da construção da cidadania e de uma democracia ímpia, fundada nos planos econômico, político, sócio-cultural e educacional.

Assim, a formação dos trabalhadores, frente ao ritmo acelerado do desenvolvimento científico e tecnológico, é um requerimento provocado pelo surgimento de novas características conjugado à evolução do conhecimento e às transformações do processo do trabalho e da produção.

Estes efeitos sensíveis sobre a estrutura do conhecimento e do trabalho atual, despertando, ainda, para a descoberta de outros conhecimentos, em paralelo ao surgimento de novas ocupações e profissões, conduzem os órgãos de fomento à pesquisa a se posicionarem com vistas a colher subsídios à formulação de políticas em Ciência e Tecnologia. É evidente a necessidade de preparação e atualização de quadros, por se constituírem hoje uma demanda indiscutível e premente. Neste sentido, uma atuação renovada na área de trabalho e educação, promovendo e apoiando uma renovação no ensino e um aprofundamento na pesquisa, volta-

dos para a Ciência e a Tecnologia, torna-se necessária e oportuna.

Diante da evidência desta exigência de acelerar a reformulação de políticas para a formação e qualificação técnico-profissional, em todos os níveis, face à evolução científica e tecnológica, é que os órgãos públicos que se incumbem da Educação, da Ciência, da Tecnologia e do Trabalho não podem deixar de considerar e incluir em seus programas de atuação respostas político-institucionais para tal necessidade, uma vez que se trata de importante componente, dentro do desenvolvimento global do País.

Uma avaliação do conteúdo e organização da oferta de educação técnico-profissional, como também do tratamento que vem sendo dado ao desenvolvimento científico e tecnológico, assume particular importância, tendo em vista a necessidade da formulação de nova política educacional, no que se refere às demandas do mundo do trabalho. Tal iniciativa espera contar com um maior e efetivo envolvimento das várias escolas que oferecem cursos e treinamentos na área, assim como das universidades, núcleos ou centros de estudo, além de outras instituições.

Em termos conceituais, a presente proposta teve como um de seus princípios básicos a clareza de que a técnica não é autônoma e por si só não determina os resultados sociais, mas que o compromisso social deve congrega esforços no sentido de reverter as ações que tendam a fortalecer e ampliar as desigualdades entre indivíduos e classes sociais. Entendendo, também, que o trabalhador deve participar dos processos de mudança enquanto ator, inovador e parte negociante, enfrentando a exigência da qualificação competente e necessária ao presente.

E certo que não há "modelo" de atuação político-educacional que garanta a integração e interação plena das partes em volvidas no avanço científico e tecnológico em nosso País. Entretanto, os Ministérios da Educação, do Trabalho, da Ciência e Tecnologia, e as demais entidades e grupos que atuam na área, não poderão deixar de buscar propostas que possibilitem uma maior aproximação das relações entre as novas tecnologias e o trabalhador, para que este não seja considerado como objeto da produção.

Acentua-se, presentemente, a demanda pela qualificação, treinamento e competência do trabalhador face às próprias necessidades do mundo do trabalho, da ciência e da tecnologia, e, conseqüentemente, a exigência de aproximar as funções de concepção e execução, do técnico e do prático, de diminuir o distanciamento entre o trabalho intelectual e o manual, e de promover a agregação do entendimento acerca das variadas tarefas que compõem o sistema de produção.

Trabalho e Educação representam processos específicos, todavia interdependentes na compreensão e construção do progresso social. Na maioria das vezes, entretanto, eles são apresentados, como processos distintos e distantes, cada qual estabelecendo suas relações de controle e domínio da natureza, pelo conhecimento e pela ação; mas Trabalho e Educação são sempre e necessariamente, elementos de um processo único, amplo e integrado, que é o processo do trabalho, da produção e da organização da sociedade, onde o homem atua e vive.

Sem dúvida, trabalhar, criar e aprender fazem parte do cotidiano dos trabalhadores, seja no local de trabalho, seja no local de ensino, em seus vários níveis, graus ou formas. Trabalho e Educa-

ção exprimem, na verdade, setores diferenciados, mas recorrentes da produção, da acumulação do conhecimento teórico-prático, necessários ao ser humano no seu relacionamento com a natureza para a satisfação de suas necessidades, sendo também elemento fundamental e indispensável à formação de sua cidadania plena.

É previsível a natureza dos conflitos teóricos, políticos e operacionais que podem advir de um trabalho realizado no universo de uma proposição contemporânea da educação técnico-profissional. É, todavia, preciso buscar e viabilizar espaços junto a grupos sociais e entidades que estejam envolvidos neste processo e estágio do desenvolvimento científico-tecnológico.

Essas considerações conduzem à investigação da forma mais condizente de qualificação, visando a geração e desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia. Conseqüentemente, poder-se-ia indagar: qual a estrutura de formação mais apropriada para o técnico de hoje, envolvido no desafio de novos conhecimentos?

Este campo permanente de atuação e reflexão coincide, assim, com os fundamentos específicos do próprio desenvolvimento científico e tecnológico que está a exigir uma qualificação de profissionais altamente especializados.

No entanto, para atingir tais objetivos, é preciso entender o processo global da formação científico-tecnológica, que inclui, necessariamente, uma adequada qualificação para realizar pesquisas avançadas sem, contudo, descuidar-se do apoio dos níveis intermediários, capazes de interpretar e de aplicar as várias modalidades de tecnologia.

Trata-se, pois, de considerar uma política de conjunto para a formação especializada de mão-de-

obra que, por um lado, estimule a preparação em nível superior e, por outro lado, preocupe-se, simultaneamente, de maneira intensiva, com a qualificação em níveis intermediários.

Assim, exige-se um trabalho paciente e educativo que elimine o fosso existente entre a formação de alto nível e o que se precisa, de fato, em termos de qualificação dos demais trabalhadores.

O processo tecnológico não é privilégio dos que concebem e inventam tecnologias. Entre os níveis de preparação que estruturam os fundamentos da formação tecnológica há interdependências, interfaces e estreitas comunicações.

O espírito criativo que caracteriza as invenções tecnológicas, perpassa a inteligência daqueles que investigam através da pesquisa e também daqueles que compreendem as tecnologias sem as terem inventado, mas que, certamente, serão criativos no modo como as interpretam, transferem e aplicam.

Desponta, assim, a necessidade de se terem presente a visualização global desse processo. Pouco adiantaria investir isoladamente na formação de uma massa crítica de alto nível, capaz de investigar as origens científicas dos postulados básicos das tecnologias e, portanto, em condições de gerá-las, permanentemente, sem o apoio constante daqueles seus intérpretes.

No caso do Brasil, percebe-se ainda o grande vazio existente entre a formação de alto nível e as intermediárias, não só em termos de correlação, como também de quantidade e qualidade de trabalhadores especializados. Os resultados das pesquisas permanecem, em grande parte, sem intérpretes para as aplicações tecnológicas.

O que se propõe, na verdade, em função dos espaços gerados pelas inovações tecnológicas.

é buscar a criação de novos modelos, adaptados às circunstâncias inovadoras, capazes de gerar novos conteúdos e programas, para acompanhar o avanço da Ciência e da Tecnologia.

Quadro 1 — A Realidade do Segundo Grau

A realidade brasileira, no que tange à formação de 2º Grau, é carente de definições conceituais, deficiente na formação de quadros de docentes especializados e na infra-estrutura de laboratórios; guardando no seu bojo as contradições entre o ensino propedêutico-acadêmico e a qualificação técnica. Neste conjunto de problemas, o ensino técnico de 2º Grau ainda não encontrou seu lugar.

A tentativa de se definir o papel do 2º Grau nas escolas do País dura quase vinte anos. Preparar ou não o jovem para o trabalho é um dilema que a Lei 5.692/71 tentou resolver, ao tornar obrigatório o ensino profissionalizante nas escolas. Com isso pretendeu tirar do ensino médio a característica de mera passagem para a universidade. Mas, não o conseguiu, pois as escolas, mal equipadas, sacrificaram o currículo básico em prol de matérias técnicas, oferecidas de maneira superficial e inadequada. Obteve-se, enfim, uma panacéia do ensino de 2º Grau.

A referida lei falhou também em termos das fundamentações conceituais, pois, ao orientar toda a formação para a o trabalho, atrelou-a demasiadamente ao mercado, submetendo-a aos princípios da teoria do capital humano.

A orientação para o trabalho persiste fortemente nas propostas enviadas à Câmara dos Deputados por políticos e educadores, constando claramente no substitutivo do Relator, Deputado Jorge

Hage, ao Projeto de Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

A nova orientação, resultado de amplo debate de diferentes instituições educacionais, vem baseada na ênfase do trabalho como princípio educativo e da educação tecnológica. Não se trata aqui de retomar o viés da perspectiva economicista, e nem os remendos da soma de habilitações técnicas, mas do oferecimento do núcleo teórico das ciências que permita ao aluno uma formação ampla e crítica dos processos do trabalho e da produção e seu impacto sobre a sociedade.

Na discussão desta questão, há que se considerar, por um lado, o princípio que orientará todas as ações pedagógicas — que consiste na busca do saber crítico e universal — e, por outro, a realidade brasileira, carente de escolas, equipamentos, laboratórios, bibliotecas, material didático e recursos humanos (pessoal).

Quadro 2 — A Base da Educação Científica

A formação de quadros técnico-científicos de um país apoia-se, indiscutivelmente, na competência que se tiver assegurado a seu sistema educacional. Neste, deve-se destacar a importância fundamental do 1º. e 2º Graus, onde se alicerça a estruturação da oferta e da demanda social para a ciência e tecnologia.

No caso brasileiro, ainda não se vê garantida essa competência, tanto no tocante à organização administrativa, como nos aspectos quantitativos e/ou qualitativos da escola. Presencia-se um sistema de ensino com fortes sinais de carências e deficiências. Alguns destes sinais podem ser aqui destacados, quais sejam: má qualidade e inadequação do

material didático, laboratórios incompletos ou inexistência destes, fragilidade no processo de formação de professores, além da ausência — na prática — de uma pedagogia interativa que envolva professor e aluno, com o objeto do ensino. Tudo isto, associado a um tipo de ensino predominantemente "livresco" e "ornamental", constitui uma teia complexa de fatores que entram e distorcem o caminho do desenvolvimento da concepção de educação científica competente para o Brasil.

Na verdade, a sociedade contemporânea vem incorporando, em definitivo, a ciência e a tecnologia, bem como os valores que elas originam, tornando-se presente no dia-a-dia de todos e tendendo a ampliar o seu alcance em ritmo imprevisível, com transformações que repercutem na organização social.

Nesse contexto, o homem brasileiro ainda não participa da evolução das mudanças como ator e criador, também, deixando assim de compreender, debater e tentar reformular o próprio ambiente de vida e trabalho, ausentando-se do compromisso histórico de lutar por melhores condições de produção, consumo, distribuição de renda e benefícios e lazer. A eficiente erradicação do analfabetismo e a luta pela qualidade do ensino no Brasil estarão incompletas se não forem acompanhadas pela superação do analfabetismo científico.

Face ao exposto, o campo da investigação na área da educação científica torna-se evidente e extremamente necessário. Os poucos estudos relativos a currículo são, em geral, orientados pelos enfoques imediatistas e, portanto, de alcance limitado. Carecem de articulação com um modelo conceitual que lhes imprima o caráter de conhecimento científico, ao mesmo tempo situando-os na conjun-

tura histórica e contemporânea. Ainda há necessidade, também, de se preocupar com o método, com "o que ensinar", "como ensinar", respeitando "para quem" e "para que ensinar".

Finalmente, convém ressaltar que os estudos que aliam concepções técnicas do campo das ciências experimentais a outras do campo das ciências da educação, poderiam ser mais eficazes se fosse implantada uma abordagem interdisciplinar, condicionada histórica e socialmente, centrada em linhas de pesquisa, conjuntamente empreendidas por diferentes especialistas.

Quadro 3 — O Campo de Educação Técnico-profissional

Esta modalidade da educação caracteriza-se por manter uma base de ensino técnico-prática, abrangendo a formação das ciências e das técnicas, estabelecendo ainda um círculo completo e dinâmico entre a geração, transferência e aplicação de conhecimentos, além da tentativa de manter uma relação mais íntima com o mundo do trabalho e da produção. Estas características aproximam o ensino técnico-profissional do processo de evolução da ciência e da tecnologia.

Enquanto processo educativo, está a exigir uma série de mudanças, de comportamentos metodológicos, de abordagens técnicas e conceituais, assim como de atitudes, usos e costumes culturais que visem o enriquecimento da formação do profissional e sua interação com o mundo atual, no que se refere ao desenvolvimento científico e tecnológico.

Face às demandas dos setores produtivos e às necessidades de reciclagem do exercício profissional, provocadas pelos avanços e transformações

tecnológicas, a educação técnico-profissional adquire contornos diferenciados que abrangem, também, modalidades não-formais de ensino. Assim, surgem experiências múltiplas de reciclagem e treinamento, com vistas a preparar e aprimorar o trabalhador para executar tarefas definidas de acordo com as ocupações. Nesse contexto, convém esclarecer que a seleção, utilização e absorção de uma tecnologia num país, exigem um nível de familiaridade tecnológica, da mesma ordem de grandeza que a necessidade de gerá-la.

Abrangendo assim várias modalidades e níveis de formação, a educação técnico-profissional destaca-se, particularmente, como formadora de níveis técnicos intermediários, para os quais contribuem os seguintes sistemas de ensino: Escolas Técnicas Industriais, Escolas Agrotécnicas e de Serviços, Centros de Educação Tecnológica, SENAI, SENA C, SENAR e programas outros de formação profissional.

Em termos federais, à guisa de exemplo, o alunado das Escolas Técnicas e Agrotécnicas é muito reduzido, aproximando-se — em dados de 1987 — dos 95.000 estudantes. Neste mesmo nível de dependência administrativa, destaque deve ser dado aos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETS-PR/RJ/MG), abrangendo vários níveis de formação tecnológica e o CENTEC-BA, dedicado à formação do tecnólogo. Em nível estadual, convém mencionar a importância do Centro de Educação Tecnológica "Paula Souza"(CEET-SP) e do Centro do Amazonas (UTAM-AM).

A dimensão da pesquisa nesse campo é necessária e urgente, mas manifesta-se ainda muito frágil. Na verdade, é preciso investigar cientificamente seus fundamentos para que se instaure a reformulação de seus métodos e princípios, tendo-se em

conta que o conhecimento técnico se constitui, também, um fator de produção no processo das relações sociais.

Esse quadro da educação técnico-profissional vem merecendo atenções especiais do sistema de C&T, num duplo sentido de estimular a investigação científica numa área de grande repercussão tecnológica e, ao mesmo tempo, de qualificação profissional, criando modelos novos e renovando os existentes, com vistas a enfrentar problemas complexos de transferência e de aplicações tecnológicas.

3. Sugestões temáticas para pesquisa

1 — Estudos do tipo "Estado da Arte"

1.1. — Análise dos estudos realizados na área com ênfase na identificação dos temas pesquisados, na explicitação das abordagens teórico-metodológicas utilizadas, questões evidenciadas e lacunas indicadas.

1.2 — História, diagnóstico, análise de tendências do sistema da educação técnico-profissional. Especificamente: o ensino técnico-industrial, agrícola, e os sistemas SENAI, SENAC e SENAR.

1.3 — Levantamento de experiências inovadoras do ensino das ciências e de formação técnico-profissional.

1.4 — Análise de técnicas e materiais utilizados no ensino das ciências e na formação de técnicos de 2: Grau.

1.5 — História e análise dos modelos e métodos de ensino utilizados pelos cursos superiores de tecnologia no Brasil.

- 1.6 — *Estudo comparativo do "modelo brasileiro de educação técnico-profissional", de nível médio e superior, com experiências congêneres em outros países.*
- 2 — *Política de formação técnico-profissional*
- 2.1 — *Projetos de pesquisa integrados das universidades com as Instituições de formação técnico-profissional, visando a proposição de novos currículos, na perspectiva dos avanços da ciência e da tecnologia, utilizando os métodos de análise prospectiva:*
- *renovação dos conteúdos programáticos;*
 - *criação de novas metodologias de ensino;*
 - *renovação das metodologias existentes;*
 - *desenvolvimento de protótipos, estimulando a criatividade nos jovens e/ou trabalhadores.*
- 2.2 — *Ampliação e aprofundamento de conhecimentos sobre:*
- *o saber do trabalhador, as relações da evolução técnica com o processo de trabalho e a organização da produção;*
 - *as relações da educação técnico-profissional com os processos de trabalho e de produção;*
 - *as fundamentos da educação técnico-profissional, relacionados com os pressupostos da educação, da ciência, da tecnologia e do trabalho;*
 - *história e crítica dos processos tecnológicos aplicados à educação técnico-profissional.*
- 3 — *Estudo das políticas de formação e capacitação de docentes do ensino técnico-profissional*
- 3.1 — *A relação teoria-prática na formação do professor.*

- 3.2. — *Propostas e alternativas para a formação e capacitação docente.*
- 4 — *O ensino das ciências*
- 4.1 — *Criação de novas metodologias de ensino.*
- 4.2 — *Renovação dos conteúdos programáticos.*
- 4.3 — *Elaboração de modelos e protótipos.*
- 5 — *Divulgação técnico-científica*
- 5.1 — *Divulgação e disseminação de resultados de estudos e pesquisas.*
- 5.2 — *Divulgação de modelos e protótipos.*
- 5.3 — *Modelos de "parques de ciências".*

ANEXO IX

TERMO DE ACORDO ENTRE O INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS — INEP/MEC BRASIL E INSTITUIÇÕES ESTRANGEIRAS CONGÊNERES

Introdução

A história da pesquisa e da documentação e informação está intimamente ligada à história do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais — INEP, criado em julho de 1938.

O INEP, nos seus 50 anos de existência, vem desempenhando um papel relevante no desenvolvimento da pesquisa educacional no país. Criado como centro de estudo das questões educacionais, já nos seus primeiros anos de funcionamento, dispunha de documentação que lhe possibilitou oferecer subsídios para a organização do ensino, em todos os níveis, no Brasil. Pioneiramente, dedicou-se

também à preservação da memória e da história da educação brasileira, fundando a primeira biblioteca especializada em educação e, mais tarde, o seu principal veículo de divulgação — a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. O INEP foi a primeira instituição brasileira dedicada à produção do conhecimento na área educacional, inicialmente realizador e, posteriormente, à criação dos cursos de pós-graduação na década de setenta, como única agência de financiamento exclusivo à pesquisa educacional.

Atualmente, o INEP funciona como órgão autônomo, vinculado ao Ministério da Educação, apoiado em três diretorias: Pesquisa, Documentação e Informação e Planejamento e Administração, atendendo à demanda ministerial de pesquisa; estimulando, através de financiamento, a pesquisa educacional realizada por instituições ou pesquisadores isolados; promovendo a divulgação do pensamento educacional através da publicação de revistas, periódicos, livros e jornais e desenvolvendo o Sistema de Informações Bibliográficas em Educação.

Recentemente, foram criados o Museu da Educação — PEDAGOGIUM, inspirado no Musée Pédagogique da França, e a Coordenadoria de Ensino à Distância.

Em razão de suas atividades e dos objetivos a que se propõe, o INEP necessita de permanente acompanhamento da evolução e do estado do conhecimento educacional em todos os seus aspectos (teóricos, metodológicos e tecnológicos), de forma a melhor traçar suas linhas de pesquisa e novos campos de atuação, avaliar os critérios adotados na seleção de projetos a serem financiados e identificar os avanços e metas a serem perseguidos.

Assim, as oportunidades de intercâmbio com instituições estrangeiras congêneres, oferecem oportunidade de atualização dos procedimentos adotados nas ações de suas diferentes diretorias: pesquisa, documentação e informação e planejamento.

Propostas para ações de intercâmbio com instituições estrangeiras:

Objetivo Geral: Ampliar, sistematizar e aprofundar a formação de profissionais que trabalham na área de divulgação científica e de pesquisa, visando a contribuir para a democratização do conhecimento educacional.

Objetivo Específico da Documentação e Informação: Estabelecer mecanismos de intercâmbio de informações e de recursos humanos visando ao fortalecimento institucional das atividades de documentação e divulgação do INEP, tendo em vista o entendimento de que o desenvolvimento do pensamento educacional ressurte-se da atuação de uma instituição capaz de disseminar e sistematizar o conhecimento produzido e alimentar um sistema nacional sobre o estado da pesquisa educacional no País e a constatação de que o INEP é, historicamente, vocacionado para o desempenho desse papel.

Justificativa: A preocupação com a sistematização e divulgação do conhecimento esteve presente desde a criação do INEP, em 1937, através da realização de cursos e seminários, dos levantamentos e inquéritos e da coleta de tudo que se produzira a partir de 1808, principiando o que viria a ser, na década de cinqüenta, a Bibliografia Brasileira de Educação, além do lançamento de uma linha de divulgação que acompanhou o órgão por todos os seus momentos, constituindo o seu acervo edito-

rial um dos mais ricos e talvez sem similares na esfera das instituições públicas.

Assim, as iniciativas de estabelecimento de acordos de cooperação internacional deverão levar em conta a possibilidade de aperfeiçoamento do pessoal de nível superior, prioritariamente técnicos em educação e bibliotecários, favorecendo a sua capacitação em estágios que permitam a ampliação de seus conhecimentos nas áreas da Divulgação e Documentação.

Sugestão: Relacionamos, a seguir, alguns tópicos exemplificativos das áreas de interesse para intercâmbio:

Divulgação:

- *O Processo da Divulgação Científica em Educação*
 - *Conceitos e Objetivos da Divulgação do Conhecimento*
 - *Estudo das diversas Práticas de Divulgação (Museu, Jornalismo, Televisão, Rádio, Videotecas, Conferências, Palestras)*
 - *O Processo de Produção e Veiculação da Informação Educacional*
- *Editoração de Publicações destinadas à divulgação do conhecimento educacional.*

Documentação:

- *Fontes de Informação em Educação e Areas Correlatas*
- *Planejamento e Administração de Serviços de Informações Bibliográficas*
- *Formação, Desenvolvimento e Avaliação de Coleções*
- *Representação do Documento*
- *Indexação e Thesaurus*
- *Sistemas: Redes de Informação*

Objetivo Específico da Atividade de Apoio à Pesquisa: *Estabelecer mecanismos de intercâmbio de informações e de aperfeiçoamento de recursos humanos visando ao acompanhamento das mudanças tecnológicas, econômicas e sociais que se refletem no campo da educação e à identificação das áreas temáticas em que se desenvolvem os projetos de pesquisa.*

Justificativa: *Quando da sua criação, o INEP constituía, quase que exclusivamente, a única entidade governamental destinada à produção de pesquisa (então denominada inquérito) educacional no País. Estas primeiras pesquisas ou inquéritos pedagógicos, tinham um enfoque psicológico e posteriormente sócio-educacional, restritas quase sempre, ao âmbito da escola. Posteriormente, a evolução e a complexificação da atividade de pesquisa, bem como a expansão da pós-graduação nas Universidades, provocaram sua transformação em órgão de fomento e não mais realizador de pesquisa. Como tal, conta com um corpo de técnicos em nível de graduação, mestrado e doutorado, que atuam como interlocutores entre o Ministério da Educação e a comunidade acadêmica.*

Assim, as ações de cooperação e intercâmbio internacional deverão possibilitar o aperfeiçoamento desse pessoal técnico através de estágios que permitam a ampliação de seus conhecimentos na área da pesquisa educacional.

Áreas de interesse para intercâmbio:

- *Métodos e Técnicas de Pesquisa*
- *Classificação da Pesquisa Educacional por área temática*
- *Acompanhamento e Avaliação de Projetos de Pesquisa*

- *Estrutura e Funcionamento de Instituições destinadas ao Apoio à Pesquisa*

Formas de Cooperação Técnicas e Intercâmbio:

- *Permuta de Publicações (livros, revistas, periódicos, jornais)*

% *Intercâmbio de técnicos para estágios de aperfeiçoamento ou para ministrar cursos de curta duração nas áreas de Editoração, Documentação e Métodos e Técnicas de Pesquisa*

ANEXO X

INEP/DDI/COED

PUBLICAÇÕES CONCLUÍDAS EM 1989

1. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*
v. 69 n. 163 — set./dez. 1988 — distribuída
v. 70 n. 164—jan./abr. 1989—produção editorial concluída em maio/89 — produção gráfica iniciada em dez./89, pelos motivos indicados no relatório.
v. 70n. 165—maio/ago. 1989—produção editorial concluída em ago./89 — produção gráfica iniciada em dez./89, pelos motivos indicados no relatório.
v. 70 n. 166 — set./dez. 1989—produção editorial iniciada em set./89 —produção gráfica prevista para início de 90.
2. *Em Aberto*
Ano VII n. 39 — jul./set. 1988 — distribuído
Ano VII n. 40 — out./dez/1988 — distribuído
Ano VIII n. 41 —jan./mar. 1989 — distribuído
Ano VIII n. 42 — abr./jun. 1989 — distribuição marcada para dezembro/89 — atraso pelos motivos indicados no relatório.
Ano VIII n. 43 — jul./set. 1989 — distribuição marcada para dezembro/89 — atraso pelos motivos indicados no relatório.
Ano VIII n. 44 — out./dez. 1989 — distribuição marcada para janeiro de 1990 — atraso pelos motivos indicados no relatório
índice do *Em Aberto* 1981/1988 —produzido e distribuído
3. *Jornal do Professor de 1º Grau*
n. 13 —'Educação Física"— produzido e distribuído
n. 14 — "O professor e a municipalização do ensino" — produzido e distribuído
n. 15 — "A educação na República" —produzido
n. 16 — "O professor e os meios de comunicação de massa " — produzido
4. *Bibliografia Brasileira de Educação*
vol. 1/2 — 1985 —produzido e distribuído
5. *Série Estudos e Pesquisas*
v. 2 — "Da Assistência Educativa à Educação Assistencializada " —produzido e distribuído
6. *Série Encontros e Debates*
v. 4 — "Seminário Anglo-Brasileiro de Ciência, Tecnologia e Educação" —produzido e distribuído
v. 5 — "Alternativa de Alfabetização para a América Latina e Caribe" —produzido e distribuído.
7. *Grandes Educadores Brasileiros*
v. 1988 — produção editorial concluída em ago./89 — em produção gráfica — atraso por motivos indicados no relatório
8. REDUC
 - *Bibliografia Temática de Educação Popular*
 - *Bibliografia Temática sobre História da Educação Brasileira*

- *Estado da Arte sobre Alfabetização*
 - *Resumos Analíticos em Educação — Alfabetização (produção editorial concluída)*
9. *Coedições*
- *História da Instrução Pública — INEP/PUC-SP*
 - *História do Analfabetismo — INEP/CORTEZ*
 - *Guia de Leitura — INEP/CORTEZ*

Total de Publicações Produzidas: 26

ANEXO XI

POR UMA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ABERTA E À DISTÂNCIA BRASÍLIA, FEV. 1989

Apresentação

Hã o convencimento nacional de que a Educação à Distância (EAD), constitui modalidade educativa que carece de reconhecimento e apoio por parte das nossas autoridades e da sociedade em geral. Não se trata, porém, de uma novidade em nosso sistema. A Lei nº 5.692/71, em seu artigo 26, recomenda a utilização dos meios de comunicação (rádio, televisão e correspondência), os quais vêm sendo empregados de modo tímido no serviço da educação brasileira.

São reconhecidas as nossas carências em termos quantitativos e qualitativos. A EAD representa — como ficou demonstrado em outros países — um incrível potencial, alternativa e complemento da educação presencial, realizada pelos sistemas formais de educação. Mesmo quando as iniciativas

pertencem às universidades, os esforços de EAD devem ser preferencialmente canalizados para a eliminação do analfabetismo e o fortalecimento do ensino fundamental, como se tornou prioridade expressa na Constituição de 1988.

Ninguém coloca mais em dúvida a força da teleeducação em nosso País, ela que existe há mais de 50 anos. Para o especialista Juan Bordenave, dentro da teleeducação, destaca-se a educação à distância pelo papel que desempenha na solução dos problemas educacionais, pela sua constante e comprovada atuação em favor da educação básica de populações menos favorecidas. "A EAD deve ter assegurado seu desenvolvimento efetivo, dentro dos elevados padrões de qualidade, tanto em relação à produção como à sua utilização. "

Sob esse aspecto, louve-se a preocupação do Ministro Carlos Sant'Anna, um entusiasta da EAD desde os seus tempos de Secretário Estadual de Educação da Bahia, quando fortaleceu as atividades do IRDEB: "Sou favorável a essa metodologia, desde que cercada de todos os cuidados com relação ao ACOMPANHAMENTO e AVALIAÇÃO. "

São muitos os países que hoje desenvolvem atividades efetivas de EAD, como Canadá, Bolívia, Colômbia, Espanha, Inglaterra, Israel, China, Costa Rica, Austrália, Bangladesh etc. Neste último, de 95 milhões de habitantes, o seu Governo estabeleceu três linhas de prioridades:

1. *Universalização da educação fundamental e alfabetização de adultos;*
2. *Educação não-formal, para chegar ao povo e capacitá-lo para o trabalho:*
Apoio à educação formal, com o uso de rádio, televisão etc. a fim de realizar projetos como, por exemplo, o de capacitação docente.
3. *No -Brasil, a existência hoje do satélite*

doméstico de telecomunicações fortaleceu a idéia. Trata-se de um investimento de 250 milhões de dólares, com 48 canais, e que, dispondo de alguma ociosidade, poderia ser utilizado na cobertura de carências existentes. O satélite Brasilsat II possui enorme capacidade de alimentar redes de rádio e televisão, com emissões educativas, sendo possível cobrir as regiões mais longínquas do País.

O Brasil amadureceu para a idéia da utilização da EAD em larga escala, com os cuidados aqui anunciados e dentro de uma visão crítico-transformadora. O assunto mereceu análise do Conselho Federal de Educação, através da Indicação nº 18/86, de autoria do prof. Arnaldo Niskier. O Ministério da Educação encampou a iniciativa, criando, por decisão do então Ministro Hugo Napoleão, com a Portaria nº 511/88, a Comissão encarregada de formular uma Política Nacional de Ensino à Distância, bem assim promover a realização de cursos à distância para o magistério de ensino fundamental e médio. A mesma Portaria criou no INEP a Coordenadoria Nacional de Ensino à Distância, embrião do que poderá vir a se tornar o Instituto Nacional de Educação à Distância (INEAD).

O Congresso começa a discutir os fundamentos da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, bem assim o Plano Nacional de Educação. Em todos esses instrumentos deverá figurar, como alternativa de destaque, a educação aberta e à distância, metodologia que outros países mais e menos adiantados do que o nosso encontraram para superar os imensos desafios educacionais das suas respectivas populações.

As Linhas de Ação aqui propostas pela Comissão do MEC, depois de uma sucessão de reuniões e audiências com especialistas na matéria, refletem o desejo de uma contribuição efetiva, no

histórico momento de transformações por que passa a sociedade brasileira.

Por uma Política Nacional de Educação Aberta e à Distância

À medida que avança o desenvolvimento da sociedade, sua subsistência depende de atividades cada vez mais complexas e aumenta a obrigação de o Estado ampliar as oportunidades a todos os cidadãos. A política educacional de um país interessado no desenvolvimento dirige-se necessariamente para a expansão de seu sistema de ensino obrigatório e não-obrigatório, uma vez que este sistema compete responder às expectativas que a sociedade nele deposita. Um sistema de ensino é sempre julgado pelo equilíbrio entre a quantidade, a qualidade, a distribuição da oferta e sua diversificação, bem como pela capacitação dos recursos humanos necessários a cada momento histórico de uma nação.

Tendo o Brasil a necessidade urgente de elevar o nível educacional e cultural de uma população extra-escolar tão grande de adolescentes e adultos, faz-se necessário tomar algumas decisões políticas neste campo; decisões estas que extrapolem a oferta tradicional da escola. O modelo institucional de escola em nosso País restringe as possibilidades de acesso a toda uma população que, por suas características de vida, de ocupação, de localização, dentre outras, fica limitada, em suas aspirações, em relação ao conhecimento, à cultura, ao saber.

Vários países, do Primeiro ao Terceiro Mundo, têm encontrado soluções para os seus problemas educacionais através de alternativas não-conventionais. Dentre estas, a Educação à Distância — EAD — tem tido comprovada atuação junto

a populações que, por motivos diversos, estão impedidas de ter acesso à educação.

E chegado o momento de, aqui no Brasil, a exemplo de outras nações, ser ampliada a concepção de escola, com a utilização de todos os meios viáveis de capacitar concretamente a população para resolver seus problemas de vida, de trabalho, de organização social. A contribuição do sistema de ensino para o desenvolvimento social e econômico é, talvez, a mais perceptível.

A necessidade de se formarem consciências críticas e independentes requer investimentos. No momento em que se traça como meta a erradicação do analfabetismo, avolumam-se as necessidades educacionais, as quais se evidenciam quando se tem clareza da extensão do verdadeiro sentido de educar um povo. Educar um povo não pode mais significar somente ensinar, transmitir conceitos ou simplesmente informar; significa, acima de tudo, desenvolver ações que propiciem a todo cidadão condições para a autoformação, para a participação na organização da sociedade a que pertence e, principalmente, para a sua identificação cultural de homem brasileiro, com seus valores, costumes e tradições.

Certo de que a oferta de alternativas diversificadas poderá contribuir efetivamente para a superação dos problemas educacionais hoje existentes, o Grupo de Trabalho instituído pela Portaria Ministerial nº 511, de 27/09/88, originada pela Indicação nº 18/86 do Conselho Federal de Educação, apresenta, neste documento, uma proposta que tem por objetivo apontar ações para uma política de educação aberta e à distância, a ser implementada com base nas experiências desenvolvidas e validadas por cinco décadas em nosso País.

As diretrizes estabelecidas, objeto de Priorização desta política, visam a ampliar as oportunidades de educação formal e não-formal, através da metodologia de EAD, a uma população que se ressentia da oferta de serviços educacionais em quantidade e qualidade compatíveis com seus interesses e suas reais necessidades, ao mesmo tempo que possibilitarão modernizar o sistema de ensino do País. São elas:

I. Diretrizes para a Educação Formal

- Ampliação da oferta do Ensino Fundamental*
- Ampliação da oferta do Ensino Médio*
- Ampliação da oferta do Ensino Superior e Formação de Recursos Humanos para EAD*
- Capacitação/Habilitação de Professores Leigos*

II. Diretrizes para Educação Não-formal/Educação Continuada

- Alfabetização e Educação Popular*
- Formação para o Trabalho*

Assim, este documento apresenta um breve diagnóstico da situação da educação no País, justifica cada diretriz e sugere linhas de ação que deverão nortear planos, programas e projetos de educação aberta e à distância nas áreas de educação formal e não-formal.

Diretrizes e Linhas de Ação — Educação Formal

- *Ampliação da Oferta do Ensino Fundamental*

Existem 30 milhões de brasileiros que não compreendem o que lêem, 26 milhões, com idade igual ou superior a 15 anos, de não-alfabetizados e 8 milhões de crianças que continuam sem frequentar a escola. Dos 23 milhões que estão na escola, parte significativa tem apenas duas horas de aula e menos de 180 dias letivos no ano, sem falar na quase inexistência de material de ensino-aprendizagem. Apesar das lutas e reivindicações populares, continua praticamente inexistente o atendimento público ao pré-escolar; de 100 crianças que entram na 1º série do ensino fundamental, 52 não chegam à 2º série e apenas 18 o concluem.

Os índices de aprovação não correspondem aos índices de aproveitamento, isto é, os conteúdos dominados pelos alunos não são relevantes e significativos ou indispensáveis à sua participação na sociedade.

Superar esses males, que não são novos, é tarefa da sociedade, dos poderes públicos e das instituições comprometidas com a educação.

A adoção de medidas que possam efetivamente contribuir para a reversão do preocupante panorama educacional brasileiro, sobretudo no que concerne ao ensino fundamental, dará respostas ao desafio com que se defronta toda a sociedade. Neste sentido, a utilização da EAD poderá servir tanto para oferta do ensino formal como do não-formal, assim como para apoiar em caráter complementar o ensino presencial, isto por se tratar de uma metodologia que não exclui nem concorre com os métodos tradicionais, ao contrário, possibilita sua complementação, enriquece a prática docente

e pode influir decisivamente para a universalização do ensino.

Linhas de Ação

- 1 — Ampliar a oferta do ensino fundamental, com a utilização da educação à distância como alternativa de conferir grau a jovens e adultos excluídos da escola convencional.*
- 2 — Enriquecer as metodologias usadas no ensino presencial pela utilização de múltiplos meios (rádio, TV, material instrucional, entre outros).*

- *Ampliação da Oferta do Ensino Médio*

O ensino formal não tem conseguido responder às necessidades de ampliação de oferta do ensino público de nível médio. Em 1985, a matrícula inicial deste nível de ensino representava 20% da demanda potencial da população de 15 a 19 anos e, desses, 53,09% constituíam clientela de cursos noturnos, onde predominam baixos padrões de ensino. Essa clientela é constituída, quase sempre, pelos que provêm de cursos do ensino fundamental de baixa qualidade e já integram a força de trabalho do País.

Fora da faixa etária, há toda uma população economicamente ativa que busca completar sua escolarização, seja em nível de educação geral, seja em nível de formação profissional, com vista a uma melhor habilitação para o mercado de trabalho e/ou ascensão funcional, além dos que aspiram ao ingresso no ensino superior.

É de se relevar ainda o fato de que, à medida que a sociedade brasileira obtiver êxito na luta para universalizar o ensino fundamental, a pressão vai recair sobre o ensino médio.

No que se refere à formação profissional, ha de se atentar para o fato de que o avanço mundial nas áreas da ciência e da tecnologia, nos três setores da economia, exige a preparação de técnicos de nível médio aptos para atuar no sentido de que o País possa acompanhar esse ritmo de modernização.

A EAD, voltada para o ensino médio, poderá alcançar a população jovem e adulta das zonas urbana e rural para além das formas de escolarização convencional, reduzindo custos e contribuindo para a qualidade desse grau de ensino.

Linhas de Ação

1 — Utilizar a EAD como forma alternativa de atendimento à clientela do ensino médio situada preferencialmente em regiões de difícil acesso e/ou geograficamente dispersa.

2 — Apoiar, em caráter complementar, o ensino noturno, utilizando recursos da teleducação.

3 — Oferecer cursos de preparação de técnicos de nível médio, via EAD, para responder à demanda e suprir carências de profissionais.

- *Ampliação da Oferta do Ensino Superior e Formação de Recursos Humanos para a Educação à Distância*

As crescentes demandas por formação e capacitação de recursos humanos têm sido obstaculizadas pelas estruturas operacionais tradicionais das instituições de ensino superior.

A abertura da universidade, recorrendo ao uso de metodologias de auto-estudo e dos modernos recursos tecnológicos, é um fenômeno que cres-

ce no mundo moderno. A ampliação da oferta educacional diversificada pela universidade não é mais privilégio apenas dos países avançados, mas está sendo objeto de esforços firmes e determinados de países da Ásia, América Latina e África que, resolutamente, encetam políticas de capacitação de recursos humanos tendentes a acelerar sua modernização e diminuirá distância científico-técnica com os países altamente industrializados.

Dessa forma, faz-se necessário fomentar a criação de sistemas de EAD nas universidades brasileiras que permitam ampliar as oportunidades de acesso ao ensino superior no âmbito do ensino técnico de 3º Grau, da graduação e da pós-graduação, conforme Art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, principalmente nas áreas mais requeridas pela comunidade/sociedade.

Apoiando-se na eficiente e eficaz modalidade de EAD, a universidade brasileira poderá responder à necessidade de ampla, sólida e continuada capacitação de recursos humanos, exigência crucial para a nação fazer face aos desafios colocados em nossa época pelo progresso científico e tecnológico.

Ênfase especial deverá ser dada à sistemática capacitação de profissionais da educação, de forma a suprir a demanda necessária à definitiva erradicação do analfabetismo, a capacitação do atual professorado leigo, bem como a permanente atualização dos professores habilitados do ensino fundamental e médio. Por outro lado, competirá também à universidade capacitar recursos humanos para a educação continuada e para a formação de quadros técnicos especializados na área de EAD.

Linhas de Ação

1 — *Assegurar, através da criação da Universidade Aberta, o acesso ao ensino superior*

e ao ensino técnico de 3ª Grau àqueles que não puderam frequentar os estudos superiores por diversos motivos, dando também oportunidade aos residentes longe dos centros onde se encontram as universidades.

2— Apoiar e estimular, em caráter emergencial, através da EAD, a criação nas universidades de programas de atualização e aperfeiçoamento da força de trabalho (educação continuada) para capacitação tecnológica e nos diferentes empregos com ênfase especial para a força de ensino fundamental e médio e professorado leigo.

3 — Estimular e apoiar financeiramente, nas Faculdades de Educação, a realização de pesquisas e a formação de especialistas na área de EAD.

• Capacitação/Habilitação de Professores Leigos

A existência de professores leigos atuando no sistema educacional e a má qualidade da formação dos professores em exercício na escola brasileira, têm sido apontadas como fatores que contribuem significativamente para o atual fracasso do sistema educacional em nosso País. Se forem consideradas apenas as quatro séries de ensino fundamental, verificar-se-á a existência hoje de cerca de 150 mil professores leigos, sobretudo na zona rural, que sequer concluíram o ensino fundamental.

Por outro lado, faz-se necessário preparar também profissionais para prestar atendimento especializado, no ensino fundamental, a portadores de deficiências ou a superdotados, dos quais se almeja um desenvolvimento pleno.

No que se refere à pré-escola, verifica-se que os serviços educacionais vêm sendo prestados por grande número de profissionais técnica e pedagogicamente despreparados, portanto, sem condições de atender às especificidades dessa clientela. O mesmo vem ocorrendo com o atendimento ao adulto, que exige do educador uma prática pedagógica fundamentada nas suas condições de aprendizagem e na sua experiência de vida e de trabalho.

Outra vertente que merece ser destacada e a que se relaciona com a formação de docentes para o ensino médio, em particular para o ensino técnico, uma vez que o ritmo acelerado das mudanças tecnológicas requer atualização constante.

A utilização da EAD, metodologia que possibilita a conjugação de multimeios tecnológicos, constitui-se uma alternativa que poderá oferecer grande contribuição para reverter o quadro presente. Por suas características, a EAD permite ao cursista realizar estudos de capacitação ou habilitação sem abandonar a sala de aula, a qual poderá constituir-se laboratório de aprendizagem imediata dos conhecimentos adquiridos.

Linhas de Ação

1 — Realizar, em caráter emergencial, a implantação, em escolas de formação de professores de nível médio e instituições de nível superior, de programas de formação de recursos humanos que favoreçam a habilitação de professores não-titulados, mas no exercício da profissão.

2 — Capacitar/habilitar professores leigos que atuam na pré-escola, no ensino fundamental, médio e especial e na educação de adultos, por meio de programas e projetos

de EAD a serem executados por instituições públicas de ensino ou por entidades da sociedade civil.

*Diretrizes e Linhas de Ação — Educação
Não-formal/Educação Continuada*

• *Alfabetização de Jovens e Adultos e Educação Popular*

Ao se pensar na educação de jovens e adultos, verifica-se que a escola hoje existente não atende aos interesses das camadas populares, por não ter reformulado seus conteúdos, métodos e organização.

Enfrentar o desafio de erradicar o analfabetismo num prazo de 10 anos, como preceitua a atual Constituição, exige a busca de soluções em que a educação de adultos não fique apenas no plano da aprendizagem da leitura, da escrita e do cálculo.

No momento histórico atual, na educação do adulto brasileiro precisa-se levar em conta outros aspectos imprescindíveis à tomada de consciência da necessidade do estabelecimento de uma sociedade mais justa, onde a preservação da natureza, a defesa de nossas raízes culturais e a solidariedade humana sejam os suportes do desenvolvimento científico, tecnológico e econômico.

Essa educação deve, pois, estar voltada para a formação de indivíduos autodeterminados, com consciência de si próprios, e competentes para exercer efetivamente a cidadania.

Assim, a educação popular, que há muito aparece em nossos meios educacionais com nomes como "educação pelo povo", "educação partici-

pativa" ou "educação comunitária", para exercer seu real papel, de ve considerar o conjunto de aspectos que caracterizam o povo a que se destina, como sua história, sua arte, seus costumes, seus valores, em suma, a sua cultura.

Essa proposta somente se fará concreta na medida em que o conhecimento popular for considerado e respeitado, pois a educação popular significa, basicamente, aprender com o povo o que ele pode ensinar enquanto se ensina o que ele quer aprender.

A educação assim atendida deve, portanto, refletir um pensamento e um comportamento brasileiros que transpareçam nossa realidade, nossos problemas e nossas soluções.

Para se atingir o mais breve possível estes propósitos, urge que se adote uma metodologia alternativa aberta à utilização de multimeios que favoreça o atingimento de um maior número de pessoas, em menor espaço de tempo, no momento em que as soluções educacionais não podem mais ser adiadas.

Linhas de Ação

1 — Apoiar propostas de alfabetização de jovens e adultos, feitas por movimentos sociais, instituições públicas e da sociedade civil, concebidas a partir das necessidades específicas culturais e de produção econômica dos grupos sociais a serem atendidos.

2 — Aproveitar as experiências de educação de adultos realizadas por educadores populares.

3 — Apoiar o desenvolvimento de propostas diferenciadas de educação, a partir de necessidades culturais e sociais, de produção eco-

nômica, de interesses imediatos e/ou históricos da sociedade.

4— Ampliar as possibilidades de educação comunitária com a oferta de programas e projetos voltados para saúde, saneamento, nutrição, condições habitacionais e de organização social.

5 — Desenvolver ações destinadas a mobilizar os meios comunitários e os recursos locais, com vista ao aproveitamento de matérias-primas em atividades de manifestações comunitárias e culturais.

6 — Apoiar programas e projetos que visem a resgatar e preservar as nossas raízes históricas e culturais.

- *Formação para o Trabalho*

A questão do trabalho, seu papel social, seus valores, sua organização e métodos, vincula-se diretamente ao exercício da cidadania, isto porque deve-se considerar o indivíduo não só como cumpridor de seus deveres para com a sociedade, mas principalmente como conhecedor dos seus direitos de cidadão.

No que se refere, pois, à formação do jovem e do adulto para o trabalho, é importante considerar a ampliação de oportunidades de educação para toda uma população excluída da escola, o que certamente reverterá na possibilidade de apreensão de novas tecnologias e na aquisição de conhecimentos básicos destinados a uma atividade mais produtiva, mais racional, beneficiando assim o indivíduo e a comunidade a que pertence.

A compreensão da real situação sócio-econômica da população brasileira conduza conclusão de que se faz necessário utilizar alternativas educacionais diversificadas capazes de formar para o tra-

balho uma parcela significativa das camadas populares, ocupante hoje de subemprego ou participante da economia informal.

Uma proposta educacional voltada para essa finalidade deve considerar o saber popular, o saber daqueles que não partilham do mundo letrado e que vivenciam diferentes experiências em seu contexto sócio-cultural.

Abre-se, pois, com a EAD, uma perspectiva de ampliação da oferta de oportunidades de formação de jovens e adultos para o trabalho, de conformidade com as necessidades da população em sua concreta situação de vida.

Linhas de Ação

1—Assegurar o desenvolvimento de propostas educativas diferenciadas para as classes trabalhadoras que visem à formação para o trabalho nos setores primário, secundário e terciário da economia e que conjuguem interesses pessoais e exigências do mundo do trabalho.

2 — Apoiar e divulgar experiências de formação para o trabalho, realizadas com êxito por particulares ou instituições públicas e privadas, junto às classes trabalhadoras.

3 — Assegurar ao trabalhador o acesso ao conhecimento prático-teórico-metodológico das diversas áreas de produção, possibilitando o aperfeiçoamento de sua prática e proporcionando novas opções de trabalho.

4 — Garantir ao trabalhador o acesso a programas de educação continuada que propiciem a sua compreensão e participação das relações inerentes ao mundo do trabalho e na organização político-social da comunidade que integra.

Estratégias

Estratégias de Implantação, Acompanhamento e Avaliação

- *Proceder no levantamento da demanda real de necessidades, no âmbito da educação formal e não-formal, a ser atendida pela metodologia de EAD.*
- *Assegurar a formação de recursos humanos para planejamento, gerenciamento, acompanhamento e avaliação de programas e projetos de EAD em instituições de ensino nacionais e internacionais.*
- *Promover a formação de equipes multidisciplinares para produção de programas teleducativos e de equipes técnicas para operação e manutenção de equipamentos.*
- *Cadastrar instituições que executam com êxito programas e projetos de EAD no Brasil e no exterior.*
- *Reunir, em um centro de documentação, títulos e materiais de teleeducação produzidos em nível nacional e internacional.*
- *Ampliar o acervo das bibliotecas escolares, de modo a incorporar, entre outros materiais didáticos, vídeos e demais equipamentos necessários à sua utilização.*
- *Promover a articulação MEC/MINICOM, com vista à adoção de providências que viabilizem a liberação do acesso ao Brasilsat, para interiorizar emissoras de TV educativas.*
- *Alterar os termos da Portaria nº 568/80, de forma a assegurar horários compatíveis com a disponibilidade da clientela a ser atendida.*
- *Estabelecer um tempo mínimo e faixas de horário compatíveis com a disponibilidade da clientela a ser atendida, na programação diária da rede de TV governamental, para programas educacionais locais ou nacionais.*
- *Assegurar que o ingresso das emissoras educativas no sistema do satélite seja decisão da comunidade diretamente atingida, representada pelos órgãos de planejamento e execução da política educacional local.*
- *Incentivar a produção de programas locais nas rádios e TV educativas ou redes privadas, objetivando a preservação e divulgação da cultura brasileira, aproveitando-se no que couber os mecanismos da Lei Sarney.*
- *Estabelecer negociações com os setores produtivos públicos e privados para possibilitar a presença do processo educativo nos locais de trabalho.*
- *Apoiar e financiar estudos e pesquisas tecnológicas e pedagógicas que favoreçam a implantação e implementação de programas e projetos de EAD.*
- *Apoiar, técnica e financeiramente, programas e projetos de EAD promovidos por instituições públicas de ensino e organizações da sociedade civil sem fins lucrativos.*

- Promover a articulação entre os sistemas federal, estadual e municipal de ensino, no sentido de garantir a descentralização da execução de programas e projetos de EAD.
- Estabelecer mecanismos de acompanhamento e avaliação dos programas e projetos de EAD nas instâncias federal, estadual e municipal, a fim de assegurar a eficiência e qualidade das ações.
- Estabelecer mecanismos de integração entre escolas de formação de professores de nível médio e instituições de nível superior, a fim de assegurar execução de projetos de EAD destinados a professores leigos.
- Aproveitar a infra-estrutura de instituições de ensino de nível médio e superior, para torná-las centros de EAD regionais e/ou estaduais.
- » Realizar estudos no sentido de identificar as necessidades administrativas, técnicas, de equipamento e de pessoal especializado para implantação de centros de EAD.
- Incluir a metodologia de EAD nos currículos dos cursos de educação e de comunicação.
- Oferecer, nas universidades, cursos de especialização em metodologia de educação à distância.
- Realizar estudos que visem, a médio ou longo prazo, a implantação da Universidade Aberta brasileira.
- Abrir gradativamente a universidade através do oferecimento de cursos que possam responder

aos anseios de comunidades não atendidas pelo ensino presencial.

- Oferecer cursos de especialização para professores e outros profissionais de ensino superior, em face da carência de recursos humanos com titulação adequada e formalmente exigida.
- Utilizar a metodologia de EAD, em caráter complementar, nos cursos de nível fundamental, médio e superior.
- Organizar encontros, mesas-redondas e grupos de estudos, com participação de representantes do MEC, de instituições que fazem EAD e de segmentos da sociedade, a fim de priorizar programas a serem desencadeados.

Estruturas Institucionais

- Estruturação da Coordenadoria de Educação à Distância, como órgão do MEC responsável pelos encargos de coordenar e apoiar a execução da Política e das Diretrizes de EAD.
- Participação das instituições de ensino superior como avaliadoras de programas e projetos de EAD, em trabalho integrado com os sistemas estaduais e municipais de ensino.
- Participação da sociedade civil — sindicatos, associações, clubes de serviço, igrejas e outros que demonstrem competência — na execução de projetos de educação à distância.
- Articulação entre os sistemas federal, estadual e municipal, no sentido de descentralizar a execução dos programas e projetos de EAD.

Aspectos Legislativos

- Incluir na *Lei de Diretrizes e Bases (LDB)* e no *Plano Nacional de Educação (PNE)* o emprego da educação à distância como metodologia alternativa a ser adotada nos vários níveis do sistema de ensino brasileiro.
- Sugerir ao Conselho Federal de Educação (CFE) e aos conselhos estaduais de educação (CEE):
 - a elaboração de legislação específica para regulamentar cursos oferecidos mediante EAD;
 - a adoção de medidas que normatizem autorização de cursos e expedição de certificados e/ou diplomas a serem conferidos aos concluintes de cursos realizados via EAD.
- Assegurar, em planos de carreira e/ou estatutos, um sistema de mérito, que venha estimular o autodidatismo e a automotivação, requisitos imprescindíveis a profissionais que obtenham titulação ou capacitação através da EAD.

Aspectos Financeiros

- Assegurar, junto ao FNDE, rubrica própria destinada à EAD.
- Destinar no mínimo 20% dos recursos orçamentários do PNL-D-FAE à produção de programas teleducativos e à aquisição de materiais de apoio e equipamentos para a escola, de forma a permitir a utilização equivalente do vídeo à do livro-texto.
- Ampliar o limite da cota de importação das instituições públicas de ensino e cultura para aquisição

ção de material técnico, peças de reposição e material visual educativo e cultural.

- Promover gestões para obtenção de recursos financeiros junto a órgãos federais e internacionais (UNESCO, OEA, OREALC), destinados a apoiar programas e projetos de EAD.
- Destinar às emissoras de rádio e TV educativas, por meio de portaria governamental, 1% de todas as verbas de publicidade e promoções do governo para aquisição de equipamentos e produção de programas educativos locais, regionais ou nacionais.

Bibliografia

- BRASIL. Constituição, 1988.
Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Leis, decretos, etc.
Leis Básicas do Ensino de 1º e 2º. Graus, Leis n.ºs 4.024/61 e 5.692/71. 2º. ed. Brasília, MEC, SEPS, 1984. 32 p.
- BRASIL. Ministério da Educação.
Diretrizes para uma Política Nacional de Educação Básica de Jovens e Adultos. Brasília, 1988.
- BRASIL. Ministério da Educação.
Ensino Supletivo 2º Grau: Diretrizes. Brasília, 1988.

- BRASIL. *Ministerio da Educação.*
Programa de Formação de Docentes para
o Ensino Técnico. Brasília, 1988
- BRASIL. *Ministerio da Educação.*
Secretaria de Ensino Básico.
Plano de Ação da Secretaria de Ensino Básico
1988-1991. Brasília, 1988.
- BRASIL. *Ministerio da Educação e Cultura.*
Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus. Ensino
por Correspondencia. Brasília. 1980.
- BRASIL. *Ministério da Educação.*
Secretaria de Estatística da Educação e Cul-
tura. Sinopse Estatística do Ensino de 1º
Grau; 1985. Brasília, 1985.
- BRASIL. *Ministério da Educação.*
Secretaria de Estatística da Educação e Cul-
tura. Sinopse Estatística do Ensino de 2º.
Grau; 1984. Brasília, 1986.
- CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE EDU-
CACÃO, 40ª SESSÃO. Geneve, 1986. De-
senvolvimento da Educação: 1984-1986. Bra-
sília, MEC, 1986. 65 p.
- ENCONTRO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO
E TELEVISÃO, 1., Brasília, 1 a 4 jun. 1987.
Documento Final. Brasília, s.d. mimeo.
- ENSINO à Distância uma opção; uma proposta
do Conselho Federal de Educação. Brasília,
Centro de Recursos Educacionais, 1988.
86p.
- FUNDAÇÃO EDUCAR. Educando o Educador;
curso por correspondência. Brasília, 1988.
(verso e reverso, 2 e 3).
- LOBO NETO, Francisco José da Silveira, Coord.
Educação à Distância: Planejamento e Ava-
liação. Tecnologia Educacional. Rio de Ja-
neiro, 17(80/81): 19-30, jan./abr. 1988.
- SCHRAMM, Wilbur. Educação pela TV. Rio de
Janeiro, Bloch. 1974.
- TECNOLOGIA EDUCACIONAL, XX Seminá-
rio Brasileiro de Tecnologia Educacional. Rio
de Janeiro, ABT, v. 17, n.82, nov. 1988. Nú-
mero Especial.
- WENZEL, Myrthes De Luca. A Educação de Jo-
vens Adultos e Adultos. Tecnologia Educa-
cional, Rio de Janeiro, 17(83/84): 21-5, jul./
out. 1988.
- Grupo de Trabalho
- ARNALDO NISKIER — Conselho Federal de
Educação (CFE) — Coordenador
- THEREZINHA M. A. FELIX CARDOSO — Ins-
tituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacio-
nais (INEP) — Secretária-Executiva
- MARIA DE LOURDES MARQUEZ BITTEN-
COURT— Fundação Nacional para Educação de
Jovens e Adultos (EDUCAR)

ANNA ROSA BOGLIOLO DE SIQUEIRA —
Secretaria de Educação Superior (SESU)

INES BETTONI Fundação de Assistência ao
Estudante (FAE)

JANE MARIA FANTINELLI TOMASINI —Se-
cretaria de Ensino Básico (SEB)

MARLY GONET MOURÃO BRANCO — Se-
cretaria de Ensino de 2º. Grau (SESG)

ANEXO XII

RELAÇÃO DOS PROJETOS DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTANCIA

PROJETO	ORGÃO RESPONSÁVEL	VALOR SOLICITADO	VALOR AUTORIZADO
1. "Programa de Educação Continuada para Professores de 1º Grau com atuação nas áreas de Matemática e Ciências": (2 projetos independentes)	Fundação Brasileira para o Desenvolvimento do Ensino de Ciências - FUNBEC Proc. 23000/023677/89-81	Em 09/06/89 NCz\$ 823.342,00	Em 29/09/89 Via FNDE NCz\$ 500.000,00
2. "Programa de Formação de Especialistas em Educação à Distância".	Universidade de Brasília- UnB Proc. 23000/023560/89-33	NCz\$ 790.000,00	NCz\$ 500000,00
3. "Centro de Educação à Distância da UERJ" (Criação)	Universidade do Estado do Rio de Janeiro- UERJ Proc. 23000/023678/89-43	NCz\$ 355702,00	NCz\$ 300.000,00
4. "Desenvolvimento de Recursos Humanos através do Ensino à Distância na Universidade Federal da Paraíba"	Universidade Federal da Paraíba-UFPB Proc. 23000/023674/89-92	NCz\$ 24.000,00	NCz\$ 24.000,00
5. "Projeto Vitória Regia"	instituto de Educação Rural do Amazonas - Séc de Ed. e Cultura do AM Proc. 23000/023681/89-58	NCz\$ 50.431,61	NCz\$ 50.431,61
6. "Educação Ambiental à Distância- PEAD"	Universidade Paulista - UNIP Proc. 23000/023679/89-14	NCz\$ 1.681.330,00	NCz\$ 500.000,00
7. "Ensino da Língua Portuguesa com Auxílio do Computador"	Associação Brasileira de Letras-ABL Proc. 23000/023676/89-18	NCz\$ 235.981,20	NCz\$ 235.981,20
8. "Material Impresso para Estudo Individualizado em Educação à Distância"	Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos-EDUCAR Proc 23000/023675/89-55	NCz\$ 707480,61	NCz\$ 500.000,00
9. "Produção de Materiais Impressos, Rádio e Televisão para o 1º Grau e Supletivo" (3 projetos independentes)	Instituto de Radiofusão da Bania- IRDEB Proc. 23000/023680/89-95	NCz\$ 811.381,00	NCz\$ 500.000,00
10. "O Lixo e suas Riquezas - A Coleta Seletiva do Lixo"	UFF/PATAE/ISER Proc. 23000/023580/90-41	NCz\$ 201.300,00	NCz\$ 100.000,00
TOTAL.....		NCz\$ 5.680.948,42	

ANEXO XIII

PEDAGOGIUM — MUSEU DA EDUCAÇÃO

Apresentação

A área educacional brasileira ressen-te-se da falta de um acervo estruturado de textos, imagens e objetos que preserve sua memória e permita a utilização desta no desenvolvimento das nossas atividades educacionais. Esta lacuna será preenchida com a criação do Pedagogium — Museu da Educação, objetivo prioritário da atual administração do INEP.

Para isso, o Ministro da Educação constituiu, através da Portaria nº 127 de 15 de março de 1989, Grupo de Trabalho para "elaborar e coordenar a implantação" do Projeto.

O presente documento, elaborado a partir de trabalhos e sugestões apresentados pelo GT constituído pela Portaria nº 360, de 09 de novembro de 1989 do Secretário-Geral do MEC, tem por objetivo principal traçar os princípios que nortearão a implantação e o funcionamento do Pedagogium — Museu da Educação.

introdução

Uma Exposição Pedagógica realizada no final do Império deu origem a um projeto de lei do deputado Franklin Dória (relatado pelo presidente da Comissão de Instrução Pública, deputado Ruy Barbosa), propondo a criação de um centro de treinamento de educadores, instrumentado por uma Revista Pedagógica, uma Biblioteca Pedagógica e um Museu Pedagógico.

Instalada a República, cria-se o Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, cujo primeiro titular, ce/. Benjamin Constant, transforma em lei o Pedagogium. Seu acervo é transferido, em 1896, para o governo do Distrito Federal. Em 1919 é extinto o Pedagogium, desconhecendo-se o paradeiro do referido acervo.

Divulgado o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, em 1932, efetua-se a primeira reforma estrutural do então Ministério da Educação e Saúde Pública, instituído com a Revolução de 1930. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), criado no bojo da reformulação do MESP, resgata, em parte, a proposta do Pedagogium. Com efeito, as pesquisas realizadas durante

as comemorações do cinquentenário do INEP (1957/1958) demonstraram analogias entre este órgão e o antigo Pedagogium.

Proposta Conceitual

O INEP, no empenho de preservar a memória da Educação brasileira, procura documentar o que vem sendo feito no Brasil e no exterior nesta área e em áreas afins. Nesta direção, já desenvolve, há algum tempo, a análise e concessão de prêmio anual a trabalhos sobre grandes educadores nacionais. Também, tem buscado a articulação com museus da Educação — a exemplo do Museu Nacional da Educação da França, com sede em Rouen, na Normandia —, com museus de Ciência e Tecnologia e com institutos de pesquisa congêneres. Os estudos, visitas e consultas efetuados a especialistas nacionais e estrangeiros resultaram na concepção do Pedagogium aqui proposta.

O conceito de museu vem sofrendo modificações através do tempo. De coisa velha e empoeirada passou a uma oficina cultural catalisadora dos processos da comunidade.

A maior participação dos segmentos sociais na defesa da memória tornou o museu um instituto de preservação integrado na sociedade, passando o homem a ser visto como um ser reflexivo e transformador de seu mundo.

Com o advento do processo industrial, os museus tenderam à especialização. No Brasil, esse fato tornou-se notório, principalmente nos grandes centros.

A partir da década de 30, o amparo à preservação dos bens culturais veio a ser atividade predominantemente governamental.

Para produzir modificações efetivas e, conseqüentemente, a preservação dos bens de domínio público, a multiplicação dos efeitos de uma intervenção cultural requer a melhoria das condições de reprodução da própria cultura, permitindo uma releitura de seus processos.

Quais seriam os meios mais efetivos para evitar perdas dos testemunhos e das formas patrimoniais da melhoria da educação no Brasil? Certamente não é só reciclar informações para professores e alunos, mas também iniciar a implantação de oficinas culturais nas escolas ou, através delas, em segmentos da comunidade, os quais possam manter a permuta de experiências próprias ou atualizar, por meio de debates, a questão da memória educativo-cultural em suas diferentes formas, além de treinamentos e demonstrações técnicas sobre cuidados de preservação.

A sistematização e coleta dessas experiências e testemunhos alimentarão a instituição, transformando-a em um verdadeiro centro de referência, o chamado "museu vivo".

É dentro dessa visão de funcionamento como um banco de dados, que vêm se estabelecendo os museus contemporâneos.

O Pedagogium, se propõe articular atividades que visem a preservação da memória da Educação brasileira e aquelas que apontem na direção do futuro. Assim, a Escola do Futuro, a Sala de Educação Especial, o Arquivo Histórico, O Clube de Ciência e Cultura, o Centro de Referência e a Mídiateca, que integrarão esse novo espaço, estarão articulados em uma proposta conceitual de conjunto.

Com o laboratório-demonstração da Escola do Futuro será implementada uma Sala de Educação Especial destinada à utilização de recursos téc-

nico-pedagógicos para portadores de necessidades especiais, articulada à Secretaria de Educação Especial do MEC. As referidas unidades terão, assim, a função de treinar alunos e professores, cujas experiências poderão ser repassadas a instituições educacionais dos três níveis em todo o País.

Além destas duas unidades, será integrado ao Museu o Arquivo Histórico do INEP, que vai legar ao Pedagogium uma organização de dezoito mil documentos já inventariados e indexados, que contam a vida do Instituto desde sua criação em 1937.

Procurar-se-á, ainda, oferecer à comunidade escolar um espaço próprio para formação de recursos humanos decorrentes das ações do Clube de Ciência e Cultura.

Fundamental a esse sistema, o Centro de Referência será constituído para subsidiar a coordenação sistemática de conhecimentos e a manipulação flexível de situações, problemas e informações pertinentes à Educação em nosso País.

O ambiente do Pedagogium será estabelecido, portanto, de forma a integrar todos os segmentos que o compõem. Será um meio para fomentar o estudo e a pesquisa, conjugando conhecimento e investigação, propiciando ações de captação e divulgação de dados precisos e harmoniosos.

Grande parte do seu espaço será reservado a exposições temporárias e itinerantes, fazendo uso de linguagem que facilite a disseminação do saber e das atividades educacionais.

Outras atividades serão desenvolvidas, tais como cursos, mesas-redondas, seminários, palestras, confirmando o potencial didático, cultural e científico do Pedagogium.

Haverá também projeções de filmes e vídeos

educativos, além das facilidades colocadas à disposição dos usuários na Mideiateca, onde serão encontrados fitas, vídeos etc., abordando assuntos relacionados à Educação e às atividades do Museu.

Este é o projeto conceitual do Pedagogium: um acervo de documentos, imagens e objetos: um fórum de debates sobre a Educação em seus aspectos mais significativos e em seus temas mais candentes; um laboratório-demonstração da antecipação tecnológica em Educação; uma mostra permanente de recursos técnico-pedagógicos na área da Educação Especial; e, um Centro de Referência que reúna e torne disponíveis todos os dados possíveis sobre a evolução e a realidade da Educação brasileira, articulando e socializando resultados de pesquisas, financiadas ou não pelo INEP.

Em todas essas atividades, o Pedagogium procurará demonstrar que um museu não é um arquivo morto, uma atividade perdulária, como é geralmente concebido, e sim uma instituição com objetivos didáticos, científicos e político-polêmicos, ao mesmo tempo que uma área de entretenimento cultural. Isto não significa que o Museu da Educação pretenda ministrar receitas para os ingentes problemas educacionais, sociais e econômicos com que nos debatemos, senão que ambiciona colocá-los em debate e forjar os instrumentos para equacioná-los.

Diretrizes Gerais

- Recuperar, preservar e divulgar a memória da Educação brasileira.
- Colocar à disposição de todos quantos se interessarem os dados provenientes de pesquisas que

integrem o Pedagogium, mantendo em constante interação a produção e circulação de conhecimentos.

- *Coordenar e integrar, desde sua implantação e implementação, todas as ações decorrentes dos diversos segmentos que compõem o Pedagogium.*
- *Viabilizar, através de recursos modernos de processamento, a sistematização da informação disponível no âmbito da História da Educação, bem como identificar e avaliar as fontes produtoras e indexadoras.*
- *Privilegiar, através do Programa de Estímulo a Estudos e Pesquisas Educacionais do INEP, os projetos sobre a História da Educação brasileira, para que possam ser estabelecidos mecanismos permanentes de alimentação e atualização do arquivo do Museu.*
- *Fomentar a cooperação técnica com organismos nacionais, internacionais e estrangeiros, propiciando intercâmbio técnico-científico na área.*

Estratégias

Com vistas a promover e cumprir seus objetivos — tendo em vista a formulação de novas políticas educacionais — o Pedagogium — Museu da Educação tem como linhas de ação:

- *Instituir um Centro de Referência da memória educacional brasileira compreendendo um banco de dados, de imagens e de objetos a ser constantemente atualizado. Ou seja, localizar, indexar*

e tomar documentos escritos, iconográficos e artefatuais passível de estudo e contextualização de exposições.

- *Estimular a organização de núcleos semelhantes nos estados a serem assessorados pelo Pedagogium, a fim de fomentar atitudes de preservação da memória documental e patrimonial em educadores, alunos e na comunidade em geral.*
- *Sistematizar, através de metodologia museológica, a pesquisa e divulgação de testemunhos pertinentes à história e aos percursos da Educação brasileira, com ênfase em seus aspectos pedagógicos e sócio-culturais.*
- *Apoiar a realização de exposições e partir de estudos vinculados a temáticas educacionais e àquelas de alta relevância nacional, social e cultural.*
- *Incentivar a demonstração, experimentação e o debate sobre a utilização de recursos tecnológicos modernos no processo educativo.*
- » *Manter atualizado um cadastro de pesquisas e pesquisadores da História da Educação, visando tanto dar apoio a essa linha de pesquisa, quanto alimentar o Centro de Referência e a Mideateca.*

Características Operacionais

O Museu da Educação não está sendo pensado como uma instituição do tipo tradicional, depositário de um acervo que periodicamente exhibe e cujo objetivo principal é a curadoria e enriquecimento desse patrimônio. Ao invés disso, o Pedagogium está sendo planejado como um arquivo vivo da memória da Educação e de temas nacionais correlatos, isto é, de relevância sócio-cultural e potencialidades didáticas.

Com efeito, a tendência atual dos museus voltados a essas temáticas é organizar centros de referência e exposições temporárias e/ou itinerantes estimulando a circulação de idéias, o debate e a produção do saber.

A área física disponível do módulo central onde funcionará o Pedagogium, abrange um espaço de 1.000 m² divididos em dois ambientes: o subsolo e o andar térreo. Este conta com um mezanino central igualmente previsto para a montagem de exposições. Enquanto o andar térreo destina-se exclusivamente a exposições, o subsolo foi reservado para a Escola do Futuro, que será um laboratório de demonstração e um centro de treinamento para educadores e alunos em modernas técnicas de ensino-aprendizagem. A Escola do Futuro está sendo planejada mediante convênio com a Universidade de São Paulo.

Ao lado da Escola do Futuro funcionará um auditório para palestras, cursos e reuniões, além da Mideiateca. E, ainda, o Clube de Ciência e Cultura a ser instituído em convênio com o Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura — IBECC. Ainda neste espaço será instalada a Sala de Educação Especial em associação com a SESPE,

com objetivos de demonstração semelhantes aos da Escola do Futuro.

Contínuo ao Pedagogium, funcionará ainda o Arquivo Histórico do INEP, que integrará Centro de Referência da Memória Educacional Brasileira. Este Centro servirá de modelo destinado a estimular a organização de núcleos semelhantes nos estados. E também a Reserva Técnica de documentos artefatuais necessários à montagem de exposições.

- *Acervo patrimonial*

Recomenda-se operacionalizar o funcionamento do Pedagogium sem contar, necessariamente, com um acervo prévio que clame por um abrigo físico. As coleções irão se constituindo na medida em que forem feitas as exposições. Ao autor de cada projeto conceitual de exposição — que deverá preferencialmente ser fruto de uma ou mais pesquisas — caberá encontrar as imagens, os artefatos, as ambientações que tornem a mostra atraente e contextualizem a temática a ser tratada, reconstituindo o seu ambiente físico, social e cultural.

Admitindo-se que o Museu da Educação venha a ter um acervo permanente de documentos artefatuais e, sobretudo, de documentos escritos e iconográficos, ou seja, um banco de dados e imagens passível de ilustrar a temática de sua área de competência, seu objetivo principal não será aguardar desses documentos. Eles terão de ser procurados e requisitados, ou reproduzidos em fac-símile, à medida que forem montadas as exposições e, em seguida, cadastrados, indexados e devolvidos. Com isso se evitarão gastos com a aquisição, conservação e expansão desses acervos. Ao INEP caberá a organização de catálogos, constantemente

atualizados, que colocados à disposição dos pesquisadores servirão de Guia dessas fontes.

- *Exposições temático-pedagógicas*

A vantagem de verter uma pesquisa educacional ou sociológica em linguagem museológica é que ela, além de seu caráter de "extensão cultural", constituiu-se importante veículo de educação não-formal. Assim, a exposição, ao lado de painéis, iconografia, objetos e reconstruções ambientais, oferece outros meios de comunicação: livros, folhetos, filmes, vídeos, audiovisuais, seminários, palestras, exposições teatrais, que atraem um público mais amplo, permitindo a divulgação e o debate de idéias e fatos.

O *Pedagogium* propõe-se a exibir exposições versando temáticas de curto, médio e longo alcances. Isto é, um elenco de Programas Básicos desdobrados em projetos a serem desenvolvidos por especialistas. O compromisso fundamental do Museu da Educação deverá ser a memória e a crítica do sistema escolar em todos os níveis, com ênfase na experiência brasileira passada e presente. Este compromisso fará com que não colida nem duplique instituições existentes, ou já projetadas, nem se torne uma instituição enciclopédica com a ambição de abranger todo o conhecimento científico e pedagógico. Tampouco deverá limitar-se à armazenagem de objetos e informações e sim comunicar uma consciência crítica da problemática educacional e do processo histórico-cultural que a condicionou.

Neste sentido, deverá abrigar em sua temática tanto o ensino formal, universal e de vanguarda, elitista e minoritário, quanto o aprendizado informal e popular praticado pelas grandes massas da população para auto-sustento e convívio huma-

no, inalteando a pluralidade de suas manifestações em diferentes épocas e regiões do País. Dessa forma poderá exteriorizar o processo educacional, não como um fenômeno isolado, senão como parte integrante das condições sócio-econômicas que o geraram.

Estímulo à Organização de Outros Núcleos — Projeto Memória da Educação

O INEP divulgará e apoiará junto às Universidades. Centros de Estudos. Fundações e outras instituições a idéia de criação de Núcleos de Memória da Educação Brasileira (entendida no seu sentido já explicitado no parágrafo anterior). Desses núcleos e das pesquisas e campanhas que realizem, o INEP terá catalogado o acervo que comporá o Centro de Referência e a Reserva Técnica.

Cada Núcleo poderá se organizar da maneira mais condizente com o estágio de sua produção e seu objeto de estudo e encaminhar ao INEP sua proposta de criação e organização pautadas em suas próprias estruturas sócio-culturais, mantendo-se no entanto fiel aos objetivos do próprio *Pedagogium*. A este caberá uma articulação nacional desses núcleos tanto para evitar sua duplicação, quanto propiciar e/ou facilitar sua articulação.

Implementação

Para que o *Pedagogium* — Museu da Educação inicie suas atividades, sugere-se que seja eleito um tema, de forma a direcionar as atividades dos diversos segmentos que o compõem e paralelamente implante-se um Centro de Referência da Memória Educacional.

Como consequência, as ações decorrentes da Sala de Educação Especial. Escola do Futuro. Ar-

quivo Histórico, Clube de Ciência e exposições, trabalhando com o tema eleito, se darão de forma integrada propiciando ao público do Museu uma visão ampla da Educação brasileira além de captarem dados para incrementar o Centro de Referência da Memória Educacional.

Neste sentido, a sugestão é que a implementação se dê em torno de um tema específico, podendo ser a Alfabetização, já que o ano de 1990 foi eleito como "Ano Internacional da Alfabetização".

Estrutura Administrativa

Estudos estão sendo desenvolvidos junto à Secretaria de Modernização Administrativa e à Consultoria Jurídica do MEC para que o projeto educativo-cultural Pedagogium se insira na estrutura administrativa do INEP.

Recursos Orçamentários e Financiamento

No orçamento do INEP para 1990, o Pedagogium já tem garantidos recursos próprios.

Entretanto, considerando a necessidade de recursos adicionais para a implementação e manutenção do Projeto, vem sendo estudada, pela Consultoria Jurídica do MEC, formas de recorrer aos incentivos proporcionados pela Lei nº 7.505 de 02/07/1986.

A ESCOLA DO FUTURO UM LABORATÓRIO ONDE SE INVESTIGAM AS NOVAS TECNOLOGIAS DE COMUNICAÇÃO PARA UM NOVO ENSINO

Fredric Michael Litto

Em 30 de novembro de 1988 o INEP — Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

do Ministério da Educação assinou convênio com o laboratório de Tecnologia da Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, com o intuito de criar um centro difusor e de orientação técnico-pedagógica de tecnologias avançadas de comunicação aplicadas à educação.

Os objetivos do centro denominado "A Escola do Futuro", são:

- reunir, continuamente, novos artefatos tecnológicos aplicados à educação em dois locais conectados por várias formas de telecomunicações: o Laboratório da USP, em São Paulo e a sede do INEP, em Brasília;
- Incentivar a utilização de novas tecnologias no ensino-aprendizagem, tendo em vista suas potencialidades, limites e critérios de seleção que justificam sua utilização;
- orientar na aquisição de equipamentos, segundo padrões de qualidade e de compatibilidade de acoplamento com outros multimeios;
- estimular pesquisas interdisciplinares que possam embasar a utilização destas tecnologias na nossa realidade;
- promover cursos, encontros, simpósios, mesas-redondas e seminários entre educadores, especialistas da área tecnológica a nível nacional e internacional, com a utilização de recursos de telecomunicações, telemática e teleinformática; e,
- divulgar, periodicamente, relatórios sobre equipamentos e aplicativos disponíveis, sua qualidade técnica e suas possibilidades pedagógicas.

As pesquisas e atividades a serem desenvolvidas, estão agrupadas em sete categorias:

- *A definição do que seja "A Escola do Futuro";*
- *A ergonomia brasileira no ambiente educacional,*
- *O desenvolvimento de pacotes educacionais (a distância/no local, interativos/não-interativos, em tempo real/offline);*
- *O desenvolvimento de pacotes para a administração educacional;*
- *A avaliação de produtos educacionais (hardware e software);*
- *A desmistificação da informática para educadores e alunos; e*
- *Consultoria em informática multimeios a entidades públicas educacionais.*

Os artefatos tecnológicos que estão sendo adquiridos para as duas salas de aula modelo, possibilitando a pesquisa acima referida, são entre outros:

- *Para Ensino à Distância: teleconferência por computador, teleconferência por áudio, teleconferência por televisão de varredura lenta, teleconferência por televisão moção total, quadro negro eletrônico, receptor/transmissor de rádio amador, central/terminal de videotexto, facsímile, videofone, antena parabólica, monitores RGB/multipadrão, áudio wrap around stereo e audio-texto.*
- *Para Técnicas de Apresentação: quadro negro xerográfico, projetor de vídeo de alta definição, RGB/multipadrão, videocassete multipadrão, câmara digital 4 em 1, tocador de videodisco, saída*

com computador para retroprojetor e leitora de microfichas.

- *Para computadores no Ensino Macintosh SE III NEXT (IBM), PC/AT, CD ROM, impressoras a laser software para ensino interativo em videodisco, software para desktop publishing e kits de demonstração, holografia, fibra ótica e raio laser.*

Ambos os laboratórios realizarão apresentações regulares ao público, em geral, destas novas tecnologias e estão interessados em receber pesquisadores avançados (pós-doutorados) por períodos determinados de estudo.

CLUBE DE CIÊNCIA E CULTURA

Histórico

A explosão demográfica de um lado, de outro, a necessidade de preparar a juventude para uma vida profissional, lazer, vida cívica, social e da compreensão internacional entre os povos, levou os delegados presentes à 11ª sessão de 1960 da UNESCO a proporem que fosse estudada a possibilidade de ser convocada uma Conferência Mundial da Juventude.*

Esta se deu em Grenoble, de 23 de agosto a 1º de setembro de 1964.

A tendência do jovem evadir-se da faculdade, seu pouco apreço pela obtenção de um diploma

UNESCO, Conference International sur la Jeunesse, Grenoble. France. Report Final. Paris, UNESCO, 1964.

de conclusão de um curso estavam se contrapondo à necessidade de se isolarem e de se encontrarem apenas como grupo etário fechado em si mesmo.

A busca de espaço destinado a atividades culturais e científicas, foi base para o estudo de encontrar iniciativas que trouxessem técnicas modernas de conhecimento e oferecessem novas esperanças (perspectivas) ao horizonte da juventude.

Desde a preparação, os programas extra-escolares se apresentaram como uma força especial destinada a encorajar a participação ativa dos jovens. Os programas extra-escolares são, na realidade, uma forma de Educação; os métodos de ensino adotados são sobretudo experimentais. Mas, é preciso ressaltar que a sistemática de trabalho, no fundo, é complementar à educação na escola.

A conferência reconheceu com satisfação que há um progresso considerável na educação da escola, qualitativa e quantitativamente, mas constatou também que nem a escola nem a universidade podem preparar totalmente um jovem para enfrentar um mundo como o nosso, com modificações rápidas.

A escola e a universidade precisam de um complemento que os programas extra-escolares podem realizar. Os delegados presentes, acabaram recomendando que a educação extra-escolar fosse dada com atenção cada vez maior, e que se deveria buscar de alguma forma o seu verdadeiro lugar no planejamento geral da Educação e da Economia. A Economia é citada porque os programas extra-escolares poderão ser parte integrante na preparação do jovem no seu campo profissional.

No final, sugeriram que a educação extra-escolar, fosse considerada como parte integrante e

inseparável de todos os sistemas nacionais de Educação.

A criação de um Clube de Ciência e Cultura IBECC/UNESCO em 1985, na sede do IBECC, Cidade Universitária, nas áreas de: Arte, Ciência, Cultura Espontânea, Linguagem e Matemática para crianças do nível primário, visou sobretudo preparar as crianças para aprender a aprender.

O problema constantemente apresentado, da falta de preparação do jovem que está em busca de conhecimento para uma profissão, fez com que nos preocupássemos em oferecer bases necessárias ao aprendizado e conhecimento, a partir do ensino primário.

Basea-se o programa numa experiência simples e modesta, desenvolvida em 1985 e ganhando nova dimensão a partir de 1987.

Trabalho gradual, persistente, vencendo obstáculos, está oferecendo no vas perspectivas aos alunos do primeiro grau, fora do período escolar; e antecedido de um levantamento da bagagem de conhecimento que a criança traz, quando vem ao Clube — coleta de cultura espontânea. Este programa está tomando corpo e sendo aceito por autoridades educacionais imbuídas no espírito de que se deve buscar alternativas para a Educação atual.

A criação de outros Clubes encontra-se em andamento. O IBECC, Comissão de São Paulo, tem para tanto, realizado convênios com o Museu Goeldi, em Belém do Pará, e Estação Ciência, na cidade de São Paulo, e unidades que vêm acompanhando os trabalhos desde 1987 através de divulgação feita pelo Jornal do Professor de 1º Grau, do INEP. O IBECC já recebeu aproximadamente 1.000 (um mil) inscrições.

O IBECC, Comissão de São Paulo, através de suas publicações, espera poder auxiliar e favorecer nas áreas de Arte, Ciência, Linguagem e Matemática, professores interessados em desenvolver programas semelhantes em suas comunidades.

Como Organizar um Clube de Ciência e Cultura

1. Introdução

Clube de Ciência e Cultura é o espaço, onde se oferecem programas extra-escolares que virão auxiliar o currículo recebido pela criança/jovem na escola. São programas não-formais, tratando-se, na verdade de um outro conceito de Educação, que leva em consideração que a criança, quando chega à escola, traz de casa ou de contatos com amigos uma bagagem de conhecimento.

Os trabalhos nos Clubes de Ciência e Cultura, utilizando situações pedagógicas — Pare, Escute, Olhe e Descubra — favorecem o desenvolvimento do espírito crítico e de responsabilidade, levando a criança/jovem a refletir e considerar os problemas da comunidade.

2. Estrutura

2.1 — Considerações prévias

2.1.1 — Obter apoio financeiro e infraestrutura de funcionamento (museus, prefeituras, escola, paróquia, biblioteca, centros educacionais).

2.1.2 — Contar com um coordenador geral, responsável pelo projeto (deve dar assistência regular e ter condições

indispensáveis, como: responsabilidade, interesse pelo trabalho realizado, entusiasmo, liderança, entre outras).

2.1.3 — Contar com coordenadores nas áreas em que vai atuar, por exemplo: Arte, Ciência, Cultura espontânea, Geografia, Linguagem, Matemática, Astronomia, etc...

2.1.4 — Ter um local de trabalho adequado (salas, mesas, cadeiras e/ou bancos, estantes, quadro negro, pia e tomadas elétricas).

2.2 — Nome

2.2.1 — Caracterizar-se com o nome de Clube de Ciência e Cultura, vindo depois o qualificativo, por exemplo: Clube de Ciência e Cultura do Museu Paraense Emílio Goeldi; Clube de Ciência e Cultura da Estação Ciência; para que no intercâmbio com outras entidades, participação em reuniões, congressos e conclaves haja unificação de nomenclatura.

2.3 — Estrutura do Clube de Ciência e Cultura

2.3.1 — Cabe ao Coordenador Geral e demais coordenadores de área, elaborar os estatutos, planos e programas de trabalho, horário, forma de atendimento, nível escolar dos participantes, limite de idade etc.

2.3.2 — Manter um livro de atas para registrar, a partir da formação da primeira diretoria, seus planos e programas de trabalho.

2.3.3 — Realizar reuniões semanais para informação sobre o trabalho desenvolvido em cada área e troca de experiências entre os diversos coordenadores.

2.3.4 — Promover avaliação, reformulação e adaptação contínua do trabalho realizado. Cada Clube de Ciência e Cultura e cada coordenador, deve encontrar sua própria dinâmica, mas o coordenador-geral deve estar atento para que haja um todo harmonioso.

2.3.5—Manter um Banco de Idéias para registro e arquivo, visando a centralização e uniformidade no armazenamento, facilitando o acesso ao material produzido pelo Clube.

2.3.6 — Manter uma biblioteca contendo livros, revistas, recortes de jornais, folhetos e prospectos, trabalhos realizados pelos coordenadores, ou utilizar as bibliotecas da comunidade.

2.3.7—Realizar exposições: o material produzido pelos coordenadores das diversas áreas não só fará parte do acervo do Banco de Idéias, mas poderá também ser exposto pelo professor e alunos.

2.3.8 — Elaborar relatórios: a cada semestre serão preparados relatórios a respeito do trabalho realizado.

2.3.9 — Fornecer atestados: a cada criança que frequenta o Clube de Ciência e Cultura durante um programa, poderá ser dado um atestado ou diploma indicando a área que frequen-

tu, com o número de horas do programa.

3. Objetivos do Clube de Ciência e Cultura

3.1—As atividades de um Clube permitem: levar a criança/jovem a encontrar respostas para suas indagações, possibilitando um trabalho educacional, científico e cultural.

3.2 — Levar a criança/jovem a desenvolver a percepção e sensibilidade em relação ao seu ambiente.

3.3 — Familiarizar o estudante com a pluralidade de linguagens materiais e formas de registro e expressão.

3.4 — Levar a compreender a evolução científica e cultural do mundo atual.

3.5— Levar a criança a vivenciar um trabalho sistematizado que permita a liberdade de ação e o desenvolvimento de sua criatividade.

3.6 — Possibilitar a criança/jovem a experiência de trabalhar em grupos, discutindo e trocando informações e conhecimento.

3.7 — Auxiliar os professores a trabalharem com alunos de 1º Grau, urbano e rural, em programa não-formal de Ciência e Cultura.

3.8 — Possibilitar o intercâmbio de materiais gerados nos diversos Clubes de Ciência e Cultura.

4. Organização do programa

Em cada área do Clube, a partir do grupo de criança/jovens, os coordenadores farão levantamento dos temas a serem abordados, discutindo as possibilidades de realização de atividades com esses temas.

O coordenador deverá preparar um projeto de trabalho que, além de visar os objetivos do Clube de Ciência e Cultura IBECC/SP exemplifique esta metodologia e forneça subsídios para os professores.

5. Atividades complementares

5.1 — Complementando o trabalho realizado nas diversas áreas determinadas pela coordenação do Clube, há atividades possíveis de serem organizadas levando em conta a comunidade em que se inserem, tais como visitas às Câmaras Municipais, Museus, Bibliotecas, Igrejas, Redação de Jornais, Indústrias, Jardins, Mercados etc.

5.2 — Promoção de cursos, conferências, seminários, projeções científicas e culturais de filmes e diapositivos, exposições, visitas de caráter científico e cultural local ou em cidades vizinhas.

5.3 — Conferências podem ser programadas individualmente ou em ciclos, segundo possibilidade e oportunidade.

5.4 — Seminários do próprio grupo docente do Clube ou de professores de escolas da cidade, visitantes, pesquisadores ou cientistas.

5.5 — Estágios: poderão ser oferecidos nas diversas áreas em que o Clube atua com as crianças. É dada a oportunidade de professores, normalistas e/ou estudantes de magistério, freqüentarem regularmente o programa proposto, podendo ser oferecido atestado de participação e freqüência.

SALA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Introdução

Este anteprojeto tem por finalidade iniciar a operacionalização da Sala de Educação Especial, que se localizará na sede do INEP na Universidade de Brasília, dentro da concepção do Museu Pedagógico já elaborada e definida pelo INEP.

Objetivo Geral

Definir a constituição física da Sala destinada à Educação Especial e a sua proposta de funcionamento.

Objetivos Específicos

1 — Descrever a função específica da Sala de Educação Especial.

2 — Elaborar conjuntamente com o INEP a constituição física da Sala de Educação Especial.

3 — Especificar os diversos equipamentos que comporão o acervo permanente da sala de E. E.

4 — Definir os temas, bem como a duração das exposições da Sala.

5 — Definir o pessoal de apoio para o funcionamento da Sala.

6 — Definir o perfil do coordenador dos eventos da Sala, bem como de sua manutenção.

7 — Alocar recursos para a viabilização financeira da Sala de Educação Especial.

Estratégia

Sendo a Educação Especial composta por diversos segmentos, tais como:

- Deficiência Mental
- Deficiência Visual
- Deficiência Auditiva
- Deficiência Física
- Deficiência Múltipla
- Superdotados
- Portador de Problemas de conduta

Tornase necessário a escolha de um destes segmentos para ser marco da primeira exposição.

Com vistas à procura e à diversidade de estudos e pesquisas na área de deficiência física, elege-se esta, como tema da primeira exposição a ter início da inauguração do prédio do Pedagogium — Museu da Educação.

Providências

• Dos Participantes

- Universidade Federal de Uberlândia

- Equipamento de educação física adaptada para DF.

- Cadeiras de rodas.

• AACD

- m Próteses e técnicas de reabilitação de crianças DF.

• Hospital Sarah Kubitschek

- Equipamento para DF na área educacional.

• UNICAMP

- Tese de Doutorado "O uso do computador como caderno eletrônico para o DF".

Prof. José Armando Valente.

Obs.: Vídeo

• ABCA

- Histórico da Deficiência Física no Brasil. ABCA — equipamentos, folders, outros materiais.

• Da Duração

- 6 (seis) meses.

• Dos Contatos

- Arquiteto do INEP (reunião) acesso ao DF.

- Visita ao Sarah Kubitschek.

- UFU (visita)

- UNICAMP (telefônico)

• Das Verbas

- *as instituições enviarão seus projetos sobre o custo do deslocamento dos equipamentos, bem como seu retorno, que serão custeados pela SESPE.*
- *A SESPE arcará com o equipamento permanente da Sala.*
- *a SESPE arcará com a divulgação (cartazes, folders etc.) das exposições e de futuros treinamentos de profissionais.*
- *Da função específica da Sala de Educação Especial*
 - *exposição permanente de novos equipamentos, tecnologias na área.*
 - *exposição permanente dos recursos pedagógicos e de apoio à Educação Especial.*
 - *treinamento para professores de Educação Especial, sobre o uso das novas tecnologias nacionais e internacionais.*
 - *exposição permanente dos recursos de locomoção e interação com o ambiente para DF, DA e DV.*
- *Dos Equipamentos*
 - *1 microcomputador e seus equipamentos periféricos*
 - *Telão*
 - *videocassete e visor*
 - *retroprojektor*
 - *quadro magnético grande*
 - *mesa redonda para reuniões (6 pessoas)*
 - *bancada para exposição e microcomputadores*

- *Projektor de slides*
- *Do Pessoal de Apoio*
 - *a ser discutido com o INEP*
- *Do Perfil do Coordenador*
 - *prioritariamente e imprescindivelmente que seja da área de Educação Especial, com comprovado conhecimento e experiência.*

ARQUIVO HISTÓRICO DO INEP

Solange Darowish Mitraud

O Projeto "Arquivo Histórico" do INEP teve seu início em 12 de abril de 1982, tendo como finalidade classificar por subgrupos (unidades administrativas produtoras da documentação arquivística) e séries de toda a documentação produzida e recebida pelo INEP e seus Centros Regionais de Pesquisa, extintos pelo Decreto nº 75.754, de 23 de maio de 1975. Para iniciarmos este trabalho foram desenvolvidas as seguintes tarefas: classificação, arranjo, descrição e indexação de todo o acervo arquivístico de 2º e 3º idades, preparando, assim, os instrumentos de busca ou pesquisa denominados inventários.

O propósito é, portanto, preservar e tornar acessíveis os documentos arquivísticos do INEP, desde sua criação em 1937.

Partimos então, para a tarefa de avaliação de toda a documentação existente em nosso depósito, produzindo assim os instrumentos de avaliação, tais como: Tabela de Temporalidade e Plano de Destinação.

Através desses instrumentos são detectados prazos de retenção ou de descarte.

Em 24 de julho de 1984, foi organizada a 1ª. Comissão de Avaliação dos Documentos da Série Pesquisa e Subgrupos do INEP, através de um estudo profundo do organograma da época e seguindo os seguintes critérios: valor administrativo, valor jurídico e valor fiscal dos documentos.

Aplicamos a Tabela de Temporalidade aos documentos e elaboramos o Guia do Arquivo, destinado aos pesquisadores e usuarios do Arquivo, colocando-os à disposição de pesquisadores e usuários do INEP.

Através de Contratos e Termos Aditivos, firmados entre a Associação dos Bibliotecarios do Distrito Federal — ABDF e o INEP, conseguimos inventariar 12.167 documentos oriundos dos CRPEs e demais setores do INEP.

1. Atividades Técnicas

1.1. Classificação

1.2. Avaliação

1.3. Descarte

1.4. Arranjo

1.5. Descrição

1.6. Indexação

2. Atividades de Apoio Técnico

2.1. Desdobramento em fichas

2.2. Organização e Controle do Arquivo Corrente do Setor

2.3. Atendimento ao usuário

3. Atividades de Apoio Administrativo

3.1. Retirada de grampos e ferragens dos maços e pastas

3.2. Confeção de etiquetas e colagem das

mesmas nos maços, pastas, caixas-arquivo e caixas bibliográficas

3.3. Datilografia dos inventários definitivos das séries e subgrupos do INEP, relatórios e documentos elaborados pela Chefia, como também, outros trabalhos de apoio administrativo necessários ao bom desempenho de nossas atividades.

4. Recursos Humanos

Para desenvolvermos as atividades enumeradas nos itens 1, 2 e 3, foram necessários técnicos da área educacional, arquivistas e funcionários de apoio técnico e administrativo, conscientes da importância de uma organização técnica e científica moderna, colocando o INEP como pioneiro na organização de um acervo histórico que hoje retrata por toda comunidade acadêmica nacional e internacional.

O CENTRO DE REFERÊNCIA

L. Felipe Perret Serpa

Na Portaria Ministerial nº 127 de 15 de março de 1989, duas considerações são fundamentais:

1 — A necessidade de se fundar um Centro de Referência Educacional como exemplo a ser multiplicado nos Estados e Municípios da Federação;

2 — *A necessidade de conjugar os esforços do INEP nas áreas de Pesquisa e Documentação educacionais.*

Verifica-se que a primeira consideração propõe a fundação de um Centro de Referência, o qual, pela segunda consideração, conjugaria os esforços do INEP nas áreas de Pesquisa e Documentação educacionais.

Duas questões imediatamente surgem:

a) Será o Centro de Referência Educacional do Projeto Pedagogium, apenas um exemplo a ser multiplicado nos Estados e Municípios da Federação ou terá a finalidade de ser um Centro de Referência de caráter nacional?

b) Terá o Centro de Referência apenas a função de conjugar as áreas de Pesquisa e Documentação educacionais do INEP, ou deverá transcender esta função?

E sobre essas questões que desenvolvemos nosso trabalho.

O Centro de Referência, parte do Projeto Pedagogium, surge como uma necessidade da finalidade do Projeto, a qual é a criação do Museu da Educação Brasileira.

Assim, o Centro de Referência será o mediador entre as pesquisas educacionais, particularmente aquelas de natureza histórica e as atividades de comunicação, eminentemente educativas, do Museu da Educação Brasileira.

No Projeto Pedagogium, o Centro de Referência se constitui como a memória para a pesquisa educacional e, simultaneamente, a memória para

as atividades de comunicação do Museu da Educação Brasileira.

Fazendo-se uma analogia com o organismo humano, a Pesquisa apreende a realidade educacional, necessitando para esta apreensão da memória (Centro de Referência). O que é apreendido pela Pesquisa é registrado na memória, a qual alimenta as ações educativas, desenvolvidas através das atividades de comunicação do Museu da Educação Brasileira.

Conclui-se que são necessários o fomento à pesquisa educacional, particularmente de natureza histórica, e a criação da memória, conceituada como Centro de Referência, para concretizar-se a criação do Museu da Educação Brasileira, cuja finalidade principal, de natureza educativa, está situada nas atividades de comunicação.

Assim, o Centro de Referência, enquanto memória da Educação brasileira, transcende a função de conjugar as atividades de Pesquisa e Documentação educacional do INEP, pois deverá ser o centro nervoso da captação e da devolução da realidade educacional do País. Em particular, o Centro de Referência terá também a função de conjugar os esforços do INEP, nas atividades de Pesquisa e Documentação educacionais.

Quanto à primeira questão, pensamos que o Centro de Referência deverá ter caráter nacional. Para o preenchimento da memória do Centro será necessário se estabelecer, no País, uma extensa rede de elementos sensores, que possam captar toda uma variedade (iconográfica, oral, escrita etc) ampla de registros relevantes, através de uma interação permanente da Pesquisa com o Centro e das atividades de comunicação do Museu da Educação Brasileira com o Centro.

Propomos então para a criação do Centro de Referência os seguintes passos:

- I— Conhecimento dos relatórios das comissões de avaliação instituídas pela Portaria Ministerial de 21/10/87, a fim de situarmos o Centro de Referência, enquanto centro nervoso da captação e da devolução da realidade educacional do País.*
- II — Conhecimento do Centro de Informações Bibliográficas em Educação — CIBEC, particularmente os setores de Tratamento da Informação e de Referência Legislativa, bem como o Arquivo Histórico.*
- III — Conhecimento do Sistema de Informações Bibliográficas em Educação — SIBE, particularmente o Thesaurus Brasileiro de Educação (BRASED).*
- IV — Com base nos conhecimentos solicitados nos itens anteriores, estruturar um Sistema de Informações para o Centro de Referência, que considere:*
 - A criação de um Banco de Dados;*
 - A possibilidade de criação de um Sistema de Inteligência artificial;*
 - A capacidade de captar a informação com potencial de múltiplas linguagens de devolução, particularmente a linguagem museológica.*

PEDAGOGIUM — MUSEU DA EDUCAÇÃO

Apoio à Realização de Exposições

Obedecendo ao calendário anual para recebimento de propostas, o INEP, através do Pedagogium — Museu da Educação, dará apoio à realização de estudos que traduzam, em linguagem museológica, temáticas de livre escolha na área da Educação. Subsidiariamente poderão ser aceitos para exame temas vinculados à área científica, tecnológica e cultural, contanto que formulados de modo a atender aos objetivos didáticos do Pedagogium.

Os projetos de exposição de verão ser encaminhados por instituições que tenham personalidade jurídica ou por pesquisadores, residentes no País, com ou sem vínculo institucional, mediante a apresentação da seguinte documentação em 3 (três) vias:

- Formulário 01 (identificação do solicitante)*
- Formulário 02 (proposta financeira)*
- Projeto de exposição*

O INEP não adotará formulário-modelo para a elaboração de projetos de exposição. Estes deverão conter, de forma explícita: o objeto de estudo a justificativa, delimitação do tema da pesquisa realizada, adequação (pesquisa /acervo /espaço), concepção artística da exposição (design), ambientação.

Avaliação

Os projetos serão avaliados pelo Comitê Assessor do Pedagogium composto por 5 (cinco) membros, designados pelo Diretor-Geral do INEP, após consulta às instituições e sociedades científicas representativas da área da Educação e da Museologia.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS -- INEP
Campus da UnB -- Asa Norte
Caixa Postal 04 0366
Brasília DF

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)